

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
NÍVEL MESTRADO

LUCIANE PINHEIRO JARDIM

ESTUDO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE COLETIVA DO
MOVIMENTO SOCIAL DE LUTA CONTRA AIDS DO RS

SÃO LEOPOLDO

2013

LUCIANE PINHEIRO JARDIM

ESTUDO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE COLETIVA DO
MOVIMENTO SOCIAL DE LUTA CONTRA AIDS DO RS

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção de título de Mestre em Ciências
Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais da Universidade do Vale do
Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientador: Profº. Drº. Nadir Lara Júnior

SÃO LEOPOLDO

2013

J37e Jardim, Luciane Pinheiro

Estudo do processo de construção da identidade coletiva do movimento social de luta contra Aids do RS / Luciane Pinheiro Jardim. -- 2013.

136 f. ; 30cm.

Dissertação (mestrado) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo, RS, 2013.

Orientador: Prof. Dr. Prof. Nadir Lara Júnior.

1. Movimento social - Identidade coletiva. 2. Estado. 3. Discurso. I. Título. II. Lara Júnior, Nadir.

CDU 316.354

LUCIANE PINHEIRO JARDIM

ESTUDO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE COLETIVA DO
MOVIMENTO SOCIAL DE LUTA CONTRA AIDS DO RS

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção de título de Mestre em Ciências
Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais da Universidade do Vale do
Rio dos Sinos - UNISINOS.

Aprovado em ____ de _____ de 2013.

Banca Examinadora

Dedico este trabalho:

A minha família, em especial ao meu filho Breno, aos meus professores e amigos pelo apoio, incentivo e respeito.

Aos militantes do MSLA/RS e os amigos da RNP+Brasil pela coragem de lutar pelo direito à vida.

“Ser Positivo”
O que é o preconceito?
Se não um conceito vazio
Somente uma suspeita
O que é “Ser Positivo”?
É Ser Humano
Humano Errante
Contra a Funcionalidade
É Ser Nômade
Aventurar-se no Desconhecido
É Ser Transgressor
Transgredir é um Poder Vital
Pois o leva a Caminhos
Caminhos da Esperança
A Esperança que Desabrocha
Feito uma Bela Flor
Em meio ao Entulho
Causado pela Destruição
Do Preconceito, Da Violência
Do Trágico da AIDS
Que é o Risco Onipresente
Da Morte
“Ser Positivo”
É aquele que VIVE
O Presente com Energia
E o Instante
Como se fosse Eterno!

Ao meu filho Breno Jardim
com amor para que ele jamais
esqueça que tem uma mãe que o
ama incondicionalmente!

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas contribuíram para construção desse trabalho, deixo registradas minha gratidão e lembrança de que são todos importantes para mim.

Aos meus pais em memorian: Antônio, pela vida, e Reinaldo por ter me educado para que eu chegasse até aqui.

A minha mãe Marlene e minhas irmãs: Rose e Daniela, pelo amor, carinho e apoio.

Ao meu esposo Gilnei pelo incentivo, escuta, compreensão e paciência em conviver comigo nesses dois anos, abdicando de vários momentos para estar sempre ao meu lado.

A minha filha Aminie e ao meu genro Eduardo, pela escuta e incentivo a realizar este sonho, ao meu neto Marco Antônio que está chegando, pela alegria de receber o título de “vovó”.

Ao meu filho Breno, por me desafiar a cada dia a acreditar na esperança de viver me dando coragem de ser mãe de um menino tão especial.

Ao professor Nadir Lara Júnior pelas orientações, pelas cobranças que me incentivaram a superar minhas dificuldades e descobrir o quanto é importante valorizar as oportunidades e participar das atividades acadêmicas. O resultado desse trabalho se deve em grande parte ao estímulo dado por ele.

A professora Ilana Mountian pela receptividade na UFMG e a disponibilidade em ler meu projeto e fazer apontamentos contribuindo para sua construção.

Ao Pe. José Ivo Follmann que acompanha minha trajetória acadêmica desde a graduação e me incentivou num momento bastante difícil da minha vida a cursar o Mestrado.

Aos meus professores: Solon, Gaiger, Gadea, Eduardo, Bica, Marília, Adriane e Miriam pelas aprendizagens, leitura e comentários dos meus trabalhos.

Ao Núcleo de Pós- Graduação em Ciências Sociais, em especial, a Maristela e ao professor José Rogério pela atenção e sugestões nesses dois anos.

Ao Movimento Social de Luta contra Aids do Rio Grande do Sul por me possibilitar a construção desse trabalho.

Aos meus amigos Jaime Quiroga Berdias e Carlos Duarte, pelo carinho, amizade e disponibilidade em participar dessa pesquisa.

A Capes por me proporcionar acesso ao Mestrado me garantindo o direito ao estudo e a pesquisa.

RESUMO

Esse projeto de pesquisa para dissertação de mestrado visa verificar alguns dos processos que envolvem a construção da identidade coletiva no Movimento Social de Luta contra AIDS (MSLA/RS) através das relações com o Estado/RS nos últimos 30 anos. Para compreensão dos contextos de formação da identidade coletiva se fez uma remontagem histórica do MSLA/RS desde sua fundação até os dias atuais. O estudo se embasará através da perspectiva teórica proposta especialmente, por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, por meio da análise do discurso. Os procedimentos metodológicos propostos para sua elaboração têm como modalidade a pesquisa qualitativa e como técnicas de coleta de dados serão usadas: entrevistas semiestruturadas, a análise documental, o diário de campo e a observação participante. Baseando-se nos dados da pesquisa e nos referenciais teóricos desses autores, compreende-se que o Estado vem interferindo com “novas” formas de regulação e controle junto ao MSLA/RS no que se refere ao estabelecimento da fronteira política, com isso vem afetando diretamente o processo de construção da identidade coletiva desse movimento.

Palavras chaves: Estado. Movimento social. Discurso. Identidade coletiva.

ABSTRACT

This research project for dissertation aims to verify some of the processes that involve the construction of collective identity in Social Movement to Fight AIDS (MSLA / RS) through relations with the State / RS in the last 30 years. To understand the context of collective identity formation became a remake of the historical MSLA/RS from its founding to the present day. The study is from the perspective from the basis theoretical especially by Ernesto Laclau and Chantal Mouffe, through discourse analysis. The methodological procedures for its preparation have proposed as a qualitative research method and how data collection techniques will be used: semistructured interviews, document analysis, field diary and participant observation. Based on the survey data and the theoretical frameworks of these authors, it is understood that the state is interfering with "new" forms of regulation and control by the MSLA / RS with regard to the establishment of political boundaries, thus has affected directly the process of constructing the collective identity of the movement.

Keywords: State. Social Movement. Discourse. Collective identity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Relação do MSLA/RS com o Estado nos anos 80/90.....	102
Figura 2 - Relação do MSLA/RS com o Estado a partir de 2003	103
Figura 3 - Relação do MSLA/RS com o Estado atualmente	104

SUMÁRIO

ORIENTADOR: PROF. DR. PROF. NADIR LARA JÚNIOR.	0
1 INTRODUÇÃO	10
1.1 A Proximidade com o Tema	13
2 PERCURSO HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL	15
2.1 Movimentos Sociais e Estado: Contextos históricos no Brasil	16
2.1.1 Primeira fase: As lutas sociais da República Velha	16
2.1.2 Segunda fase: As lutas sociais pós-revolução de 1930 até a queda do Estado Novo	18
2.1.3 Terceira fase: As lutas e os movimentos no período populista	19
2.1.4 Quarta fase: As lutas de resistência ao Regime Militar.....	21
2.1.5 Quinta fase: As lutas pela redemocratização	22
2.1.6 Sexta Fase: Da negociação à Era dos Direitos e às Parcerias.....	24
2.1.7 Sétima fase: Da parceria ao voluntariado: A era das relações flexíveis.....	26
2.2 A Construção Histórica do Movimento Social de Luta contra AIDS/RS	31
3 PANORAMA TEÓRICO NO ESTUDO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: AÇÃO, IDENTIDADE E DISCURSO	42
3.1 As Ações Coletivas e os Movimentos Sociais	45
3.2 Identidade Coletiva e os Movimentos Sociais Contemporâneos	50
3.3 O Discurso e os “Novos” Movimentos Sociais	58
4 ESTUDO DA IDENTIDADE: O DISCURSO, A DIFERENÇA E A CULTURA COMO POSSIBILIDADE DE CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS	69
4.1 A Construção da Identidade Coletiva como Suturas Discursivas	70
4.2 A Construção da Identidade: Cultura e Diferença	79
5 METODOLOGIA	86
6 ANÁLISE DE DADOS	97
6.1 Análise do Diário de Campo	97
6.2 Análise das Entrevistas	105
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS	130
APÊNDICE A - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO E REGISTRO DE CAMPO	134
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADO	135

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa para dissertação de mestrado visa verificar alguns dos processos que envolvem a construção da identidade coletiva no Movimento Social de Luta contra AIDS (MSLA/RS) através das relações com o Estado/RS nos últimos 30 anos. Acredita-se que a escolha do tema seja relevante na medida em que se compreenda e venha à luz os fatores políticos implicados na constituição da identidade coletiva deste Movimento através da sua relação com o Estado.

O estudo da identidade coletiva tem sido uma das maneiras de se analisar os movimentos sociais contemporâneos. O Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos/Unisinos concentra uma de suas linhas de pesquisa nos estudos das práticas sociais no que se refere aos processos da construção da identidade coletiva. Vindo ao encontro do objetivo da Linha I do PPGCS é que se propõe esta pesquisa.

No Brasil, existem alguns estudos nos quais se constata historicamente a importância da participação do Movimento Social de Luta contra AIDS na culminação das políticas públicas brasileiras de atenção à saúde e aos direitos sociais para as pessoas infectadas pelo HIV: Vírus da Imuno Deficiência Adquirida. Porém, cabe destacar que essa pesquisa será pioneira em escrever, mesmo que brevemente, a história desse movimento e tratar das questões que envolvem a construção da identidade coletiva do MSLA/RS.

Considera-se importante o estudo da construção da identidade coletiva, pois esse tema possibilita se compreender como os sujeitos coletivos constroem suas identidades dentro de uma determinada ordem discursiva, e quais os fatores que vem interferir na sua constituição. A perspectiva da construção da identidade coletiva considerada aqui a compreende como um processo contínuo, que se constrói e reconstrói através das relações sociais, nesse caso, na forma relacional: (Nós x Eles), no tensionamento entre um “interior” e um “exterior” que a constitui.

Entende-se também que é necessário fazer um esboço das lutas sociais travadas pelos movimentos sociais brasileiros ao longo dos anos, pois se considera que esses movimentos de resistência, através de suas lutas, permitiram criar condições necessárias para que houvesse a superação da ordem dominante e com isso ocorressem algumas mudanças políticas necessárias no Brasil. Entre as mudanças políticas, cita-se o acesso universal às políticas de saúde, reivindicadas pelo Movimento Sanitário com a contribuição do Movimento Social de Luta contra Aids na década de 80, que com o surgimento da epidemia, mobilizou parte da sociedade civil no enfrentamento da doença e das discriminações provindas dela.

Assim, por reconhecer a relevância do papel político do Movimento Social de Luta contra Aids, tanto na busca pela efetivação de uma política pública de saúde voltada para o enfrentamento da epidemia, como na consolidação do Sistema Único de Saúde no Brasil, é que se propôs essa pesquisa, no sentido de destacar a importância desse movimento para o estabelecimento do processo democrático do nosso país.

Para uma melhor compreensão dos contextos de formação da identidade coletiva, se fará uma breve remontagem histórica do Movimento Social de Luta Contra AIDS no RS, demonstrando a estreita ligação do surgimento da epidemia da AIDS que suscitou grande mobilização social, o contexto político em que o movimento se mobilizou para o enfrentamento da doença e os processos implicados na construção da identidade coletiva desse grupo.

No Brasil, o primeiro caso de AIDS foi constatado no início da década de 80 e, nessa época, a epidemia foi associada aos chamados “grupo de risco” (homossexuais, usuários de drogas e prostitutas), logo, no imaginário da população brasileira, pairava a ideia de que a AIDS era uma doença que se manifestava somente nas populações consolidadas como marginais e promíscuas que, culturalmente, não era aceitas ou “bem vistas” pela sociedade. Em reação à falta de uma política pública específica para AIDS e a este contexto de exclusão, surgem os Movimentos Sociais de Luta contra AIDS em todo país.

No Rio Grande do Sul, o contexto da AIDS não foi diferente do restante do país: mobilizaram-se várias instituições que, desde a década de 90, vem assumindo um papel importante no combate à epidemia em todo estado. Porém, nesses trinta anos de epidemia, não havia acontecido um quadro de tanta instabilidade como nos últimos cinco anos, período em que houve um retrocesso irreparável em relação à epidemia de AIDS.

Referente a esse retrocesso está o aumento expressivo na proporção de novos casos de infecção, no qual coloca o Estado gaúcho em evidência no âmbito nacional¹. Esta situação é o resultado de um processo desencadeado a partir do ano de 2002 por conta das trocas de gestores do governo estadual². Nessa transição, o Movimento Social de Luta contra AIDS começou a enfrentar uma crise por falta de apoio financeiro por parte da Secretaria Estadual da Saúde, quando muitas instituições enfrentaram dificuldade de continuar com seus projetos e algumas fecharam as portas, vindo a provocar uma reconfiguração identitária no MSLA/RS. Frente esse contexto e por ter a compreensão que o MSLA obteve um papel fundamental

¹ Ver Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde do Programa Nacional de DST-Aids, 2011. Home Page: www.aids.gov.br.

² Início da gestão do Governo Rigotto (PMDB 2002-2006) e Ieda Crusius (PSDB: 2006-2010).

junto ao Estado nas décadas de 80/90, para construir uma política pública de Aids no país, é que se faz necessário reconstruir a história desse movimento, trazendo a luz os processos políticos implicados na sua constituição identitária.

Para cumprir com esta tarefa, a dissertação vai se apresentar em cinco capítulos, sendo que no primeiro capítulo se fará a contextualização histórica dos movimentos sociais no Brasil e a construção histórica do MSLA/RS; no segundo capítulo se trará um panorama teórico sobre os estudos dos movimentos sociais; no terceiro, uma revisão teórica do estudo das construções das identidades; no quarto capítulo se mostrará os procedimentos metodológicos e no quinto capítulo, a análise de dados.

No primeiro capítulo, a contextualização histórica foi construída a partir da República Velha até os dias atuais, pois dessa maneira se terá uma melhor visibilidade de como foram acontecendo às lutas sociais no campo político em determinados contextos históricos e, conseqüentemente, como foi se construindo o processo identitário dos movimentos sociais brasileiros. Para construção histórica do MSLA/RS, utilizaram-se leituras de atas, depoimentos, jornais, leis, folders, vídeos, estatuto e entrevistas realizadas com os seis representantes do MSLA/RS. A história do MSLA/RS retrata a solidariedade e o esforço de um coletivo na busca constante pela garantia de direitos no que se refere às políticas de Aids no Rio Grande do Sul.

No segundo capítulo, foi elaborado um panorama teórico no estudo dos movimentos sociais, no qual se mostrará um recorte teórico das principais teorias analíticas utilizadas pelos pesquisadores brasileiros, pensadas a partir das perspectivas europeias. Sob essas perspectivas o referencial teórico trará abordagens voltadas ao estudo dos movimentos sociais contemporâneos ou novos movimentos sociais, que os compreende pelo processo de construção da identidade coletiva, as ações coletivas e o discurso.

Já no terceiro capítulo, irá se apresentar uma revisão teórica sobre a construção das identidades embasadas por autores que compreendem o processo de construção das identidades como sendo influenciado pelo discurso, pela cultura e pela diferença, entendendo que a construção da identidade coletiva é um processo inacabado, precário, contingente e relacional, que se dá pela relação agônica (Nós x Eles), e que se constitui através de emergências específicas de um determinado contexto.

No quarto capítulo, se apresentará os procedimentos metodológicos e técnicas propostas para elaboração da pesquisa. No que se refere às técnicas de coleta de dados utilizadas para a pesquisa estão: a entrevista semiestruturada, a análise documental, o diário de campo e a observação participante, e para a análise dos dados a teoria do discurso. Do

universo estudado, foram escolhidos para a realização das entrevistas, três representantes das instituições participantes do movimento e três lideranças. Dessa maneira pode se obter acesso aos discursos de diferentes posições-de-sujeitos sobre a construção da identidade coletiva do grupo.

Por fim, no quinto capítulo, se apresentará a análise do diário de campo e a análise das entrevistas, para demonstrar como os integrantes do MSLA/RS compreendem a sua relação com o Estado, e de que forma essa relação interfere na construção da identidade coletiva do grupo.

Cabe deixar registrado que a intenção dessa pesquisa vai além de trazer uma amostra científica para debate acadêmico, mas quer possibilitar um espaço de discussão e reflexão junto ao MSLA/RS, contribuindo assim para preservação da identidade coletiva do grupo, a conservação do campo político democrático e a manutenção das políticas públicas para o atendimento das pessoas que vivem com HIV/AIDS.

Considera-se que a pesquisa sobre os movimentos sociais tem sido, nos últimos tempos, um dos mais inquietantes e estimulantes assuntos, revelando-se um campo de intensa observação e pouco se tem estudado com profundidade sobre a construção da identidade coletiva destes movimentos no que se refere ao aspecto político. A proposta de um estudo sociológico sobre o processo de como o MSLA/RS vem construindo e reconstruindo sua identidade coletiva ao longo dos anos, certamente possibilitará algumas reflexões e discussões que contribuirão para configuração política deste grupo no cenário gaúcho e nacional.

1.1 A Proximidade com o Tema

Minha trajetória até chegar a Unisinos foi difícil, apesar de gostar muito de estudar, concluí o ensino fundamental aos 25 anos. Durante a minha infância vivia num contexto social de muitas dificuldades financeiras, então ir a escola ficava em segundo plano, a prioridade na época era trabalhar para poder ajudar no orçamento da família. Depois de treze anos afastada da escola me despertei para os estudos e não quis mais parar até me formar professora.

A partir desse primeiro passo, assim que obtive oportunidade fui me dedicando, meu esposo e minha filha me incentivavam a prosseguir, com isso em 1997 cursei o ensino médio com uma bolsa estudo num supletivo em Porto Alegre e por me esforçar tirando as melhores notas ganhei um cursinho intensivo de pré-vestibular da escola que eu freqüentava.

Fiz vestibular e foi assim que ingressei no curso de Pedagogia da Unisinos. Na universidade contei com a ajuda das professoras: Jussara Gue Martini, Maristela Riva Knauth, Miriam Dazzi e Noeli Klein Varella, que conseguiram uma bolsa de iniciação científica da Fapergs, na qual fui bolsista durante toda minha trajetória na Unisinos. Sendo bolsista de iniciação científica me envolvi em projetos de pesquisa ligados ao tema da prevenção da Aids, participava de seminários e eventos apresentava trabalhos e isso me levou a conhecer muitas instituições tanto acadêmicas como não-governamentais me abrindo caminhos e contatos com muitas pessoas.

No ano de 2001 me formei na Unisinos, mas continuei envolvida nos projetos da universidade. Numa das atividades do projeto fui com alunos de uma escola pública que participavam da pesquisa, fazer uma visita a Clínica Esperança que abrigava crianças soropositivas, lá minha filha e eu conhecemos um menino de cinco anos chamado Breno, a partir daí formamos um laço afetivo com ele e acabamos por adotá-lo, hoje ele faz parte da nossa família.

Em 2002 participando como supervisora de uma pesquisa junto aos “movimentos sociais de luta contra Aids no RS”, trouxe a proposta para professora Jussara Gue Martini e colegas bolsista do projeto, de fundar uma ONG no município de Alvorada para contribuir no enfrentamento da Aids na minha cidade, já que na época estávamos em quinto lugar no Estado em incidência de HIV. Em março de 2003, fundamos a Educativa: Ação para Saúde, Educação e Cidadania em Alvorada, e começamos a trabalhar na prevenção da Aids no município.

Minha proximidade enquanto pesquisadora com o tema de estudo se deu devido ao envolvimento com o Movimento Social de Luta contra Aids no qual durante cinco anos, enquanto militante atuei na presidência do conselho diretor da Organização-Não-Governamental: Educativa representando a instituição nas instâncias de controle social, entre elas, a participação no Conselho Estadual de Saúde do RS, na Comissão de DST/AIDS e no Fórum ONG AIDS/RS.

2 PERCURSO HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

A proposta desta dissertação visa estudar os processos da construção da identidade coletiva do Movimento Social de Luta contra AIDS do RS (MSLA/RS), partindo das relações estabelecidas com o Estado nos últimos trinta anos, para realizar essa tarefa, neste capítulo se apresentará um breve contexto histórico dos movimentos sociais no Brasil e sua relação com Estado e também, se fará uma breve remontagem histórica do Movimento Social de Luta contra AIDS do RS (MSLA/RS).

No primeiro momento a intenção é situar o leitor no contexto histórico dos movimentos sociais no cenário brasileiro e, com isso, elucidar a ordem dos fatos sociais demonstrando como foram se dando as formas de luta no campo político em determinados contextos históricos e, conseqüentemente, como foi construído o processo identitário dos movimentos.

No segundo momento, se mostrará a importância da participação do Movimento Social de Luta contra a AIDS (MSLA/RS), no cenário brasileiro, que é reconhecida politicamente e que influenciou expressivamente na construção não somente nas políticas da AIDS, mas também na própria implementação do SUS: Sistema Único de Saúde³. Por isso, a construção histórica possibilitará resgatar algumas contribuições que irão auxiliar a pensar como se deu a trajetória e o processo de construção da identidade coletiva do MSLA/RS, através de sua relação com o Estado brasileiro ao longo dos anos.

No Brasil, existem alguns estudos nos quais se constata historicamente a importância da participação do Movimento Social de Luta contra AIDS na culminação das políticas públicas brasileiras de atenção à saúde e direitos sociais para as pessoas infectadas pelo HIV: Vírus da Imuno Deficiência Adquirida. Porém, cabe destacar que, até o momento, esse estudo será pioneiro ao tratar das questões que envolvem a construção da identidade coletiva do MSLA/RS.

Esse resgate histórico do Movimento Social de Luta contra AIDS/RS será realizado a partir das entrevistas, análise de documentos, diário de campo, vídeos e relatos dos participantes desse movimento. A intenção também desse capítulo é materializar e deixar registrado as informações adquiridas nesse estudo dando “rosto e corpo” a esse movimento por acreditar no mérito de sua participação nas políticas públicas de saúde do país no que se refere à epidemia de AIDS.

³ Nota: Ver Grangeiro et al. Resposta à AIDS no Brasil: contribuições dos movimentos sociais e da reforma sanitária. **Rev. Panam Salud Publica**, p. 87-94, 2009.

2.1 Movimentos Sociais e Estado: Contextos históricos no Brasil

Inicialmente, entende-se que é necessário fazer um esboço desde os processos das lutas iniciais travadas pelos movimentos sociais tradicionais até a chegada dos “novos movimentos sociais”, no entendimento de que as mudanças históricas ocorridas na sociedade brasileira aconteceram, na maioria das vezes, em decorrência da participação política desses grupos coletivos. Leva-se aqui em consideração que esses movimentos de resistência e lutas permitiram criar condições necessárias para que houvesse a superação da ordem dominante e com isso as modificações políticas necessárias ocorressem no Brasil.

Na América Latina, segundo Gohn (2000), os pesquisadores brasileiros enfocaram mais seus estudos nas mudanças socioculturais ou transformações políticas que os movimentos sociais poderiam gerar, enquanto poucas pesquisas se detiveram aos estudos sobre a construção das identidades. Baseando-se na abordagem europeia de análise dos movimentos sociais, é que se apresenta a proposta deste estudo: fazer um mapeamento da trajetória e a constituição da identidade coletiva do MSLA/RS através da sua relação com o Estado.

Para o mapeamento dos movimentos sociais no Brasil, Gohn⁴ indica que se devem levar em conta os períodos/fases a partir da República Velha até chegar o período democrático quando surgem, na década 80, os novos movimentos sociais. Entre eles, o Movimento Social de Luta contribuiu para a mudança do percurso da história das políticas públicas de saúde do nosso país.

2.1.1 Primeira fase: As lutas sociais da República Velha

No período da República Velha, início da industrialização brasileira, é que começa a constituição dos movimentos sociais, na época intitulado Movimento Operário. Apesar de haver um número pequeno de operariado neste momento, é ali que forma-se a classe trabalhadora, incentivada pela vinda de operários imigrantes da Europa.

Influenciados pela política e ideologia europeia, os trabalhadores brasileiros passam a organizar suas lutas e realizam centenas de greves. As reivindicações são pautadas na ausência de direitos trabalhistas mínimos.

Segundo Montaña (2010, p. 234),

o impulso para as lutas advinha das péssimas condições de trabalho e de vida das classes trabalhadoras, com jornada de trabalho sem limite, sem descanso semanal

⁴ Ver GONH, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995. p. 61.

remunerado, aposentadoria, férias, salário mínimo, miserabilidade nos locais e condições de moradia.

Em contra partida, o governo oligárquico, percebendo essa influência, cria leis de repressão à atividade político-sindical, reprime as greves e expulsa os trabalhadores estrangeiros, alegando que estes comprometem a segurança nacional. Gohn (1995) complementa que o Estado brasileiro trata a questão social como questão de polícia. As greves nos vários setores são uma constante e o controle social se dá por meio de políticas e leis que restringem até a entrada de imigrantes no país.

Em resposta, emergem os primeiros modelos de organização dos trabalhadores: as Associações Assistenciais e as Ligas Operárias que, com a chegada das indústrias, tentam reunir os trabalhadores por setores específicos com o objetivo de lutar em defesa de interesses comuns, dando origem às organizações sindicais.

Com o advento das organizações sindicais, principia-se uma forte repressão estatal junto aos sindicalistas que não se davam por derrotados. Montañó (2010, p. 235) enfatiza que “neste período (1917-1920), os sindicatos realizavam inúmeras greves em decorrência da queda nos salários produzidas pela crise econômica do pós-primeira guerra”. Em meio às pautas, nas reuniões do sindicato, fluía um sentimento socialista que foi ganhando corpo.

A revolução ocorrida na Rússia (1917) serve de inspiração para fundar o Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 25 de março de 1922. Este, mesmo na ilegalidade, orienta-se pelas diretrizes políticas do marxismo e do leninismo. Porém, a relação do sindicato com o partido não é consensual entre os comunistas: uns acreditam que o sindicato deva ser independente, outros, que o partido é uma corrente do sindicato.

Em concomitância a este impasse, o Estado se aproveita para cooptar o controle dos setores dos trabalhadores e dos sindicatos através da regulamentação de leis que favoreçam somente os setores centrais da economia agroexportadora: os portuários, os marítimos e os ferroviários.

Nessa conjuntura do período da República Velha, pode-se perceber que, dado ao avanço da urbanização do país e início do processo de industrialização, as lutas sociais se deram no campo da classe operária, fundadas a partir da esfera produtiva. O pensamento marxista aparece aí orientado nos limites da exploração da força do trabalho, juntamente com as influências que vieram junto com os imigrantes europeus que chegavam ao Brasil naquela época.

As lutas sindicais são calcadas na “consciência de classe” e se expressam através de reivindicações salariais e de leis trabalhistas que garantam seus direitos, eliminando assim a

exploração da classe operária e trabalhadora. Neste momento, o movimento é denominado como clássico: Movimento Sindical e operário.

2.1.2 Segunda fase: As lutas sociais pós-revolução de 1930 até a queda do Estado Novo

Em 1930, dá-se início a uma nova etapa no país. Segundo Gohn (1995, p. 80), trata-se da “vitória do projeto liberal industrializante que, em oposição às elites conservadoras rurais, dará um novo cenário para o país”. O Estado passa a organizar e interferir na economia e na sociedade com mais vigor e inicia-se um novo processo de lutas dos trabalhadores.

Segundo Montaña (2010, p. 236), é neste momento que, “se consolida o controle do Movimento Operário, com a criação do Ministério do Trabalho, que passa a incorporar os sindicatos no aparelho estatal e a formular uma política que os defendia como órgãos de cooperação e colaboração com o Estado”.

Nos anos de 1934 e 1935, há uma forte expressão das mobilizações sindicais: a criação da Frente Única Sindical e da Confederação Sindical Unitária do Brasil e a formação da Aliança Nacional Libertadora. As lutas travadas pela Aliança Nacional Libertadora têm o apoio dos sindicatos, que reivindicam o fim do pagamento da dívida externa e a reforma agrária, assim como o fim do fascismo.

Contra estas manifestações, o Estado, liderado por Getúlio Vargas, responde de forma violenta com o ataque à Aliança Nacional Libertadora (ANL). Este período é de intensa repressão, pois muitos sindicalistas e operários foram presos e torturados, outros deportados. Como conta Montaña (2010, p. 237): “‘Olga Benário, companheira de Luiz Carlos Prestes (nome mais expressivo da ANL), foi deportada para os campos de extermínio nazista’ e muitos foram mortos. Cabe aqui registrar ‘que até o ano de 1937, foram presas aproximadamente cerca de vinte mil pessoas’”.

Segundo Gohn (1995), no período instituído como Estado Novo (1937-1945), a política repressiva adotada por Vargas, vinha de, “inspiração do fascismo e tinha intuito de manipular a força política do operariado e combater os movimentos políticos, com isso liquidaria com o sindicalismo e determinaria o fechamento dos partidos”. (GOHN, 1995, p. 86).

Contudo, essa postura não diminui a resistência das classes trabalhadoras, pelo contrário, incentiva às lutas pelas mudanças políticas.

Montaña (2010, p. 238) diz que “Com o fim do Estado Novo, os trabalhadores deram seqüência às lutas por aumentos salariais e liberdade de organização sindical”. Ainda conquistam algumas vitórias como a anistia de alguns presos políticos e a legalização do

Partido Comunista Brasileiro. O PCB, com o decreto de liberdade de organização partidária, retoma sua legalidade e funda a UDN: União Democrática Nacionalista.

Nesse momento, considerados os dois períodos mais conflitantes e utópicos da história brasileira, o cenário da Era Vargas ao Regime Militar, está visível a ação política repressiva por parte do Estado. Há uma forte proibição às lutas dos trabalhadores e aos sindicatos autônomos e uma normatização dos direitos voltados à concessão e outorga do Estado.

Como se pode ver, o pensamento socialista se faz presente neste panorama, não somente impulsionando os movimentos sociais, como possibilitando a criação de uma política partidária. Contudo as lutas ultrapassam a relação capital/trabalho e adentram as questões sociais, tendo implícito o sentimento produzido pelos ideais do socialismo.

2.1.3 Terceira fase: As lutas e os movimentos no período populista

Em 1947, o governo de Dutra ganha as eleições e novamente se retoma as repressões. O PCB volta à ilegalidade, levando os filiados e simpatizantes ao exílio e à prisão. Neste momento, as pressões às organizações são mais combativas, porém os trabalhadores dão sequência às lutas.

Gohn (1995, p. 90), relata que nesta fase o Brasil é reinserido numa nova ordem econômica baseada no desenvolvimento do país, aproveitando-se não somente das riquezas naturais, mas fundamentalmente “da exploração de mão-de-obra barata, já desenvolvendo um processo de mudança do campo para a cidade”. Sader (1988, p. 89) vê este momento como uma imagem da “manifestação da modernização da sociedade, em trânsito do tradicional rural para o urbano industrial”.

Vargas retoma o poder em 1950 com um discurso para grande massa de trabalhadores e com forte apelo nacionalista e trabalhista, Montañó (2010, p. 239) menciona, porém, que não convence a classe trabalhadora, que “responde com centenas de greves, entre o período de 1951 e 1953”. Nesta mesma época, começam a surgir as organizações dos trabalhadores do campo.

A forma política de organização dos trabalhadores do campo não começa no domínio das práticas sindicais e sim, em grupos pequenos de matriz religiosa ou laica. Em 1954, se dá a organização dos trabalhadores rurais: União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Brasileiros (ULTAB). Em 1955, a Liga Camponesa da Galileia, que dá origem a outras Ligas em todo o país.

As Ligas Camponesas que emergem dão origem ao Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais. Segundo Prado (2004, p. 303), esse movimento tem, “como principais

bandeiras políticas de luta a regulação fundiária, o combate ao ‘regime de meia’ e a defesa por melhores salários, direitos trabalhistas e previdenciários”.

No período de 1961 a 1964, governo de João Goulart, os processos de mobilizações se intensificam, vão do meio urbano até o rural. Neste percurso, permite-se superar a dicotomia urbano/rural, chegando a uma compreensão relativa aos movimentos sociais, apenas reconhecendo a existência de um forte sentimento ideológico que mobiliza os sujeitos para suas lutas.

Avança a constituição de uma central dos trabalhadores e, no campo, passa-se a legalizar os sindicatos rurais. Em 13 de março de 1964, mobiliza-se mais de duzentos mil trabalhadores em um ato em defesa das reformas de base no Rio de Janeiro. A classe média, contra este ato, realiza a Marcha pela Família e inicia o período autocrata burguês no Brasil. Segundo Montañó (2010, p. 240) “a implementação da autocracia burguesa obstaculizou todo esse processo da organização sindical dos trabalhadores no campo e na cidade”.

No entanto, as ofensivas não ofuscam o sentimento de lutas dos trabalhadores sindicalistas que, mesmo de forma reduzida, se organizam em locais clandestinos e realizam diversos movimentos de greve.

Também em 1961, entre outros movimentos, emerge o Movimento de Educação de Base (MEB), voltado ao método de alfabetização de adultos, criado por Paulo Freire. Gohn (1995, p. 96) comenta que “este método de aprendizagem relacionado às vivências do cotidiano das pessoas, teve grande repercussão na educação brasileira e conhecimento mundial”. Gohn (1995, p. 90) ressalta que os movimentos sociais desta fase foram muitos. As greves dos operários e de setores do aparelho estatal, recém-expandidos pelas necessidades da conjuntura, “marcaram o período como um dos mais ricos da história do país em mobilização e propostas sociais”.

Consegue-se ver as características próprias desses movimentos, seus desdobramentos e suas conquistas através de lutas acirradas com o Estado, levando muitas vezes os militantes e partidários às prisões, ao exílio e à morte, mas não abandonando o sonho de emancipação. As grandes manifestações, como greves, passeatas, abaixo assinados, traduzem o empenho dos movimentos sociais motivados pelo desejo constante de mudança social.

Os objetivos traçados confluem as lutas classe/lutas sociais como possibilidade para época, identificando o Estado como alvo de demandas e pressões. Desta maneira, percebe-se que as lutas estão voltadas a vários sentidos: tanto de aspectos econômicos, como de defesa aos direitos humanos, políticos e sociais. Tendo assim, nessa nova configuração, formas

diferenciadas de expressão que se remetem a diferentes sentimentos, histórias e experiências dos atores sociais envolvidos.

2.1.4 Quarta fase: As lutas de resistência ao Regime Militar

A ideia trazida por Gohn (1995) deste período corresponde a uma fase de grande repressão para sociedade brasileira imposta pelo governo militar. Dentro desta compreensão há de um lado “o Estado autoritário e ditador e de outro a sociedade civil, reprimida e descontente com o regime político da época”. (GOHN, 1995, p. 100). A sociedade começa se organizar contra o sistema de exploração, criando iniciativas de lutar para alcançar a tão almejada emancipação.

Neste momento, as manifestações sociais são duramente sufocadas pela ditadura militar e a sociedade clama por um ideário libertador. Gohn (1995, p. 102) verifica nesse período que há uma intensa articulação das forças políticas no Brasil, “mesmo que se operando na clandestinidade, pensavam em ações violentas respaldadas na ilusão de luta armada como uma única forma de instalar uma nova sociedade, assim como havia ocorrido na Revolução Russa”.

Montaño (2010, p. 273) fala que “Nas décadas de 1960 e 1970, vários grupos de esquerda passam a defender a luta armada através de várias guerrilhas em zonas urbanas e rurais”. Essas ideias das organizações são derrotadas a princípio pelo militarismo, porém o que há é o abandono da luta armada, que passa a ser substituída pelas ações políticas.

A doutrina marxista, neste panorama, se destaca por compreender a realidade social e procurar estratégias para superá-las, trazendo uma proposta de transformação social no meio de intensa opressão. Num questionamento de Sader (1988, p. 176), vem a resposta de como “as falas marxistas (na oposição ao capitalismo, no papel da classe operária, na luta pelo socialismo) contribuíram na reelaborações das experiências populares nos anos de 1970”.

Para o autor, estão evidenciadas as ideologias básicas de Marx na atuação dos grupos, nas fábricas, nos sindicatos, entre militantes intelectuais com vinculação política e desde as organizações mais tradicionais, como os sindicatos, até as organizações populares das áreas de educação, saúde, moradia, pastorais da igreja e, sobretudo, dos movimentos estudantis.

Nessa conjuntura de anseios por mudanças, inicia-se um momento de mobilização, formação política e organização por parte da sociedade brasileira. O exercício começa pelas bases populares, já influenciadas pelos movimentos anteriores, com ideologias trazidas por muitos representantes de esquerda que passam a atuar no trabalho de base.

O trabalho de base junto às associações de bairros, centros e institutos de educação popular são o ponto principal de apoio para se colocar em evidência o caráter emancipatório e revolucionário idealizado por Marx. As lideranças sociais mencionadas no texto de Sader (1988) trabalham na clandestinidade procurando referir as questões da atualidade à luta contra o regime.

A expansão dos movimentos sociais mostra a diversidade das formas de organização, porém as referências ideológicas cruzam os vários movimentos. Sader (1988, p. 198) afirma dizendo que “a pluralidade de movimentos não está indicando nenhuma compartimentação de supostas classes sociais ou camadas sociais diversas. Está indicando diversas formas de expressão”.

Compreende-se assim, que os movimentos sociais constroem sua identidade enquanto sujeitos políticos de acordo com suas formas de representação, porque, de fato, se encontram em alguma situação de exclusão ou são ignorados pelos poderes públicos vigentes. Assim, cada movimento se organiza dentro de sua modalidade e experiências particulares, criando estratégias de lutas de acordo com suas necessidades, sem abandonar as ideias vindas de suas bases.

2.1.5 Quinta fase: As lutas pela redemocratização

Em meados dos anos 70, inicia-se um dos períodos mais ricos da história, considera Gohn (1995), no que diz respeito às lutas sociais, aos movimentos e, sobretudo, aos projetos idealizados para o país. Segundo ela, “havia um clima de esperança, de crença na necessidade da retomada da democracia, da necessidade da participação dos indivíduos na sociedade e na política”. (GOHN, 1995, p. 111).

Um dos movimentos considerados de maior expressão no cenário brasileiro surge em 1978: o MST, Movimento dos Trabalhadores sem Terra. Segundo Montañó (2010, p. 276), “por meio de sua estrutura organizativa de formas de manifestação e expressão de suas reivindicações e lutas, contribuiu para publicizar e politizar o tema da questão agrária no Brasil”.

O principal impulsor para as lutas pela terra é o desenvolvimento do capitalismo adotado durante o regime autocrático que objetiva acelerar a modernização do campo, mas acaba desencadeando o processo de urbanização da sociedade brasileira. Como reflexo desse contexto econômico, está à multiplicação dos conflitos agrários. Destaca-se que toda formação deste movimento vem de valores humanistas e socialistas voltados à transformação social.

A questão racial também ganha saliência, apesar de que desde a República Velha tenha se feito algumas iniciativas de ações em relação à população negra, mas sufocadas pela oligarquia. Novas tentativas são retomadas com o fim do Estado Novo e desarticuladas com o golpe em 64. Só em 1978, durante uma manifestação na escadaria do teatro Municipal de São Paulo contra a violência e o preconceito racial, que o movimento marca sua organização.

Montaño (2010, p. 283) conta que “este ato público representou um marco da inserção do movimento negro no contexto da luta das forças populares pela redemocratização”. Em novembro do mesmo ano, na cidade de Salvador, Bahia, durante assembleia do movimento é adotada a data de 20 de novembro como o “*Dia Nacional da Consciência Negra*”, em homenagem a Zumbi de Palmares, líder que morreu defendendo a liberdade dos negros no Brasil.

Concomitante a estes fatos, Sader (1988, p. 261) acompanha a formação do movimento de saúde, em São Paulo, onde “a luta reivindicava o direito a saúde, a construção de postos e melhoria nos atendimentos”. Este movimento é liderado pelo núcleo das donas de casa que ganharam apoio da igreja católica, através da pastoral e dos médicos sanitaristas.

Esse movimento é fortemente mobilizado: grupos organizam abaixo assinados, passeatas, assembleias públicas, montam comissões que lutam pela formalização dos conselhos de saúde. A conquista mostrada por Sader (1988, p. 261) é “à prática do controle social popular sobre os centros de saúde”, que irá se estender futuramente por todo país.

Outro movimento em destaque, segundo Montaño (2010), é o Movimento Feminista, que desde 1920 já vinha se organizando. Mas é, “a partir do final dos anos 1970, acompanhando o ressurgimento das lutas dos movimentos sociais pela redemocratização, que há um crescimento dos movimentos feministas no Brasil”. (MONTAÑO, 2010, p. 286).

Uma das tendências trazidas para interior do movimento é a perspectiva socialista ao entender que a emancipação da mulher está na construção de um projeto de societário de igualdade e liberdade em oposição ao regime capitalista. Suas bandeiras de lutas estão ligadas a reivindicar melhores condições de trabalho, igualdade salarial entre homens e mulheres no exercício da mesma função, controle de natalidade (uso de anticoncepcionais), legalização do aborto e direito à assistência maternidade.

Encerrando este ciclo, Gohn (1995, p. 112) traduz este momento como um processo de “rearticulação da sociedade da civil”. A união das forças políticas de oposição ao Estado possibilita a construção de propostas e frentes de luta para mudança social do país. Segundo ela, estes sujeitos passam a ser “novos atores históricos, sujeitos de processos de libertação e de transformação social”. (GOHN, 1995, p. 112).

2.1.6 Sexta Fase: Da negociação à Era dos Direitos e às Parcerias

A década de 80 é marcada pelo ponto de vista das experiências políticas sociais altamente positivas em contraponto à crise econômica que se passa no cenário brasileiro. Gohn (1995, p. 123) retrata as características da conjuntura política atual da seguinte forma: “aumento populacional, proliferação das ações coletivas, realização de eleições estaduais para governadores, inflação econômica, lutas pelas ‘Diretas Já’ para eleição presidencial, processo da constituinte, ampliação dos movimentos sociais”.

Há uma forte movimentação no processo da constituinte em relação à participação na elaboração da Carta Constitucional. Doimo (1995, p. 198) relata que em “vários estados os movimentos pró- participação popular se organizavam formando redes de articulações políticas para realização de grandes abaixo assinados”. Durante todo processo constituinte, há uma participação legítima da população visando à institucionalização de dispositivos para democracia direta.

Doimo (1995, p. 216) chama a atenção dizendo que: “É bom lembrar, por exemplo, que a conquista de determinados direitos sociais e de dispositivos de democracia direta, na Constituição de 1988, especialmente a iniciativa popular de lei, contou com a intensa articulação das redes movimentistas do Movimento Popular”.

A autora (1995, p. 224) ainda relata que as ações destes movimentos tornam-se bastante diversificadas, “desde passeatas, manifestações através de atos públicos, acampamento em praças até o estabelecimento de um conjunto de códigos éticos - políticos que incluía da democracia à construção de uma sociedade com autonomia”.

Neste contexto, a sociedade brasileira já democrática torna-se mais plural, vem com grande força de contestação e renovação política. Surgem os novos movimentos sociais que se firmam a partir de questões diversificadas e quem impulsionam o surgimento de ONGs: Organizações Não Governamentais.

Montaño (2010) revela alguns elementos que considera positivos dessas novas formas de contestação e de lutas: “como o de colocarem no cenário político temas como a questão de gênero, de raça, etnia, religião, sexualidade, ecologia, referentes à esfera da reprodução social, os bens de consumo coletivo: saúde, educação, transporte, moradia”. (MONTAÑO, 2010, p. 266).

Assim, os Novos Movimentos sociais passam a se destacar em mostrar que as condições de reprodução do capital perpassam da condição econômica e se estendem à totalidade das condições sociais existentes na sociedade.

Com o direcionamento do panorama econômico, social e político dos anos 90, legitimados por uma ideologia neoliberal, o Estado Democrático realiza uma grande reforma econômica em favor do capital privado. Com isso, Steil (1993, p. 47), menciona que “a lógica capitalista de expansão de mercado e exclusão de pessoas adentra as entranhas dos Estados, transformando bens e serviços públicos em mercadoria”. Impõem-se um realismo político, aonde o capitalismo vem com força inviabilizando os espaços para pensar em mudanças.

Apresentam-se aqui, nesta conjuntura, dois fatos históricos relevantes para se pensar: a relação díade entre os Movimentos Sociais/ONGs e o Estado, que configura uma mudança no cenário brasileiro, ao mesmo tempo em que passa a haver uma valorização destes novos atores sociais, o Estado sofre uma desvalorização.

Partindo deste mesmo cenário, Gohn (2000) complementa chamando à atenção a algumas consequências em relação a estes fatores relevantes:

o enfraquecimento do papel do Estado, a terceirização das questões sociais para as Organizações da Sociedade Civil, as ONGs começam a disputar espaço com o Estado e os Movimentos Sociais, e em consequência disso, os Movimentos Sociais passam também por um processo de institucionalização. (GOHN, 2000, p. 286).

Por conta disso, as ONGs incorporaram um novo papel: de reivindicadores de direitos passam a prestadores de serviço do Estado. Esse novo direcionamento das políticas do Estado tem o intuito de garantir a sustentabilidade das ONGs a partir de financiamentos, tanto no que se refere à organização das estruturas, como na execução das ações, com o discurso de oportunizar aos novos parceiros uma estabilidade financeira. Prado (2010, p. 2) considera este momento transitório dos movimentos como a saída do “processo emancipação para o processo de regulação”.

É nessa qualidade de parceiras que as ONGs, segundo Steil (1993, p. 49),

vão entrar em relação ao Estado, deslocando sua ação mediadora dos Movimentos Sociais para a sociedade como um todo. Já não se trata de potencializar a dos setores organizados da sociedade civil e apoiar suas reivindicações e lutas populares, mas de encampar causas de abrangência nacional.

Esse novo modelo da ação social mais plural abre caminhos para outras formas de atuação com a abrangência de receber recursos e executar ações, o que para Gohn (1995, p. 203),

trata-se de uma nova forma de equacionar, encaminhar as demandas e sistematizar as possíveis soluções. Uma espécie de privado-público/não estatal, porque as ações partiam do setor privado, organizados pela sociedade civil, mas com suportes financeiros e de infraestrutura estatais, oriundos de verbas do governo.

Essa situação se revela frente à crise, ao desemprego e ao crescimento da violência em todos os espaços da vida social, fazendo com que os movimentos se adequem às novas regras políticas. Assim, em meio a essa conjuntura, os novos movimentos sociais nos anos 90 passam por uma mudança identitária trazendo desdobramentos e se firmando a partir de questões diversificadas, impulsionam o surgimento de ONGs: Organizações Não Governamentais. Para a autora, esse processo de “onguização” acarretou no distanciamento dos militantes dos Movimentos Sociais de suas bases que, com a atribuição de novas funções, ficaram com pouco tempo para dedicar-se à militância, à politização, à articulação e à mobilização social.

2.1.7 Sétima fase: Da parceria ao voluntariado: A era das relações flexíveis

Este momento histórico destaca-se pelas “novas” formas de regulação e controle do Estado junto aos movimentos sociais. A ideia de institucionalização dos movimentos e relação de “parceria” com o Estado fixou-se nos últimos anos, articulado por um discurso político democrático. Com essas “roupagens”, o Estado vem interferindo nas formas de organização, participação e lutas dos movimentos sociais, garantindo assim uma governança com relações flexíveis, sem atritos no campo de disputas políticas.

No final dos anos 90, se obteve uma ruptura muito grande no que se refere às relações do Estado com os movimentos sociais, se antigamente tínhamos um cenário de autoritarismo, nesse momento se inicia um processo de relações de amizade e parceria. Os militantes que outrora sofriam repressão, atualmente são convidados a constituir parte dos governos ou ainda executam projetos em parceria com as gestões. Contudo, sabe-se e se deve levar em consideração que nos últimos anos o Estado é governado por uma política de esquerda, porém cabe aqui questionar se os militantes dos movimentos sociais ou instituições percebem essas modificações e não confundem seus papéis nesta nova realidade.

Sobre essa nova realidade, Steil (1993, p. 49) alerta para “arriscada onda de demandas às ONGs para que estas ocupem o lugar de agentes da regulação social, substituindo o Estado em seu papel”, percebendo aí o “perigo” dos MS/ONGs perderem sua identificação política. Claramente, o autor prevê aí a estratégia de cooptação da sociedade civil organizada, seja na contratação de militantes para trabalhar no governo como cargo de “confiança”, ou até mesmo pela abertura de editais de concorrência, nos quais as instituições disputam entre si para executar as ações do Estado.

No que se refere à contratação de militantes de MS/ONGs, cada vez mais, se torna comum esse tipo de vínculo nos quadros administrativos dos governos, o que aparentemente

não tem problema nenhum. Porém, mencionando um exemplo vivenciado em uma reunião⁵ do movimento social de luta contra a AIDS/RS em que um representante do Estado (ex-militante do movimento) começa seu discurso dizendo aos presentes de que o “*Estado é parceiro e amigo dos movimentos*”, dando a entender que estavam no mesmo campo de representação política, percebe-se que as relações ficam dúbias.

Steil (1993, p. 52) também aponta para outro aspecto interessante: a “livre concorrência” que os movimentos incorporaram se regulamentando “para se adequar a um novo contexto de concorrência e mercado de serviços públicos que são vendidos para entidades privadas e as novas já surgem dentro deste espírito”. O espírito trazido pelo autor refere-se ao capitalismo em Weber (2004) que acaba englobando os Movimentos Sociais e as Organizações-Não-Governamentais com sua proposta de “parceria” travestida de oferta de trabalho.

Cabe salientar aqui dois aspectos importantes trazidos pelo autor: primeiro, a questão da “livre concorrência” - nesta configuração a oferta de trabalho no mercado é disputadíssima entre os Movimentos Sociais e ONGs, ganha os editais de concorrência quem fizer o “melhor” projeto social (para isso tem que ter profissionais qualificados) e o “menor” preço (exploração da mão-de-obra barata), ainda com o discurso de incentivo ao trabalho voluntário como contrapartida institucional por parte dos movimentos sem contar que o Estado fica isento de custos previdenciários e direitos trabalhistas com a contratação de funcionários para exercer suas ações.

Em segundo, a questão do “espírito” que tem como bandeira ideológica estimular a competição e, conseqüentemente, o individualismo. A ideologia neoliberal é caracterizada por esta racionalidade: quando os Movimentos Sociais e as ONGs já nascem dentro deste espírito de ordem econômica dominante, ele torna-se “natural”, como percebia Weber⁶ (2004) em seus escritos sobre o capitalismo. Nessa mesma lógica, se dá o processo de individualização dos movimentos que, muitas vezes, correm o risco de tratar o outro movimento como um concorrente; um oponente e não se dão conta quem de fato é o verdadeiro adversário político. Dessa maneira, o Estado acaba regulando as ações dos Movimentos e impondo a eles as ideologias de mercado.

Aqui também surge uma nova categoria que engloba inúmeras instituições não governamentais, redes de movimentos sociais e organizações: o chamado Terceiro Setor. Este

⁵ Reunião do Movimento Social de Luta contra AIDS com os gestores estaduais, ocorrida em 26/09/12, em Porto Alegre no Hotel Ritter.

⁶ Ver WEBER, Max, 1864-1920. **A Ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Tradução José Marcos Mariani de Macedo: Revisão técnica, edição de texto, apresentação, glossário, correspondência vocabular e índice: Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

chega com a proposta de ser mediador do público, dentro do contexto de restrição do Estado de Bem Estar Social. A partir daí, assistimos a uma reconfiguração dos Movimentos Sociais no cenário nacional.

Esse período histórico destaca-se de forma muito perspicaz, pois evita as relações agonísticas e abre espaço para um discurso de “*parcerias*”. Essa identificação distorcida da realidade leva a uma situação de “faz de conta” que não existe crise, que tudo é negociado, que as políticas públicas estão sendo bem sucedidas e que se está em pleno desenvolvimento econômico.

A sensação que se têm é que se vive atualmente numa época de “confusão”, onde de forma menos explícita o Estado regula e domina de forma legítima sob o discurso que “juntos vamos construir um país melhor” e as relações desiguais se mantêm como se não existissem. A questão que envolve aqui é que esse “juntos” ou em “parceria” vai estabelecer uma relação de poder desigual e, para que haja uma fronteira que delimite os papéis políticos, tem que haver transparência nos processos de representação.

Esse discurso de parceria e ajuda mútua repercute bem, agradando a sociedade porque envolve o desenvolvimento de ações altruístas e “solidárias”, não que esse tipo de ação não seja legítima, o que se questiona é a sua intencionalidade, que muitas vezes além de tirar o foco político de pensar em questões realmente efetivas para os movimentos, ainda acaba eximindo o Estado de suas responsabilidades. Zizek (2005) chama atenção para esse forte movimento de apelo aos sentimentos, onde o discurso de “*solidariedade: um significante de plenitude*” interpela os seres humanos a desenvolverem sensações de “*bem estar*”, dando legitimidade ao sistema dominante. (ZIZEK, 2005, p. 14).

Para o autor, o sistema neoliberal se aproveita desse sentimento humano de ajuda mútua ao outro para criar nos movimentos e instituições um sentimento de satisfação, de “dever cumprido” ao desenvolver uma ação voluntária. Com isso, o Estado, além de não promover políticas públicas eficazes para atender a grande desigualdade social existente na sociedade - que lhe é de obrigação - ainda explora o trabalho destas instituições, com baixos custos financeiros.

Esse novo rumo que a situação atual tomou, através do discurso da solidariedade, leva os Movimentos Sociais e ONGs, em muitos casos, a um caminho de exploração. Zizek (2005, p. 12) comenta *que* “para funcionar, a ideologia dominante tem de incorporar uma série de características nas quais a maioria explorada seja capaz de reconhecer suas aspirações como autênticas”. Isso significa que, nesse momento, a estratégia dominante novamente consegue

legitimar esta ideia como autêntica, principalmente dentro das instituições não governamentais.

Estes aspectos mostram com clareza que, nos dias de hoje, as lutas acontecem num campo simbólico, onde existem distorções típicas servindo como manipulação de uma lógica universal. Nesse sentido, os Movimentos Sociais se tornam “presas fáceis” de se cooptar devido ao fato deles estarem dispostos a lutar para mudar suas realidades. Com isso, o Estado se aproveita dessa situação distorce sua estratégia de regulação junto aos Movimentos de forma legítima, fazendo assim com que eles participem do engodo.

Estas distorções discursivas articulam-se através uma ideia global de que para mudar a sociedade, *torná-la mais igualitária*, cada um deve “*fazer sua parte*”, “doar-se ao outro”, “fazer o bem”. É nesse campo de disputa discursiva que os Movimentos Sociais são interpelados pelo discurso do compromisso social de mudança; cumprir com sua “*missão*”; exercer funções que o Estado não cumpre ou negligencia, e conseqüentemente passa a maior parte de suas responsabilidades para os “parceiros voluntários”.

Nessa apelação usual, o enredo desta trama discursiva está nessa nova ordem em que os Movimentos assumiram para si, no qual Zizek (2005, p. 13) diz:

o que dá à ideologia fascista o seu traço propriamente fascista é a maneira como esse pensamento-sonho latente é transformado e elaborado pelo trabalho do sonho ideológico em um texto ideológico explícito que continua a legitimar as relações sociais de exploração e de dominação.

Aqui Zizek (2005) traz a intencionalidade que o Estado neoliberal tem quando transforma o pensamento-sonho (voluntariado) dos movimentos sociais em benefício próprio e, mesmo assim, continua legitimando sua relação de parceria sob o manto das aparências no qual esconde um sistema de regulação e dominação, diminuindo cada vez mais com as fronteiras políticas.

Esse mecanismo de dominação hegemônica distorce a realidade e assim atua predominantemente para intensificar a eficácia de seu discurso na sua relação com os “*parceiros voluntários*”. O discurso neoliberal opera por sua vez de forma tão eficaz, que se aproveita desse “jogo das aparências” para encobrir sua real intencionalidade. Nesse momento, o voluntariado volta ao cenário como uma nova estética ficando cada vez mais fácil de incorporar, sob o discurso de “*o trabalho social gratuito vai mudar o mundo*”.

Nessa compreensão, o trabalho voluntário como contrapartida dos movimentos torna-se totalmente convincente para o Estado pois, sem ter custo com remuneração de funcionários, pagamento previdenciário e direitos trabalhistas, diminui os gastos dos cofres públicos e se

protege de futuras causas trabalhistas. Em contrapartida, os Movimentos Sociais, em muitos casos, sem se dar conta da sua situação de exploração que estão inseridos, desenvolvem seus trabalhos com dificuldades, sem ter recursos sequer para sustentabilidade de suas instituições. Essa situação ocorre porque os militantes/voluntários desejam dar o melhor de si para ajudar os outros e executar suas ações, assim o trabalho se torna algo bom e satisfatório porque não há reconhecimento da exploração e sim, de um *sentimento de plenitude* ocasionado pela sua satisfação pessoal, que é típico dos seres humanos. (ZIZEK, 2005).

Nessa relação consensual, se percebe que os Movimentos Sociais se envolvem tanto com trabalhos sociais que não tem tempo para pensar e discutir no coletivo sobre seu papel/função, os processos políticos a que estão expostos e envolvidos, assim como nas causas e consequências de suas ações. Aparentemente tudo está indo bem, é um trabalho “*bonito*”, “*importante*”, porém muitas vezes não se tem a real noção da dimensão que tudo isso está tomando.

Essa nova estratégia, segundo Zizek (2005, p. 21), se dá através “de capitalismo sem atrito, expressão que traduz perfeitamente a fantasia social subjacente à ideologia” neoliberal, que vem adentrando os movimentos com o discurso de estabelecer uma nova relação sem desentendimento, sem questionamentos, sem oposição. Pode-se chamar de imperativo das relações artificiais, onde não há espaço para desavenças, para qualquer assunto se tem uma justificativa plausível, tudo passa a ser “*ajustável*”.

Pertinente a este campo polêmico, Saflate (2005, p. 134), ao ver o cinismo cada vez mais reajustado nas relações, exemplifica o, “modo muito peculiar de suspensão de conflitos, pois basta que as normas possam ser flexibilizadas em seus regimes de indexação da efetividade para que o conflito seja suspenso, em outras palavras basta que ela seja seguida de maneira cínica”.

Ele faz uma forte crítica a esse tipo de relação trazendo o cinismo com uma ideia de mundo “*sem culpa*”, “com um universo social *carnavalesco*”, onde as “*aparências postas como aparências*”. Nesse discurso cada vez mais harmonioso, o Estado vem tentando manter a sua relação com os Movimentos Sociais.

Além dos aspectos trazidos até aqui, tem-se outro elemento importante para se pensar em relação aos Movimentos Sociais e Estado: a ideia da globalização, onde Zizek (2005, p. 38) percebe, com clareza, a intencionalidade ideológica do global no “âmbito político, o espaço público da sociedade civil, da cidadania ativa responsável - a luta pelos direitos está cada vez mais ameaçada pela investida da globalização”.

Aqui o autor se refere a que o problema está na forma política (mobilização), que está em risco devido às lutas sociais atuais estarem se dando em campos particulares e buscando a

realização de diferentes sentidos políticos. Não existe o reconhecimento de que as questões de demandas atuais têm como pano de fundo a busca incessante pelo consumo causado pela lógica globalizada.

Com isso, na era da globalização, estamos lidando com um princípio de estrutura hegemônica, o que supõe que não existam fronteiras (nem as políticas) para o plano neoliberal. Diante deste fenômeno, as lutas sociais, muitas vezes, se estruturam em função de demandas particulares, perdendo o referencial do universal. Dessa forma, suas lutas podem se enfraquecer diante da estruturação global, ocasionando um esvaziamento das disputas no campo político, tornando assim o discurso do Estado como o único referencial para se pensar e viver politicamente.

2.2 A Construção Histórica do Movimento Social de Luta contra AIDS/RS

Iniciando pelo cenário nacional, no Brasil, o primeiro caso de AIDS foi registrado no início dos anos 80. Nesse momento, os discursos trazidos pela imprensa desempenharam um papel pedagógico determinante na construção dos significados acerca da doença. Estar com HIV/AIDS era obter um atestado de morte, pois a epidemia era associada a uma doença fatal e os medicamentos antirretrovirais (ARV) ainda não haviam chegado ao país, nem havia políticas públicas em saúde de acesso gratuito a população.

Segundo Grangeiro (2009, p. 87), o surgimento da AIDS, em 1983, trouxe inúmeras vítimas da epidemia, “ao final dos anos 80, os indicadores epidemiológicos da AIDS no Brasil eram semelhantes aos de muitos países da África Austral, onde, atualmente a epidemia apresenta contornos alarmantes”.

Para ele, esse expressivo número de pessoas infectadas pelo HIV só se compara à epidemia da gripe espanhola no início do século XX que dizimou em torno de 50 milhões de pessoas em todo mundo. Esse alto índice e a falta de políticas públicas acarretaram em 205 mil mortes que alarmaram a população brasileira e, consecutivamente, provocaram um expressivo impacto na saúde do país.

Nessa época, a infecção atingia uma estimativa epidemiológica⁷ de 26 homens contaminados para 01 mulher, demonstrando que a doença atingia mais as pessoas de sexo masculino e poucas do sexo feminino. Essa configuração acabou associando a AIDS a determinadas populações, que neste momento foram taxadas como “grupos de riscos”, pois tinham um comportamento íntimo como relações sexuais “depravadas” e uso de drogas injetáveis.

⁷ Nota: Os dados epidemiológicos se encontram disponíveis no site: www.aids.gov.br/boletim-epidemiologico.

Os chamados “grupos de riscos” eram compostos de homossexuais masculinos, prostitutas e usuários de drogas injetáveis. No imaginário da população brasileira pairava a ideia de que a AIDS era uma doença que se manifestava somente nas populações consolidadas como marginais e promíscuas. Este fato implicou na objetividade simbólica das representações culturais da doença e morte como um mérito resultante das ações humanas de uma população específica, que culturalmente não era aceita ou “bem vista” pela sociedade.

Assim na década de 80, as pessoas soropositivas passaram a ocupar uma posição de sujeito “desviante, anormal”, não por escolha pessoal, mas sim, interpelado pelo discurso através de sistemas de representações baseado nas regras sociais e morais vigentes. Com isso, a pessoa com condição sorológica positiva assumiu uma identidade nomeada como “aidética”, com marcas negativas que desqualificam a identidade social por exercer um comportamento considerado “desviante”.

Em reação a este contexto de exclusão, surgem no Brasil, os Movimentos Sociais que lutam contra a doença da AIDS e as discriminações dela advindas. Esse movimento iniciou-se na região sudeste do país e tinha como participantes homossexuais, profissionais da saúde ligados ao Movimento Sanitarista, pastoral da AIDS e pessoas infectadas pelo HIV. Os seus objetivos consistiam em lutar contra discriminação, denunciar a falta de assistência e medicamentos, tanto para AIDS como para doenças oportunistas⁸, bem como monitorar os bancos de sangue e realizar campanhas de prevenção.

Conforme Grangeiro (2000), foi o movimento sanitaria que impulsionou as políticas de AIDS no âmbito governamental,

O movimento da reforma sanitária, que cresceu no início da década de 1980, diante do intenso processo de redemocratização política e do surgimento dos primeiros casos de AIDS, se constituiu no principal arcabouço da política de AIDS desenvolvida em âmbito governamental, contribuindo para fundamentar seus princípios e diretrizes. (GRANGEIRO, 2000, p. 87).

Junto ao movimento pela reforma sanitária, uniram-se outros movimentos sociais que culminaram no processo de constituição do movimento social de luta contra AIDS. Esses movimentos lutavam pelas liberdades individuais, contra as discriminações, mulheres, negros, homossexuais e população socialmente marginalizada.

A solidariedade em relação às pessoas que eram infectadas permitiu uma formação do movimento composta por uma pluralidade de entidades, como diz Grangeiro (2009, p. 88),

⁸ Doenças oportunistas são consideradas todas as categorias de doenças, que se manifestam a partir do momento em que a pessoa que vive com HIV, passa a desenvolver a síndrome da doença, ou seja, a pessoa fica debilitada pela ausência de defesa no organismo humano oportunizando a infecção de várias doenças.

esse movimento, do qual participaram, entre outros, igrejas, setor privado, comunidade científica e organizações não governamentais (ONGs), além de impulsionar as políticas públicas, permitiu uma organização social fundada na solidariedade, um conceito compreendido, no âmbito do movimento social, como uma ação coletiva cuja finalidade é preservar a cidadania dos doentes e dos grupos mais atingidos.

Neste cenário é que se constituiu o movimento social de luta contra AIDS que passou a atuar na reivindicação dos direitos, “tanto no plano da atenção a saúde como na prevenção e no combate às situações de discriminação dirigidas aos grupos mais afetados e às pessoas vivendo com HIV/AIDS” e, com isso, possibilitou a criação de um programa específico para atender os pacientes com AIDS. (GRANGEIRO, 2009, p. 88).

Essa mobilização social no final dos anos 80 por parte desses movimentos contribuiu também para a implementação do Sistema Único de Saúde/SUS, trazendo para o debate a relevância de políticas públicas em saúde junto à população atingida pela epidemia. As reivindicações trouxeram a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), definido na Constituição de 1988, que tinha como proposta assegurar um serviço de saúde fundamentado em princípios como: universalidade, equidade, integralidade e controle social.

Pensado a partir das políticas públicas consolidadas no Brasil pela Constituição de 1988, os seus princípios incorporam um novo modelo de gestão da saúde com a participação popular no processo decisório das políticas públicas. Esses princípios possibilitaram políticas em torno dos direitos sociais e civis abrindo caminhos às necessidades e a busca de garantia de direitos para as pessoas que viviam com HIV/AIDS.

Voltando o olhar para o cenário regional⁹, no Estado do Rio grande do Sul, a história das Organizações Não- Governamentais (ONGs) e do Movimento Social de Luta contra AIDS não foi diferente. Ela esteve intrinsecamente ligada e dependente da própria trajetória da epidemia da AIDS e dos Movimentos Sociais no Brasil. Baseando-se nas leituras de atas, depoimentos, jornais, leis, folders, vídeos, estatutos entre outros documentos pode-se perceber que as instituições envolvidas com a AIDS aqui no Estado estavam ligadas aos grupos da igreja, aos homossexuais, travestis, usuários de drogas, profissionais do sexo e pessoas soropositivas.

⁹ Nota: As descrições no texto do cenário do Estado do RS foram baseadas nas leituras de atas, depoimentos, jornais, leis, folders, textos, estatutos, vídeos, entrevista, entre outros documentos obtidos junto ao MSLA e das anotações realizadas durante os encontros e reuniões enquanto militante do movimento durante cinco anos procurando traduzir o máximo de informações adquiridas. A fim de preservar a identidade dos participantes se optou por colocar a inicial do nome e da instituição, acompanhado do papel que esse exerce no MSLA/RS, ou seja, se é participante ou liderança.

A história se inicia com a Federação Bandeirante do Brasil que, fundada em 1988, dirigia algumas ações em relação a AIDS. Mas foi o GAP/RS - Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS -, em 1989, a primeira instituição especificamente ligada à epidemia no estado. Nos anos seguintes, começam a surgir algumas ONGs como: a Fonte Colombo (ligada a Pastoral da AIDS), o NEP (Núcleo de estudos da Prostituição), a Rede de Compromisso com a Vida, a RNP+Poa (Rede Nacional de Pessoas que vivem com HIV/AIDS) e o Nuances (pela livre orientação sexual) e a Igualdade (em defesa aos direitos das travestis), entre outras.

Nessa época, a atuação das Organizações-Não-Governamentais em relação ao Estado foi pautada por diversas ações judiciais e protestos contra os governantes, tendo em vista a obtenção de melhores condições de atendimento e medicação para os doentes. Conforme uma das entrevistadas, *“era um movimento muito grande para ajudar as pessoas, de solidariedade com as populações vulneráveis, naquele momento se enfrentava os gestores cobrando deles atitudes em relação ao atendimento das pessoas com AIDS”*. (“C” participante).

Segundo outro participante do movimento, esses enfrentamentos ocorriam porque *“o preconceito era tão grande que até os hospitais não atendiam as pessoas com AIDS e homossexuais e elas morriam nas calçadas. O primeiro hospital a atender foi o Hospital de Clínicas, no qual as pessoas eram internadas no nono andar e quem estava lá carregava um estigma”*. (“D” participante). Esse relato denota o cenário de exclusão e descaso com as pessoas, muitos morriam sem atendimento, havia notavelmente uma violação de direitos com as populações taxadas como “grupo de risco”.

As discriminações não atingiam somente os homossexuais e travestis. Conforme relato de outra integrante do movimento, *“as prostitutas eram torturadas pela polícia, levavam choques elétricos na vagina, apanhavam, não eram atendidas nos hospitais, quando atendidas os médicos não queriam colocar as mãos nelas para examinar”* (“G” liderança). As prostitutas também eram vitimadas não só pela epidemia como também sofriam muito preconceito pelas suas atividades que ainda não eram consideradas como de uma profissão. Segundo depoimento, na época, não se podia formar uma associação de prostitutas, por isso o nome da instituição ficou como um núcleo de estudo e não como uma associação.

E as pessoas soropositivas, conforme o relato de dois participantes sofriam grande preconceito tanto por parte da sociedade como até mesmo de familiares que acabavam abandonando-as. O GAP/RS, na época, era referência no acolhimento das pessoas que se descobriam com HIV/AIDS, pois faziam *“grupos de autoajuda orientando os pacientes, lhes dando suporte para enfrentar a doença e as discriminações”*. “M” Ainda faziam *“visitas hospitalares aos pacientes internados dando-lhes conforto e compartilhando experiências”*. “J”.

De acordo com os relatos, o Estado não se preocupava com as pessoas que sofriam discriminação por causa da doença, muito menos em relação ao atendimento e havia um descaso, pois as ações diretas eram feitas pelas instituições porque as políticas não atendiam diretamente as populações que mais precisavam. Era necessário estar num intensivo processo de cobrança junto ao governo, reivindicando por programas de assistência e distribuição de medicamentos.

Segundo o Gonçalves (2011, p. 1),

É também nos anos 90 que o Brasil começa a desenvolver seu programa de assistência e distribuição de medicamentos aos portadores dessa doença. No caso dos medicamentos a medida só veio após decisão judicial e que mais tarde seria transformado num modelo mundial de controle e atendimento dos pacientes, isso em grande parte pelo apelo político que tal programa ganhou.

Essa situação acontece no início da década de 90, em meio a um processo de mudança política no país, os movimentos intensificam a pressão para conseguir o acesso à saúde. Com isso, o SUS passa a garantir o atendimento descentralizado dos pacientes propiciando o diagnóstico precoce. As pessoas soropositivas passaram a ganhar esperança, pois a dispensação gratuita da terapia antirretroviral fez com que os pacientes respondessem bem ao efeito dos medicamentos, oportunizando uma melhor qualidade de vida e diminuindo significativamente o número de morte no país.

Em meio esses acontecimentos, a epidemia não parou de disseminar e continuou se alastrando por todo país, trazendo novas vítimas como hemofílicos, pessoas que realizaram transfusões de sangue, mulheres e crianças. Essa realidade ocasionou um choque na sociedade: se antes as pessoas se colocavam num espaço de distanciamento e a Aids era considerada a doença do “outro”, naquele momento deu-se conta que o “outro” poderia estar mais próximo, poderia ser qualquer um, independente de raça, gênero ou classe social.

No Rio Grande do Sul, contudo, havia certa morosidade para que as políticas fossem efetivadas. Com isso, o GAP/RS e a Rede de Compromisso com a Vida começaram a chamar outras instituições que trabalhavam no âmbito da AIDS para se reunirem no enfrentamento da epidemia no Estado. Segundo entrevistado (“B” participante), *“a ideia do movimento era que as ONGs juntas teriam mais força para reivindicar do que sozinhas”*. As primeiras reuniões ocorriam na sede do GAP/RS e contavam com a presença dos representantes da Fonte Colombo, Rede de Compromisso com a Vida, RNP+Poa, Mais Criança, Nep, Nuances, entre outras.

Assim, o Movimento Social de Luta Contra AIDS/RS surge em 28 de agosto de 1999 com a finalidade de articular politicamente as ONGs de todo o Estado. Nesse momento, para se manterem as reuniões, os participantes dividiam as despesas em forma de mensalidades e como local para os encontros se utilizavam das sedes de suas instituições. Segundo dois entrevistados, nessa época havia “*muita força*” (“C” participante), a “*união era maior*” havia “*um calor humano*”. (“B” participante).

Nos anos seguintes, as ONGs passam a ter acesso a recursos do Banco Mundial e de agências e fundações internacionais de financiamento. Dessa forma, conseguem financiamentos para desenvolver suas atividades e projetos de prevenção e acompanhamento dos portadores de HIV (pessoas que não desenvolvem ainda sintomas das doenças oportunistas, pois possuem carga viral baixa e CD4 alto - Linfócitos responsáveis pela defesa do organismo) e doentes de AIDS (pessoas que já desenvolvem a síndrome da doença e estão debilitadas fisicamente por não possuir defesas suficientes no organismo para combater as infecções de doenças).

Mais tarde, em 2001, se inicia os primeiros passos para as políticas de AIDS incorporadas ao SUS (Sistema único de Saúde) e que, para sua implementação, se precisaria uma NOAS: Norma Operacional da Assistência à Saúde, que foi constituída a partir da Portaria GM/MS 95 de 26 de janeiro de 2001, visando subsidiar as informações necessárias aos gestores estaduais sobre diversos passos operacionais dos gastos públicos de saúde através da implementação da NOAS.

A partir daí, o Estado começa a dar resposta ao Movimento Social de Luta contra AIDS e à sociedade em relação à epidemia constituindo como etapa inicial a elaboração de uma Agenda de Saúde envolvendo as três esferas de governo: federal, estadual e municipal. Nela consta um conjunto de eixos prioritários de intervenções na área, que os gestores devem priorizar, representando um processo de responsabilização de cada um, iniciando-se no nível federal, passando pela esfera estadual, até chegar ao município, chamado acordo Tripartite.

Nesse processo de pactuação tripartite, em 19 de dezembro de 2002, surge através do Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde, a Portaria Ministerial 2313, de políticas de Incentivo Âmbito do Programa Nacional de DST/AIDS. Nessa política de incentivo há recursos próprios do governo federal destinados ao HIV/AIDS e outras DSTs, repassado os recursos fundo a fundo aos estados e municípios. Este recurso deve ser investido em diagnóstico, atendimento, internações, tratamento e prevenção ao HIV/AIDS, bem como,

repassado às Organizações da Sociedade Civil voltada às questões de direitos humanos, advocacy¹⁰ e controle social.

No âmbito estadual, a política de incentivo às DST/AIDS está incluída no planejamento do PAM: Plano de Ações e Metas, e abrange três frentes de atuação: Promoção, Prevenção e Proteção - Diagnóstico, Tratamento, e Assistência - Desenvolvimento Institucional e Gestão - Parcerias com OSC: Organização da Sociedade Civil. Nesse momento de promulgação da lei, o governo federal passou a assumir um acordo político no que se refere às políticas de incentivo às DST/AIDS e como resultado dessa atitude veio à articulação discursiva de que o Brasil desenvolve “o melhor programa de AIDS do mundo”. De acordo com o relato,

“A política de AIDS no Brasil foi considerada a melhor política de AIDS do mundo, ela se norteou e se estruturou em cima da chamada da resposta comunitária epidemia. Que nada mais é do que a resposta construída em cima de um tripé. Que era formada pela gestão pública, que é o governo nas suas diversas formas de alcance, academias que eram as universidades, os pesquisadores e a sociedade civil organizada”. (“D” liderança)

Considera-se aqui que a mobilização e a participação do Movimento de Luta contra AIDS, no cenário político, atingem seu ápice, demonstrando grande relevância de atuação contribuindo tanto nos espaços de representação, na reivindicação dos direitos sociais, como no poder de influência nas políticas públicas de direitos humanos, advocacy e controle social em AIDS. Esse momento é avaliado pela maioria dos entrevistados como de maior êxito de participação e atuação do MSLA/RS.

Assim as ONG/AIDS começam, então, a desenvolver seus projetos com os recursos das leis de incentivo: Divulgam materiais educativos, informações sobre acesso aos serviços de saúde, prestam assessoria jurídica e atuam com projetos sociais junto às pessoas que vivem com HIV/AIDS. Segundo depoimento,

“Com apoio financeiro dos editais de projetos para as ações, as ONGs eram mais fortes e conseguiam liberar seus membros para participar nas ações e iniciativas que o movimento puxava”. Também para algumas organizações era maior o número de pessoas que se disponibilizavam ao trabalho. (“A” participante).

Os trabalhos tanto de prevenção com a população em geral como de assistência com as pessoas que vivem com HIV/AIDS se intensificaram/fortaleceram nesse período com o apoio financeiro do Estado. Ao mesmo tempo, o MSLA/RS articula as instituições em todo Estado,

¹⁰ Ações judiciais que buscam beneficiar as pessoas que vivem com HIV ou doentes de AIDS em relação à garantia de seus direitos.

buscando espaço para dialogar com o Governo do RS na negociação para garantir melhorias na qualidade de diagnósticos, tratamentos e assistências das políticas públicas em DST/AIDS, legitimando, assim, seu espaço de representação.

Em contrapartida, nesse momento, segundo relato,

“é bem interessante à gente pensar em toda essa formação dos fóruns, na verdade foi o próprio Departamento Nacional que incentivou a formação dos fóruns por acreditar que a interlocução com movimentos sociais ia ser maior”. (“E” liderança).

A proposta de institucionalização do movimento veio através de uma ideia de formar fóruns para se discutir as políticas de AIDS no país. Assim o Estado, representado pelo Departamento Nacional de DST/AIDS, fomentou a institucionalização do movimento que passou a se constituir juridicamente como Fórum ONG AIDS/RS, sob o discurso de que as relações ficariam mais próximas.

Segundo outro entrevistado, esse momento foi bastante discutido, ocasionando uma divisão de opinião dentro do movimento, pois alguns integrantes não concordavam que o movimento se institucionalizasse, nas suas palavras:

“tinha uma discussão que o fórum era uma estância política, um movimento político, era uma organização que devia congrega as organizações para que a discussão política das organizações tivesse um único foco e a gente pudesse apara as discussões, apara politicamente e levar a uma posição, mas que esse fórum não atuasse ou na concorrência, ou na questão formal com as ONG's, ele seria só um movimento político”. (“F” liderança).

Apesar desse impasse entre os integrantes na época, o movimento optou a se institucionalizar como um Fórum de ONG/AIDS em 2003. Em seu estatuto sua missão está voltada a ampliar e articular políticas de prevenção e assistência às DST/AIDS e colaborar para o fortalecimento político das instituições que atuam no âmbito desta doença no Rio Grande do Sul, constituindo uma rede de encaminhamentos e acompanhamentos de políticas públicas para a população vivendo com HIV/AIDS no Estado gaúcho.

Para cumprir com sua missão, mobiliza as ONGs/AIDS de todo o estado uma vez por mês, quando discutem os rumos das políticas públicas em AIDS. Toda logística para o evento, deslocamentos e alimentação são financiadas com recursos públicos. Nesses encontros, as ONGs recebem formação política, informações pertinentes sobre o contexto da epidemia na região sul, discutem pautas e trocam experiências.

Segundo as três lideranças do Fórum que foram entrevistadas, a partir desse momento em que o movimento tem seu auge de atuação e que o Estado deu resposta à epidemia da AIDS criando um Programa que é “exemplar” para todos os países, as relações começaram a

ganhar novas formas. Os espaços de representação e discussão junto aos gestores ao invés de aproximar começam a ficar cada vez mais restritos, conforme um dos entrevistados,

“o cenário de criação de fóruns foi fomentado um pouco pelo poder público, com a estratégia de melhorar a interlocução com o movimento social, mas isso depois se perde quando em 2003 eles acabam um pouco com essas reuniões ampliadas, os comitês gestores, comitês técnicos e criam a CAMIS, onde a gente não tem mais os 27 fóruns presentes, a gente tem 4 ou 5 fóruns representando o Brasil e então se perdeu um pouco isso, me parece que em determinado momento a gestão estimulou isso e quando não foi mais interessante se cortou”. (“E” liderança)

Nesse novo contexto, ao contrário de que se esperava das “parcerias”, as relações políticas começam a ficar difíceis. Assim menciona uma das lideranças,

“Nos primeiros anos do Fórum se tinha articulação que se conseguia ter diálogo com a gestão. No curso dos anos, a partir do ano 2000, começou a se ter uma relação mais dificultada com a mudança da gestão tanto no nível estadual quanto especificamente nas políticas de AIDS do Estado. E esse diálogo passou a ter mais dificuldade de acontecer e a gente acabou sentindo menor apoio na Gestão Pública Estadual”. (“F” liderança).

Os espaços de discussões junto ao Estado começam e se extinguir, uma das lideranças comenta sobre o que ela vivenciou,

“Acho que a gente viveu um período de hiato em que parece que nenhum movimento, se dava conta do que tava acontecendo, então se diminuiu os espaços de interlocução com movimento social, a gestão e movimento social começam sistematicamente a se afastar por que os espaços de interlocução são extintos e o diálogo fica cada vez mais difícil, acho que em 2003 é um marco bem importante nessa relação do governo, principalmente do governo federal com o movimento social, por que eu não consigo achar que é coincidência o governo ser escolhido o melhor programa de AIDS em 2000 e em 2003 todos os comitês, assessores e todos os espaços de interlocução com o movimento AIDS serem extintos em detrimento da própria posição do movimento”. (“E” liderança).

Esse depoimento retrata um período em que o Estado chega a uma posição hegemônica - “melhor do mundo” - e começa a romper com o acordo político com o movimento fechando os espaços de interlocução, ou seja, o Estado consegue implementar um programa que se torna “referência mundial”, fomenta a institucionalização e dispensa o diálogo com os movimentos, mas por trás de um discurso muito amigável, (a ponto do movimento não se dar conta do que estava acontecendo), se dizendo “parceiro” ao estabelecer uma política de incentivo financeiro para o MSLA.

Em 2006, início de gestão Ieda Crusius no Estado, as relações do MSLA/ RS com o novo Governo Estadual ficaram estremecidas. Surge o alerta no sentido de que o Estado vem composto de muitas forças de dominação, com isso as novas deliberações políticas foram afetando diretamente a organização do Movimento no RS.

No ano de 2007, o MSLA/RS já temia o rumo que as políticas públicas estaduais poderiam tomar. Nas reuniões, as pautas eram voltadas à preocupação com o direcionamento que o Estado daria para políticas de saúde em AIDS. Nesse momento iniciava-se um problema para o MSLA/RS: de onde buscariam recursos para dar sustentabilidade ao Fórum e as Organizações-Não-Governamentais?

Em 2008, chega ao final do contrato o Estado com a UNESCO, agência que, por intermédio da UGP (Unidade de Gerência de Projetos/RS), realizava os convênios para financiamento de projetos junto às ONGs do Rio Grande do Sul. Assim, os funcionários consultores da UNESCO que trabalhavam junto a Seção Estadual de DST/AIDS foram demitidos, os convênios com as ONGs finalizados e o que o Movimento previa, aconteceu: as políticas públicas de DST/AIDS praticamente pararam no Estado gaúcho.

Iniciou-se um processo de fechamento de várias ONGs/AIDS no Rio Grande do Sul e a falta de recursos financeiros em algumas instituições acabaram diminuindo o ritmo de suas atividades e projetos. As ONGs sobreviventes são as mais antigas¹¹, as que têm visibilidade no cenário nacional, que surgiram junto com o Movimento e que, apesar de enfrentarem várias dificuldades para dar continuidade de seus projetos e ações, têm experiência em buscar sua sustentabilidade em outras fontes de financiamento.

Segundo uma das lideranças “R” do Fórum ONG/AIDS, *“o movimento pode ter tido momentos de fraqueza, mas não terminou”*, ou seja, mesmo com dificuldades continuasse articulando, porém sem recursos para sustentabilidade reduziu o número de instituições que fazem parte das reuniões, e nesse momento, sem nenhum recurso do Governo discutem com a nova gestão do Governo do PT¹² os impactos causados pela gestão anterior e os novos rumos que a política de AIDS vai tomar nos próximos anos.

Nos últimos dois anos se divulgou na mídia impressa e visual os problemas enfrentados com a epidemia de AIDS no Estado. O Rio Grande do Sul¹³ está entre os estados do país com maior incidência de AIDS. A cidade de Porto Alegre está em primeiro lugar, acompanhada de mais seis municípios gaúchos que se encontram entre os quinze primeiros no ranking nacional nos dados epidemiológicos do Ministério da Saúde. Frente a esses dados, os veículos de comunicação¹⁴ mostraram o abandono do Estado na gestão anterior com as políticas públicas em AIDS, que reduziram o Departamento Estadual de DST/AIDS ao

¹¹ GAPA: Grupo de Apoio as Pessoas com AIDS, fundado em 1989. NEP: Núcleo de estudos da prostituição, fundado em 1992. Fonte Colombo vinculada a Pastoral da AIDS, fundada 1999.

¹² Governo Tarso Genro (mandato do PT: 2011-2014)

¹³ Ver reportagem: RS tem sete cidades na lista das 15 com maior número de casos de AIDS no país. **Jornal O SUL**, Porto Alegre, . p. 15, 29 nov. 2011

¹⁴ Ver reportagem veiculada na RBS/TV no programa Jornal do Almoço de 01 de dezembro de 2011.

trabalho de duas pessoas. Ainda trazem reportagem do fechamento¹⁵ de instituições de referência que atuam no âmbito da epidemia.

Como se viu até aqui, a trajetória do MSLA/RS esboçada neste texto evidencia momentos diferenciados de representação, participação e protagonismo político nesses trinta anos de epidemia. A história desse movimento retrata, sem dúvida, sua importância no cenário político brasileiro, contudo, demonstra também, a grande necessidade de se discutir novas formas de articulação política, nas quais a AIDS retorne como pauta principal na agenda política do Estado. Como vimos aqui, a partir da obtenção do status de “melhor política do mundo”, o Estado rompeu com as discussões com movimento por entender que havia atingido seu objetivo, implantando uma política. Porém, é visível para o movimento e para sociedade em geral que ainda esse programa precisa de mudanças que não atende ainda as demandas necessárias, que está distante do que a população realmente precisa, caso contrário, não se teria os dados epidemiológicos alarmantes citados acima.

Também se percebe que o movimento vive um momento de não saber como inverter essa situação, algo se perdeu no caminho e eles buscam encontrar. Hoje, quando eles percebem que a AIDS deixou de ser prioridade para o Estado, os prejuízos são enormes e até mesmo irreparáveis e, ao invés do movimento estar buscando melhorias para política já implementada, está buscando um novo sentido para se identificar, com isso adquirir um novo posicionamento frente às instâncias de governamentais para reivindicar que a AIDS retorne a ser pauta prioritária para o Estado. Mas isso se torna difícil na medida em que o Estado legitimou um discurso hegemônico, os movimentos se institucionalizaram e, com isso, se tornaram “reféns” do Estado, dependendo da “boa vontade” de cada governo.

Inserido nessa trama o Fórum ONG/AIDS busca junto a quarenta e sete instituições vinculadas e mais três redes de representantes das pessoas que vivem com HIV/AIDS enfrentar esse desafio, em meio às escuras. Dentro de suas especificidades agrega muitas representações: mulheres, homossexuais, travestis, prostitutas, afrodescendentes, pessoas que vivem com AIDS, religiosos e usuários de drogas. Suas lutas são particulares, cada uma das instituições fala por si, cada uma tem seu espaço de representação e reivindicação, mas dentro dessas especificidades o movimento se constitui por elo discursivo relacionado à AIDS e saber disso é que os motiva a lutar para viver, segundo um dos participantes “J” seu lema é: “Antes nos escondíamos para morrer, hoje nos mostramos para viver”.

¹⁵ Ver reportagem Capa do jornal Zero Hora. ONG de apoio à causa gay e AIDS fecha as portas deixa de prestar assistência a partir de hoje por falta de verba. **Zero Hora**, Porto Alegre, 01 fev. 2012.

3 PANORAMA TEÓRICO NO ESTUDO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: AÇÃO, IDENTIDADE E DISCURSO

Neste capítulo, se apresentará três focos diferentes de análise das teorias sobre os movimentos sociais pensadas a partir das perspectivas europeias. O referencial de análise que será aqui utilizado está voltado ao estudo dos movimentos sociais contemporâneos ou novos movimentos sociais, que os compreende pelo processo de construção da identidade, as ações coletivas e o discurso.

O texto mostrará um recorte teórico das principais teorias de análise dos movimentos sociais utilizadas pelos pesquisadores no Brasil, o qual se iniciará em Alain Touraine, perpassando Alberto Melucci até chegar à proposta de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Apesar de se situarem em campos diferentes de análise, os autores trazem, em comum, em suas perspectivas, o reconhecimento da importância dos movimentos sociais para a sociedade.

Nas considerações teóricas, se verá o esforço dos autores citados acima em garantir a discussão nos espaços acadêmicos sobre esse tema, que apesar de bastante polêmico pouco tem sido abordado nos últimos anos, principalmente no cenário brasileiro. Seu momento de maior produção ocorreu nos anos 80 e 90, o que posteriormente foi diminuindo de acordo com o contexto histórico democrático.

Contudo não se poderia deixar de destacar a contribuição teórica da escola norte-americana, por entender que esta linha de pensamento contribuiu tanto para as pesquisas sobre os movimentos sociais como para constituição da sociologia como campo científico autônomo. Entretanto esta passagem será de forma breve, pois este não é o objetivo desse trabalho, assim se apresentará somente um contexto inicial dos estudos sobre movimentos sociais nos Estados Unidos por reconhecimento do seu mérito teórico nas Ciências Sociais.

Os movimentos sociais têm sido objeto de estudos desde meados do século XVIII com o advento da Revolução Industrial na Europa que trouxe novas formas de produção e de organização do trabalho. O crescente desenvolvimento do processo de produção capitalista foi acompanhado pelo surgimento do movimento operário, com isso o proletariado passou a ser visto como um elemento central para transformação social e política.

Essa mudança conjuntural foi o dispositivo para os estudos dos movimentos sociais em países como Alemanha, França e Estados Unidos. A partir desse contexto esse tema tem sido um campo polêmico de disputas intelectuais devido à polarização de correntes teóricas com paradigmas divergentes que foram se legitimando e influenciando pesquisadores e seus estudos por todo mundo.

No início do século XIX, as construções teóricas identificavam os movimentos sociais como participantes ativos na organização social. Frente essas constatações, a sociologia parte para a identificação de que a natureza social se dá através de um reconhecimento histórico, ou seja, a ação social como capacidade de direcionar o desenvolvimento da sociedade.

Dentre essas construções temos a abordagem clássica sobre os movimentos sociais que está intrinsecamente associada ao desenvolvimento da própria sociologia norte-americana. Seu foco analítico para compreensão dos comportamentos coletivos foi a teoria da ação, implementando a ideia de que o sujeito coletivo é construído a partir das relações sociais, crenças e valores, portanto um sujeito psicossociológico.

Referente a essa matriz teórica, foi nos Estados Unidos que houve a maior concentração de estudos e produção científica sobre movimentos sociais. A Escola de Chicago é referência como memória histórica, pois passava por um momento de constituição da sociologia como disciplina de investigação científica independente. Segundo Gohn (2000, p. 27), “Sabemos que a Escola de Chicago durante quarenta anos teve grande importância na valorização da sociologia como campo autônomo de investigação”.

Nesse contexto de efetivação da sociologia, os movimentos sociais passaram a ser um dos elementos centrais da época como campo de investigação científica. Um dos focos de interesse dos pesquisadores estava em estudar como se dava o desenvolvimento da sociedade e como era a participação dos indivíduos nesse processo, assim essas abordagens explicavam os movimentos através da

concepção de mudança social e pelo interesse particular de seus mestres pelos temas do ‘desenvolvimento da comunidade’ e pelos processos de participação e educação ‘para o povo’. A participação dos indivíduos na comunidade teria um sentido integracionista, ou seja, por meio daquela participação, e utilizando-se de alguns mecanismos educativos, acreditava-se que era possível ordenar os processos sociais. (GOHN, 2000, p. 27).

Esse tipo de análise via o comportamento como reação psicológica dos indivíduos em relação às mudanças sociais e sua participação eram consideradas como um comportamento ordeiro do social. O pressuposto básico dessa abordagem implicava estudos psicossociais decorrentes das análises das ações humanas tendo como alvo a ideia de estabilidade social.

Os movimentos sociais na época eram vistos como um movimento reformista da sociedade, baseados em sentimentos e valores de uma cultura, na qual deveriam buscar o equilíbrio social. Nesse sentido os movimentos eram definidos positivamente, pois propunham as mudanças sociais necessárias de forma benéfica.

Avançando já para o período da modernidade, o fator econômico produtivo passou a perder sua centralidade, abrindo caminho para os aspectos culturais. Neste novo modelo de sociedade, o conhecimento e a informação passam a constituir novos elementos para produção social e científica. A sociedade moderna mais plural e fragmentada demarcou as diferenças e trouxe um novo panorama na prática e na teoria sobre os movimentos sociais.

Essa mudança interferiu diretamente no que se refere aos estudos dos movimentos sociais, pois colocaram em xeque as teorias tradicionais que não respondiam mais a tantas particularidades, possibilitando emergência de novas teorias que foram se especializando com a nova realidade.

Segundo Gohn (2000), a partir da inadequação dos paradigmas clássicos para analisar os movimentos sociais contemporâneos, surge na década de 60, novas propostas de análise dos movimentos, trazidas por autores como,

Touraine, Melucci, Laclau e Mouffe, entre outros, partiram para criação de esquemas interpretativos que enfatizavam a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento social e o processo de identidade criado. (GOHN, 2000, p. 121).

Esses novos modelos teóricos de análise estão vinculados a um contexto histórico, o que permite uma análise política do discurso percebendo os participantes das ações sociais como atores sociais instituídos de uma identidade coletiva. Com isso, os movimentos sociais podem ser analisados tanto pelas suas ações, quanto pela identidade coletiva criada no processo.

Gohn (2000) revela que novos estudos surgiram e trouxeram duas constatações: uma nova concepção para os novos movimentos e uma divisão paradigmática em relação à interpretação das análises das ações sociais. Essa separação teórica advém das influências do paradigma europeu e outra do paradigma norte-americano.

No que se refere à nova concepção, está direcionado as novas formas de demanda social relativas aos direitos sociais modernos como apelo pela igualdade e liberdade em relação à raça, sexo e gênero. Estes se diferenciam das características básicas dos movimentos clássicos que buscavam inscrever suas demandas em direitos sociais tradicionais como moradia, alimentação, ou seja, condições de básicas de sobrevivências.

Referente à divisão paradigmática relacionada às análises das ações sociais, as interpretações advinham basicamente das influências de cunho marxista mais presentes nos movimentos clássicos e operário se, com as mudanças sociais organizadas em torno das demandas dos direitos individuais e coletivos, a abordagem culturalista foi ganhando espaço.

Isso acarretou, segundo Gohn (2000), uma disputa teórica entre o paradigma europeu versus o paradigma norte-americano sobre os “novos movimentos sociais” que estavam imbricados nas diferentes formas de análises dos novos movimentos sociais. Enquanto a abordagem europeia se voltava para construção das identidades, a ênfase norte-americana se detinha em lógicas racionais de obter recursos considerando custos e benefícios.

A abordagem teórica desse estudo compreenderá na contribuição de três campos de análise de correntes europeias trazidas pelo paradigma dos novos movimentos sociais ou movimentos sociais contemporâneos que influenciam as análises dos movimentos sociais inclusive no Brasil. O texto foi organizado com a intenção de trazer uma síntese para o leitor de cada contribuição teórica propostas pelos autores que servirão de embasamento para este estudo.

No primeiro momento a contribuição do sociólogo francês Alain Touraine - *Ações Coletivas e os Movimentos Sociais* -, num segundo momento a perspectiva italiana do sociólogo Alberto Melucci – *Identidade Coletiva e os Movimentos Sociais Contemporâneos* – e, por último, a abordagem inglesa trazida pelos filósofos Ernesto Laclau e Chantal Mouffe - *O Discurso e os Novos Movimentos Sociais*-, que não necessariamente se voltam a uma teoria específica para os movimentos sociais, porém trazem uma grande contribuição para se pensar os movimentos sociais contemporâneos através da teoria do discurso.

3.1 As Ações Coletivas e os Movimentos Sociais

As abordagens de Alain Touraine fundam-se na *Sociologia da Ação ou acionalismo*, sua teoria compreende a ação a partir de uma autodeterminação do sujeito em relação a um sistema de dominação, tornando-se uma força política na luta para mudança social. Nessa perspectiva, o pensamento do autor está associando a sociologia como ciência da ação social voltada para compreensão dos atores sociais, no qual confere o mérito da abordagem aos sujeitos na história.

Nos movimentos sociais, a abordagem acionalista apresenta-se como uma ação coletiva que situa suas reivindicações e sua oposição a um adversário dentro de um determinado contexto histórico. Touraine (2004) é um pesquisador que se dedica a estudar os movimentos sociais, e deste modo apresentou uma combinação para defini-los: “[...] defino um movimento social como a combinação de um princípio de identidade, de um princípio de oposição e de um princípio de totalidade e, considerando mais amplamente, como um ator de um campo de ação histórica”. (TOURAINÉ, 2004, p. 291).

O autor situou o movimento social num campo de ação histórica por considerar que este se defina pelo confronto de interesses opostos, onde “é o conflito que constitui e organiza o ator”. (TOURAINÉ, 2004, p. 291). Portanto, sua análise está voltada para ação coletiva como um papel social ativo produtor de reivindicações e demandas existentes na sociedade.

Para Touraine (2004) é a ação que situa e determina o ator, a consciência de sua identidade delibera nas relações sociais suas orientações expressas através de um conflito que pode ser tanto de caráter defensivo como contestatório e é essa expressão de si que faz surgir o princípio de identidade.

Assim, a identidade do ator não pode ser separada do conflito, porque é na identificação do adversário que eles reconhecem seus objetivos de luta. Com isso, a dimensão do conflito se torna fundamental para os movimentos sociais, pois estabelece sua organização através do princípio de oposição, formando a consciência identitária dos atores envolvidos em determinados contextos históricos.

Também para ele um movimento social não pode ser analisado fora do campo social e cultural, pois é ali que se direciona o desenvolvimento da sociedade sobre o qual os movimentos se organizam. Essa historicidade traz o princípio de totalidade que está ligado a um sistema de ação histórica onde os adversários estão situados num confronto de interesses opostos, disputando o controle de forças de desenvolvimento e experiência histórica.

Nesse sentido, a noção de movimentos sociais vem organizar-se a partir de uma tríade de elementos que estão entre a participação num sistema de ação histórica (totalidade), seus conflitos em relação a um adversário (oposição) e a definição do ator por ele mesmo (princípio de identidade), onde cada um desses elementos está relacionado aos outros dois.

O fundamental para o autor é compreender que os movimentos sociais possuem uma conduta orientada para o conflito por reconhecer que as relações sociais não estão em uma situação de igualdade, mas que existe uma dominação entre uma classe e outra.

Na sua ótica, quando os indivíduos percebem a dominação, tornam-se conscientes de si e passam a sujeitos e quando eles atuam por um projeto social se constituem enquanto ator, ou seja, quando um movimento substitui uma relação social por uma situação de dominação/subordinação e se sente pressionado, aí se abre o espaço para ação coletiva. Essa ação supõe a construção de uma identidade e a defesa de um projeto social. (TOURAINÉ, 2004).

Por esse motivo Touraine (2004) define as ações como conflitantes, pois estas se dão num campo de disputa e transações políticas que definem o controle de um sistema de ação

histórica, que tanto pode estar ligado à resistência de um modelo cultural como na busca por um novo projeto social.

Contudo, ele observa que o conflito na sociedade pós-industrial adota uma nova posição fundamentalmente cultural, singular e localizada devido às interpretações históricas que remetem às determinações estruturais dos movimentos sociais estarem perdendo espaço para as análises mais de nível micro social,

O enfraquecimento do princípio de totalidade provoca a fragmentação do conflito. Não mais as classes que se chocam em conflito social, mas categorias sociais particulares que desenvolvem um combate, cheio de significações de classe, mas também de reação à crise e de pressão institucional. (TOURAINÉ, 2004, p. 304).

Essa fragmentação reconfigura as dinâmicas conflitivas onde foco analítico não estaria mais centrado nos modo de produção econômica, mas nas dimensões culturais e simbólicas das relações sociais. O que remete a análise dos novos movimentos sociais para novas formas de conflitos, não mais fundados na contradição capital/trabalho e sim, pelas produções culturais que irão conduzir as novas condutas sociais particulares de um determinado contexto.

Touraine (2004) entende que a teoria sobre movimentos sociais deve ser delimitada através de dois aspectos: as ações coletivas e as lutas de atores sociais. Ela deve ser interpretada através de seus conflitos que não se limitam somente ao acesso aos meios de produções, mas também ao controle de modelos culturais, pois um movimento social é ao mesmo tempo um conflito e uma luta pela legitimação de projetos culturais.

Essa reformulação de seu pensamento é apontada em sua obra “*Crítica a Modernidade*”, onde analisa as transformações sociais trazidas com a modernidade, passando pela noção de classe até chegar aos movimentos sociais. Essas mudanças identificadas por ele assinalam o consumo como norteador das relações sociais, ocasionando o crescimento do individualismo, no qual os sujeitos estão mais centrados em si próprios e buscando a realização de desejos e interesses particulares.

A modernidade para o autor constitui-se em dois elementos: a racionalidade, associada às classes dirigentes, e a subjetivação como constituinte dos movimentos sociais, “A racionalização está mais fortemente ligada à ação das forças dirigentes, enquanto a subjetivação muitas vezes constitui o tema central do movimento social das categorias dominadas”. (TOURAINÉ, 1994, p. 257).

Touraine (1994) observa que os movimentos sociais seriam alvos das orientações culturais que se dão através de relações de poder e desigualdade. Pois, enquanto os dirigentes

expressam com racionalidade os interesses ideológicos do próprio sistema, os movimentos sociais se tornam, através da subjetivação, instrumentos de defesa e resistência à lógica desse sistema.

Com isso, faz alusão a um sujeito contestador por entender que na sociedade moderna existia uma forte tendência em ocultar os conflitos e apresentar o sistema como se fosse autorregulado. Surge a ideia da formulação extrema do *sujeito como movimento social*.

Essa formulação reconhece os movimentos sociais como força central da sociedade, pois eles seriam capazes de fazer projetos contra a ordem social dominante, por isso se tornava alvo das relações de poder. Nesse sentido, “um movimento social é o esforço de um ator coletivo para se apossar dos “valores, das orientações culturais de uma sociedade, opondo-se à ação de um adversário ao qual está ligado por relações de poder”. (TOURAINÉ, 1994, p. 253).

Na sua perspectiva, o sujeito como movimento social só poderá existir como contestação a essa lógica de dominação, caso contrário, o impacto disso acarretará o declínio das paixões políticas levando a organização dos movimentos sociais a se mobilizarem somente por princípios e sentimentos, onde se corre o risco de fazer desaparecer a consciência de histórica.

Na sociedade programada, como define o autor, as contestações não podem mais se apoiar numa filosofia histórica no período pós-industrial, porque nesse momento as análises estavam voltadas para compreensão de uma nova realidade pautada nos aspectos culturais.

Segundo ele,

As contestações mais acirradas têm hoje um fundamento moral, não porque a ação coletiva é impotente, mas porque a dominação se exerce sobre os corpos e as almas ainda mais que sobre o trabalho e a condição jurídica, porque as propagandas e a repressão totalitárias são as doenças mais graves do mundo que se diz moderno. (TOURAINÉ, 1994, p. 261).

Com isso, percebe o autor, que as novas contestações que visam defender os direitos são produzidas culturalmente por um sistema de dominação no qual se tem interesse de enfraquecer os aspectos políticos dos movimentos, substituindo o projeto de um novo tipo de sociedade, por defesa de direitos particulares.

Na sua percepção, o que estava em jogo naquele momento era uma permuta nas formas de dominação que saíam dos moldes tradicionais para novos mecanismos de controle. Assim, considerou o mundo moderno uma sociedade vazia, sem atores, ou seja, sem sujeitos capazes de proporcionar uma transformação social.

Esse novo direcionamento das ações coletivas para temas pessoais e morais não se observa somente na organização e mobilização dos movimentos, mas também, como menciona Touraine (1994), se expressam nas atitudes e opiniões da vida cotidiana. Para ele essa alteração é universal, tamanho é o efeito da dominação das sociedades pós-industrializadas.

Sua observação mostra que os centros de poder (capitalismo) criam consumidores segundo seus interesses para dar respostas às demandas sociais e culturais. O indivíduo não se torna sujeito, mas constitui-se como objeto das definições culturais, sendo submissos aos que os governam, ou seja, a dominação tornou-se eminentemente cultural, feita através do controle da informação por uma tecnocracia.

A cultura e a técnica impregnaram-se na sociedade ofuscando as distinções entre mundo público e privado fazendo com que os conflitos se diluam processados pelas instituições democráticas e pelas instituições capitalistas como se fossem expansão de direitos. Essa miopia da sociedade conduz a uma imagem artificial da vida social.

Para ele,

O indivíduo não se torna sujeito separando-se do Si-mesmo, a não ser que se oponha à lógica de dominação social em nome de uma lógica da liberdade, da livre produção de si. É a recusa de uma imagem artificial da vida social como máquina ou organismo, crítica feita, não em nome de princípios transcendentais – Deus, a razão ou a história-, mas em nome da livre produção de si-mesmo que leva a afirmar o sujeito e seus direitos em um mundo onde o ser humano é transformado em objeto. (TOURAINÉ, 1994, p. 246-247).

Sua reflexão se dirige ao caráter ilusório que a sociedade moderna vive, na qual os sujeitos têm um comportamento administrado por centros de decisões que definem seus gostos e suas necessidades, levando a população a viver uma vida artificial a ponto de proteger e satisfazer uma elite que realmente dispõe de grandes recursos que lhes permite a ter possibilidade de escolha.

Sua crítica refere ao risco da falta de reconhecimento da lógica de dominação que conduz a uma decomposição do sujeito suprimindo-o a objeto de consumo. Em contrapartida, o autor evoca, “um novo sistema de ação histórica, o da sociedade programada, com seus atores, seus movimentos sociais, os riscos culturais de seus conflitos e de suas negociações, que está bastante distanciada das imagens hoje dominantes da nossa sociedade”. (TOURAINÉ, 1994, p. 264).

Para ele, houve uma ruptura cultural na sociedade que impossibilita o espaço do conflito social. Isso leva a uma dissociação entre o sistema e o ator, ou seja, os atores não de

definem mais pelas relações sociais e sim, pelas diferenças culturais. Sua ideia é de um sujeito inseparável da ideia de relações sociais e o retorno de um novo sistema de ação histórica traria a emergência de atores, movimentos, conflitos e negociações fundamentais para se compreender as novas relações sociais e a formação de uma cultura.

Touraine (1994) conclui seu pensamento trazendo um desafio para os sociólogos, descrever e analisar os modelos culturais, as relações e os movimentos sociais que lhes dão forma, as elites políticas e as formas de mudança social que agitam o que pode aparecer por um breve instante como um mundo além da historicidade.

Essa tarefa diz respeito em reencontrar um sentido num mundo fragmentado pela globalização, onde seus efeitos trouxeram a crise e o desmantelamento das instituições, e de seus conflitos individuais e coletivos, interferindo diretamente no que os sujeitos querem ser e o que realmente eles são. Com isso, ele enfatiza a importância dos aspectos políticos na análise das ações dos novos movimentos sociais.

3.2 Identidade Coletiva e os Movimentos Sociais Contemporâneos

Com um olhar contemporâneo, as abordagens de Alberto Melucci fundam-se na ação coletiva. Ao contrário de Touraine (1989) que fazia uma análise macro social, ele direciona seu trabalho na reelaboração da teoria tradicional da ação social, trazendo sua análise para o plano micro social. Para ele, a ação coletiva é considerada como um sistema de relação que operam num campo sistêmico de possibilidades e limites. (1989, p. 52).

Contudo, ressalta Melucci (2001), para compreensão do processo das ações coletivas contemporâneas se exige a superação da dualidade entre movimentos sociais clássicos e novos movimentos sociais que historicamente demarcou o debate conceitual no campo das ciências sociais. Um debate dessa natureza seria inútil teoricamente, pois os movimentos atuais são muitos diversos e precisam ser construídos por análises específicas e não conceituados entre velhos e novos.

Uma das suas contribuições foi estabelecer o conceito da identidade coletiva que culminou na combinação da análise das subjetividades dos sujeitos com a análise das condições político-ideológicas de um determinado sistema. Isso permitiu que ele avançasse na compreensão sobre a formação dos movimentos sociais, ou seja, essa compreensão vem a partir do entendimento do que motiva os sujeitos a participarem de um movimento.

Para ele, “A ação tem que ser considerada como interação de objetivos, recursos e obstáculos, como uma orientação intencional que é estabelecida dentro de um sistema de oportunidades e coerções”. (MELUCCI, 1989, p. 52).

Nessa perspectiva, para se compreender os movimentos sociais, é necessário entender o sentido da ação coletiva e decompor a unidade empírica dos fenômenos para explicar a dinâmica da sociedade contemporânea. Esse seria um desafio aos pesquisadores: buscar novas categorias de análise capazes de compreender dentro da complexidade do mundo atual como os movimentos se formam e se organizam, ou seja, quais os novos significados atribuídos para sua formação dentro de um sistema.

O ponto crucial está em desvendar as novas formas de organização dos movimentos, discernir as mensagens que estão no objetivo de si mesmo, de se constituir,

A nova forma organizacional dos movimentos contemporâneos não é exatamente ‘instrumental’ para seus objetivos. É um objetivo em si mesmo. Como a ação está focalizada nos códigos culturais, a forma do movimento é uma mensagem, um desafio simbólico aos padrões dominantes. (MELUCCI, 1989, p. 62).

Ele defende que as novas formas organizativas ao mesmo tempo em que são múltiplas, são formas particulares de resistência que reagem aos códigos dominantes. Essa resistência é motivada por ordem simbólica voltada à construção da identidade coletiva, descobrir o significado que os forma ou lhes dá uma unidade, é decodificar o movimento.

Nessa perspectiva, a ação se torna, ao mesmo tempo, reflexo da orientação simbólica e o sentido de um reconhecimento “NÓS”. Na sua consideração, não existe uma unidade NÓS ligada pelo senso comum, mas coligada por um reconhecimento que dá significado a ação, e essa ação se torna produto da identificação entre os indivíduos.

Melucci (2001), em sua obra *Os movimentos sociais nas sociedades complexas*, inicia o texto fazendo uma comparação dos movimentos sociais contemporâneos aos profetas. Os profetas são aqueles que anunciam aquilo que está por vir, têm perceptibilidade, apontam para uma direção, um futuro. Porém, para ele, “*Os movimentos sociais contemporâneos são profetas do presente*”, anunciam uma mudança possível para o presente e, ao se manifestarem, ganham visibilidade adquirindo *forma* (NÓS) e *rosto* (identidade). (MELUCCI, 2001, p. 21).

Na sua visão, essas novas formas, apesar de serem distintas e difusas, podem se consolidar indo na contra mão dos movimentos tradicionais que tinham um quadro analítico mais linear e facilmente reconhecível. Assim, o seu livro nasceu na tentativa de “*ouvir vozes*”, ou seja, fazer uma análise na sociedade atual de como se formam os movimentos

sociais num sistema “*planetário*”, amplo e permeado de mudanças que os tornaram *moleculares*, pequenos.

Em sua obra, procura fazer um resgate científico retomando um conjunto de produções teóricas (americana e europeia) sobre os estudos dos movimentos sociais. Partindo desse conjunto, esboça uma síntese tomando por base uma revisão crítica das principais abordagens do pensamento sociológico e, respectivamente, elabora uma proposta de construção analítica para os movimentos sociais contemporâneos.

Na perspectiva desse autor, as análises devem superar as *velhas* visões macro estruturais e dar possibilidades aos movimentos atuais de falarem com liberdade sobre as ações que lhes são possíveis no momento. Assim, a palavra pode tornar-se não só uma linguagem, mas uma cultura e, principalmente, ter possibilidade de mostrar as relações sociais condições de dar visibilidade para suas ações.

Outra percepção trazida pelo autor é a superação das dualidades, isto é, sair da herança tradicional entre os polos do dualismo e interrogar-se sobre o que significa empiricamente o que se chama “movimento”, compreender como eles formam uma unidade, baseando-se num sistema de relações sociais ao qual a ação coletiva faz menção. Para Melucci (2001) isso implicaria numa real mudança de perspectiva.

Apontando para uma teoria dos movimentos sociais contemporâneos, ele se refere ao pensamento analítico voltado para a questão do conflito contrário da visão tradicional de um sistema amplo (universal). Para ele, nos dias de hoje, é necessário identificar o campo de conflito em nível de sistema (local), devido às inúmeras diferenciações que os sistemas das sociedades atuais impõem. Segundo Melucci (2001, p. 27),

a elevada diferenciação dos sistemas impõe, contemporaneamente, uma intensificação do controle que se desloca do conteúdo ao código, do comportamento às motivações e ao sentido de agir. Os conflitos se desenvolvem naquelas áreas do sistema diretamente investida pelos fluxos informativos e simbólicos mais intensos e, ao mesmo tempo, submetidas às maiores pressões para conformidade.

Na perspectiva de Melucci (2001), existe uma inversão dos códigos culturais nos sistemas contemporâneos e os sinais ficam intercambiáveis, ou seja, os conflitos ficam provisórios se organizando num fluxo de informação muito aberto que desafia os pesquisadores a pensar os movimentos sociais contemporâneos como uma mensagem a ser decodificada, trazendo sentido para sua ação.

Frente a esse desafio, o ponto de partida para sua análise é vincular o sentido que os movimentos sociais dão para sua formação e, conseqüentemente, saber o que eles estão

fazendo dentro de um determinado sistema de relacionamento. Esse sistema é avaliado por ele como um complexo de relacionamentos a ser considerado que serve de um sistema de referência possibilitando uma base analítica expressiva, o que implicará na variação do significado do fenômeno em função do sistema de relação social ao qual a ação faz referência e também o da natureza do conflito.

No entanto, o conflito também pode ser manifestado para além do sistema das relações sociais, aquele que se dá pela disputa entre dois atores na apropriação de um recurso valorizado entre adversários e pode propor objetivos rompendo com as “regras do jogo”. Com isso, a ação coletiva de um movimento pode se manifestar através da ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se situa. (MELUCCI, 2001, p. 35).

Ainda em suas contribuições, aponta os movimentos sociais como uma ação coletiva orientada pela solidariedade, sentimento este que lhes dão uma unidade, sentido. A partir daí, faz uma diferenciação entre as ações coletivas dos movimentos sociais baseadas na solidariedade e de outros fenômenos sociais como a delinquência, as reivindicações organizadas, os comportamentos agregados, dentre outros baseados na agregação.

A partir dessas diferenças conceitua movimento social como, “Um movimento social é a mobilização de um ator coletivo, definido por uma solidariedade específica, que luta contra um adversário para apropriação e o controle de recursos valorizados por ambos”. (MELUCCI, 2001, p. 35).

Dessa forma, movimento é constituído através da mobilização dos atores coletivos, definido por uma solidariedade específica, a qual dá capacidade dos atores se reconhecerem e serem reconhecidos, ou seja, a construção de uma identidade coletiva que é efetivada e negociada em um complexo de relações sociais, partilhadas pelos que constituem um movimento em um determinado sistema.

Objetivando diferenciar os vários tipos de comportamento no âmbito das relações sociais, Melucci (2001) percebe a ação coletiva no interior de um sistema. Ele considera esse sistema como um complexo de relações entre elementos, que podem ser definidos em diferentes âmbitos: sistema de produção, sistema político, sistema organizativo ou das relações sociais cotidianas.

O sistema de produção e apropriação implica em assegurar os recursos constitutivos da sociedade. Já o sistema político confere os níveis de formação das decisões normativas da sociedade, enquanto que o sistema organizativo volta-se para assegurar o equilíbrio da sociedade e no âmbito da reprodução das relações sociais, o sistema do mundo da vida.

Nessa perspectiva, um movimento é sempre uma realidade histórica complexa e heterogênea, que pode conter uma pluralidade de significados, por isso torna-se uma construção analítica e não um objeto ou fenômeno a ser observado. Esses significados remetem a ação a uma dimensão multipolar, que pode envolver uma gama de problemas, atores e objetivos em que suas dimensões podem combinar-se nas formas mais variadas.

Segundo Melucci (2001, p. 46), “A ação coletiva é um sistema de ação multipolar que combina orientações diversas, envolvendo atores múltiplos e implica um sistema de oportunidades e de vínculos que dá forma às suas relações”.

Portanto, a ação comporta três elementos: os fins (sentido da ação para o ator), os meios (possibilidades e limites para ação) e o ambiente (sistema onde a ação se realiza). Os atores formam um “NÓS” colocando em comum e ajustando esses três elementos. A ação coletiva de um movimento é resultante de objetivos, recursos e limites, que ocorre por meio de relações sociais num campo de oportunidades e vínculos sociais.

Voltando sua atenção para ação humana como um comportamento capaz de refletividade, ele busca superar a ideia do conflito como algo central (TOURAINÉ, 1989) construindo um espaço analítico o qual pode ser fundado nas relações sociais. Para isso, ele propõe uma teoria da produção social, onde a ação é capaz de produzir a própria orientação e reconhecê-la e, ao mesmo tempo, ser um comportamento social definido por trocas simbólicas que ligam determinados atores sociais.

A produção social, portanto pode comportar um reconhecimento do produto como resultado da ação do produtor, ou seja,

A produção, enquanto ato social mediato, simbolicamente, é, portanto, o ponto de continuidade e ruptura entre o agir humano e os outros sistemas viventes. A produção é uma relação social que implica o reconhecimento recíproco da identidade dos produtores, tornando possível, sobre esta base a troca. (MELUCCI 2001, p. 50).

Partindo dessa compreensão de reconhecimento e reciprocidade, Melucci (2001) constrói um quadro analítico onde a teoria da produção social comporta a teoria da identidade coletiva, permitindo se refletir sobre o processo de formação dos movimentos sociais em diversas formas que este pode assumir.

A ação humana enquanto ação social abre espaço para emergir os conflitos, na tensão irresoluta entre o reconhecimento e reciprocidade, na impossibilidade do agir humano estar vinculado somente às relações de troca, porém a ideia da contradição está associada à

incompatibilidade entre sistemas diferentes e que se tornam dispositivos para as ações dos movimentos sociais.

Os movimentos sociais nas sociedades complexas surgem com uma nova configuração de atores em forma de rede sociais o que difere dos movimentos sociais politicamente organizados. Segundo Melucci (2001, p. 97),

Trata-se de uma transformação de modelo organizativo que se apresenta como uma estrutura qualificante e específica das formas emergentes do conflito em sociedades de alta complexidade... Trata-se de uma estrutura latente, cada célula vive uma vida própria, completamente autônoma do resto do movimento... A agregação tem caráter cultural e se situa no terreno da produção simbólica na vida quotidiana.

Nessa perspectiva, os conflitos emergentes nos movimentos sociais estão ligados à luta por satisfação das necessidades. Sua agregação pode ter caráter pontual, isto é, surge em torno das necessidades de seus participantes e também do presente onde não procura buscar objetivos em longo prazo. Isso pode levar os conflitos a se mesclar com novas formas revestidas de caráter cultural e simbólico.

Considerando essas características, a ação coletiva não pode ser separada das demandas e necessidades individuais, o que possibilita de certa forma que ela esteja exposta a atomização e a privatização. Com este caráter, os movimentos sociais desenvolvem uma lógica do sistema que não tem um impulso conflitual baseado na política e, por esse motivo, não deixa de ser dependente dela.

Confrontando-se com esse duplo paradoxo, Melucci (2001) verifica os riscos da ação coletiva de forma fragmentada e dispersa,

A fraqueza está nos riscos permanentes de fragmentação, na dificuldade de manter objetivos gerais de longo prazo, na facilidade da fuga expressiva, na dificuldade de envolver-se com problemas da política em sentido próprio, isto é, com a complexidade das decisões e das mediações, com problemas de eficácia e eficiência, em geral com vínculos de um sistema no qual se confrontam interesses diversos. (MELUCCI, 2001, p. 98).

Ele percebe, diante dessa complexidade, que alguns movimentos não sobrevivem sem algumas formas de representação política, ou seja, os conflitos garantem que os atores e os canais de representação não se dispersem e que o caráter dos movimentos não se esgota somente nas representações e conflitos, mas vai além das mediações institucionais.

Melucci (2001) refere que os movimentos atuais influenciam na política na medida em que ampliam os seus limites, gerando modificações nas regras e procedimentos e incentivam novas formas de participação no interior das instituições. Isso pode ser evidenciado na

produção de novos modelos organizacionais, contribuindo assim para o surgimento de novas lideranças políticas para as instituições e organizações.

Por outro lado, Melucci (2001) compreende que essa estrutura atual traz fraqueza pela sua fragmentação ao mesmo tempo em que também traz força porque reforça a solidariedade entre os atores coletivos que formam um conjunto mostrando que a mobilização é possível. Nesse sentido, por mais paradoxal que pareça, os movimentos contemporâneos já surgem como vencedores, porque a sua simples existência já é suficiente para comprometer os códigos culturais e os sistemas simbólicos dominantes.

Ao fazer uma análise sobre a sociedade “descentrada”, ele mostra que, com o fim da visão totalizante (aquela trazida pelos movimentos sociais tradicionais em transformar a sociedade através da revolução), se impôs aos movimentos contemporâneos aceitar a pluralidade dos planos de ações e buscar novos instrumentos para transformação social. Conforme o autor,

Isso abre um enorme campo de ação para que, através da real abertura política das sociedades complexas, seja garantido um controle coletivo, nunca transparente, mas conflitante, sobre os objetivos, as lógicas, os instrumentos de um desenvolvimento que abrange agora o sistema social complexo. A invenção da mudança possível passa pelas formas políticas de exercício do controle coletivo, através das garantias de democracia política à qual se submetem os aparatos de decisão que planificam o desenvolvimento das sociedades complexas. (MELUCCI, 2001, p. 128).

Essa abertura do campo de ação submete os movimentos sociais às questões políticas, pois elas é que planificam, através do controle coletivo, o desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Assim, as relações políticas se tornam importantes na medida em que as decisões se dão através delas e assegurá-las se torna um desafio porque ocorrem mudanças nos sistemas com uma rapidez incontrolável.

Na sua perspectiva, as relações políticas são aquelas que permitem, por meio de decisões, reduzirem e mediar interesses contrastantes, o que se torna fundamental para o funcionamento da sociedade. Com a multiplicação e difusão das instâncias políticas em que se confrontam os sistemas complexos, passa-se ao reconhecimento das especificidades dos processos decisórios e dos mecanismos de representação.

Para ele essa dimensão não anula as decisões conquistadas por meio de representações, pelo contrário, “A representação implica uma distância inevitável entre representantes e representados, entre interesses de uns e de outros, entre lógicas de ação que podem concorrer, mas também divergir”. (MELUCCI, 2001, p. 130).

Portanto, qualquer mudança política implica na tensão entre estruturas de representação e de interesses opostos, assim a política se transforma na possibilidade de mediação entre interesses para tomadas de decisões específicas, ou seja, numa sociedade complexa ao mesmo tempo em que os movimentos sociais têm seus limites, eles adquirem autonomia nos processos de tomadas de decisões.

Considerar uma visão micro/específica sugere renunciar a totalidade e reconhecer o limite (margem possível de negociação) e a autonomia (capacidade do grupo para gerar ações autônomas) dentro dos diferentes sistemas que se constituem na sociedade atual. Com isso, a política se transforma em possibilidade de mediação entre interesses opostos. Assim, “A vida dos movimentos depende do funcionamento dos sistemas políticos, isto é, de todas as instâncias nas quais entra uma multiplicidade de interesses, através da representação e de processos decisoriais para alocação de recursos”. (MELUCCI, 2001, p. 131).

Nessa perspectiva, as instâncias políticas se multiplicam perpassando do sistema político em sentido estrito, trazendo uma abertura dos canais de representação que permita que as demandas sociais ocupem um espaço de participação que possibilite a reivindicação de direitos e de expressão de conflito/oposição.

Atualmente, os movimentos sociais assumem um espaço que trazem para visibilidade os dilemas que caracterizam as sociedades complexas, ou seja, a ampliação da esfera dos direitos individuais e coletivos traz para agenda dos movimentos a necessidade de coordenar uma pluralidade de interesses e decisões a fim de garantir esses direitos.

Nesse novo espaço, a relação entre Estado e sociedade civil é substituída por relações sociais mais heterogêneas, fragmentadas e autônomas. A noção de sociedade civil e Estado incorpora uma dimensão aberta de pluralismo político e tomada de decisões culturais autônomas por parte dos movimentos sociais.

Nessas condições também haveria um alargamento no que diz respeito aos processos democráticos, segundo Melucci (2001, p. 137),

Seria ilusório pensar que a democracia se esgota na competição pelo acesso a recursos do governo. A democracia, nas sociedades complexas, pode significar somente a criação de condições que permitam aos atores reconhecer-se e serem reconhecidos por aquilo que são e querem ser, isto é, liberdade de representação, de exprimir a identidade definida como sistema de representação que permitem mantê-la no tempo.

Em sua visão, a relação do Estado com a sociedade civil não parece orientada necessariamente pelas disputas políticas para o controle de recursos escassos porque os movimentos sociais contemporâneos não são orientados pela lógica instrumental e sim, por

múltiplos interesses culturais, podendo significar, até mesmo, somente a afirmação de um espaço de representação.

3.3 O Discurso e os “Novos” Movimentos Sociais

Apesar de não terem construído uma teoria específica para os movimentos sociais, os filósofos Ernesto Laclau e Chantal Mouffe trazem algumas perspectivas teóricas importantes para se refletir sobre os movimentos contemporâneos, como assume modestamente Laclau em seu texto apresentado no workshop promovido pelo Centro de Documentação Latino-Americano de Amsterdã,

Minha contribuição para este debate não tem por objetivo nenhuma análise descrita dos movimentos sociais como um todo, nem de nenhum deles em particular – isto é trabalho para os especialistas mais competentes do que eu neste campo específico. Ao invés disso, procurarei expor algumas premissas teóricas, que possibilitem pensar o novo e o específico dentro destas novas formas de luta e resistência. (LACLAU, 1986, p. 1)

Laclau (1986) inicia essa fala expondo sua preocupação sobre as formas de luta assumidas nos últimos anos pelos novos movimentos sociais. Ele esclarece que o caráter de mudança para o “novo” dos movimentos sociais ocorre na forma como as lutas passam a acontecer e, conseqüentemente, acaba afetando o paradigma tradicional das ciências sociais no que se refere às formas de conflito, as quais, anteriormente, eram determinadas por um modelo diacrônico-evolucionário, ou seja, um espaço político unificado que agora passaram a assumir um modelo pluralista.

Essa pluralização do social e, automaticamente, a proliferação dos espaços políticos fez com que as identidades dos agentes sociais não fossem mais concebidas como únicas, tornando insuficiente o conceito de “luta de classes” para descrever os conflitos sociais contemporâneos. Na tentativa de contribuir teoricamente para análise dos movimentos sociais, busca na teoria do discurso dar respostas às especificidades dos espaços políticos na contemporaneidade.

Laclau (1986) comenta que um dos avanços fundamentais ocorridos nas ciências sociais foi a ruptura com o conceito de sujeito único, acabado,

‘devemos abordar o agente social como uma pluralidade, dependente das várias posições de sujeito, através das quais o indivíduo é constituído, no âmbito de várias formações discursivas’. Isto nos fornece uma chave teórica para entendermos a peculiaridade dos novos movimentos sociais [...]. (LACLAU, 1986, p. 3).

A partir dessa perspectiva o autor aponta para as várias posições de sujeito às quais os atores sociais podem assumir a nível local de resistência, aparatos institucionais, formas de subordinação tornando-se pontos específicos de conflito e mobilização política na atualidade. A essa estrutura ou conjunto de diferentes posições que constituem os sujeitos, ele dá o nome de discurso e é a partir dessas premissas que ele construiu sua teoria em parceria com Chantal Mouffe.

Todo processo de sua construção teórica se inicia a partir dos pressupostos levantados nos séculos XIX e XX em que o sentido da linguagem e suas funções tornaram-se um tema central servindo de base do movimento chamado de virada linguística. A linguagem passou a adquirir um caráter de construção e constituição da realidade, abandonando a teoria do conhecimento (conhecimento dado) e voltando-se para epistemologia (conhecimento construído) e considerando a fala com algo que une, incorpora e junta as realidades.

As perspectivas propostas na época traziam a linguagem para um campo em que ela possibilita a relação entre sujeito e objeto, descreve uma realidade e seus fatos e prevalece em todas as instâncias da existência humana, nesse sentido se o sujeito pensa, o pensamento é expresso pela linguagem. A partir daí, a linguagem se torna um instrumento de representação da realidade, que estrutura determinada cultura e constitui a vida humana.

A Análise de Discurso surge na década 60, em meio às manifestações teóricas ocorridas nas diversas áreas do conhecimento como as humanas, as artes, as ciências sociais, onde ocorrem transformações - como descreve Gill (2002), uma “*virada linguística*”- devido ao impacto das ideias estruturalistas e pós-estruturalistas e ofensiva dos pós-modernos à epistemologia.

A virada linguística se realizou a partir da filosofia da linguagem proposta por vários teóricos, entre eles: Wittgenstein (coloca o sujeito que fala dentro do texto e analisa a sua fala a partir do uso da linguagem), Heidegger (a linguagem é lugar em que o - “ser”- sujeito se revela, a linguagem como fundamentação do real) e Saussure (a linguagem é um fato social), que possibilitaram uma mudança significativa em diversas áreas do conhecimento.

Essas transformações deram origem à Análise de Discurso devido esse movimento teórico contemporâneo criticar fortemente o positivismo epistemológico trazido pela ciência social tradicional. Isso desencadeou diferentes abordagens teóricas que passaram a disputar estilos metodológicos diferenciados de análise, porém em comum, esse movimento trouxe a noção de que não existe neutralidade no discurso.

Laclau (2011, p. 68) cita que Saussure foi um dos precursores nessa mudança,

a partir de Saussure, que a língua e por extensão, todo sistema de significação é um sistema de diferenças, que as identidades linguísticas - os valores – são puramente relacionais e que, como consequência, a totalidade da língua está envolvida em cada ato individual de significação.

Essa visão da linguagem como relação - um fato social - passou a revelar as ligações intrínsecas entre o linguístico e o social e abrindo caminho para novos estudos. A partir dessa abertura, o desenvolvimento de novos estudos mostrou que a linguagem enquanto discurso é interação entre um “eu” e um “outro”, servindo para se enfatizar o fato notório de que o discurso é simultaneamente construído e construtivo do social.

Assim sendo, o discurso não é imparcial, ele tem uma importância fundamental na interação e no modo de produção da vida social, que dependendo o contexto, o sujeito fala e é falado, fazendo imagem de si e do “outro”, o que demonstra uma relação de interioridade/exterioridade entre o discurso e as condições de produção desse discurso.

Nessa linha de pensamento em *Hegemony and Socialist Strategies - Toward a Radical Democratic Politics*, Laclau e Mouffe publicam em 1985 a formulação inicial da Teoria do Discurso, onde compreendem a análise política dos fenômenos sociais e seus sentidos ligada à noção de hegemonia, levando-os a considerar o discurso como constituidor do social/realidade, onde ocorre no campo da discursividade disputas pelo significado da realidade.

Com suas raízes em três correntes do pensamento¹⁶: análise filosófica de Wittgenstein, fenomenológica de Heidegger e estruturalista e pós-estruturalista de Barthes, Derrida e Lacan, os filósofos trazem o discurso não como algo derivado, mas como constitutivo do social (realidade), portanto, o fenômeno só existe dentro de uma cadeia discursiva que ele faça sentido (destacando que fora dela pode haver a existência, porém não existe significação). Nessa perspectiva, pode se entender que as práticas linguísticas seriam correspondentes às práticas sociais, ou seja, os sujeitos só existem, agem, compreendem e significam a partir da linguagem e que qualquer objetividade¹⁷ que se possa perceber é originada de maneira relacional e inscrita no social.

Baseados nessa perspectiva, os autores iniciam uma rigorosa argumentação na tentativa de dar conta de refletir as complexidades das relações sociais nas sociedades

¹⁶ Ver: LACLAU, Ernesto. **Philosophical roots of discourse theory**. Centre for Theoretical Studies in Humanities and Social Science. 2003 Disponível em: <http://www.essex.ac.uk/centres/TheoStud/online_papers.asp>. Acesso em: 08. mar. 2012.

¹⁷ Nota: O conceito de objetividade para Laclau é a visão do objeto como ele é, inserido numa tradição filosófica fundacionalista, onde o conhecimento de um objeto está relacionado a alcançar a verdade sobre ele. Ver: MENDONÇA, Daniel de. A noção de antagonismo na ciência política contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da teoria do discurso. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n. 20, jun. 2003.

ocidentais contemporâneas. Nessa concepção do social há o desafio de pensar as constantes mudanças nas identidades e nas diversas formas de lutas nas quais se constituem os sujeitos políticos e incluindo a isso, um novo projeto de democracia radical e plural se contrapondo a concepção democracia neoliberal.

Todo esse esforço de Laclau e Mouffe (1985) se deve ao fato de que eles estavam preocupados com os rumos que as teorias políticas estavam tomando (modelo de democracia agregativa que se tornou dominante na metade do séc.¹⁸) e os processos de globalização. Desse ponto, formularam argumentos essenciais para superar a ideia de hegemonia de Gramsci, trazendo a proposta de uma perspectiva posicional hegemônica como um aspecto central na teoria do discurso.

Segundo Laclau (2003)¹⁹,

A centralidade das relações hegemônicas na teoria do discurso vem a partir do fato de que o desejo de plenitude está sempre presente, mas a plenitude como tal, é inatingível e só pode existir circulando entre as particularidades que assumem temporariamente o papel de encarná-lo.

Nesse sentido, Laclau (2003) mostra que a hegemonia está associada a uma relação em que um conteúdo particular assumido num determinado contexto tem a função de encarnar uma plenitude ausente (universal) trazendo a ideia de incompletude, um lugar vazio onde ocorrem as disputas entre múltiplos discursos que circulam no campo da discursividade, portanto traz a ideia de um campo de ideologias que operam pela articulação de significantes dispersos que se articulam para tornarem-se hegemônicos.

Com isso, para se hegemonizar um conteúdo particular tem que haver um discurso centralizador que através de um ponto nodal (sutura) consegue fixar sua significação. Porém, segundo ele, essa fixação vai ser sempre temporária. Desse modo, o campo social se torna um espaço no qual os diferentes discursos lutam para articular e fixar o maior número de significantes ao redor de si. Assim, Laclau e Mouffe (1985), propõem para análise das relações sociais um conjunto de conceitos interligados que se resumem em quatro termos: articulação, discurso, elemento e momento. De acordo com eles,

¹⁸ Ver: MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n. 25, p. 165-175, jun. 2006. A autora em sua obra: traz uma discussão específica sobre modelo agregativo da política democrática atual.

¹⁹ Nota: A tradução do inglês para o português feita nesse trabalho é de responsabilidade da autora para realização desse trabalho. Citação original: "The centrality of hegemonic relations in discourse theory comes from the fact that the desire for fullness is always present, mas fullness, as such, is unachievable and can only exist circulating among particularities which assume temporarily the role of incarnating it".

chamaremos articulação qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos tal que suas identidades sejam modificadas como o resultado da prática articulatória. A totalidade estruturada resultante da prática articulatória chamaremos de discurso. As posições diferenciais, na medida em que elas apareçam articuladas num discurso chamaremos de momentos. Por contraste, chamaremos elemento qualquer diferença que não esteja discursivamente articulada. (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 105).

Conforme a proposta teórica dos autores, a produção social dos sentidos se dá estruturada sob a forma de totalidades discursivas, onde o discurso ocupa um lugar central numa cadeia de significação, pois Laclau (2000, p. 114) considera que “toda configuração social é uma configuração significativa”. O discurso deste modo se torna resultado de uma prática articulatória que trabalha sempre na direção de fixar sentidos, formando uma totalidade estruturada.

Então, por prática articulatória entende-se que é a própria prática de constituição das relações sociais na qual os sentidos são negociados e hegemonizados. Os momentos são posições diferentes articuladas dentro de um discurso que resultam na alteração das identidades e o elemento é toda diferença que não foi articulada e fica dispersa, circulando no campo da discursividade.

Ao definir o discurso como uma totalidade estruturada pela prática articulatória, os autores assumem conjuntamente a precariedade e a provisoriade dessa totalidade devido, segundo eles, à prática da articulação consistir, “na construção de pontos nodais que parcialmente fixam seus significados, e o caráter parcial dessa fixação procede da abertura do social, um resultado, por sua vez, do constante transbordamento de todo o discurso pela infinitude do campo da discursividade”. (LACLAU E MOUFFE, 1985, p. 113).

Com essa definição, eles indicam que é através da prática articulatória que ocorrem as tentativas de dominação do campo da discursividade, ou seja, a hegemonia é uma articulação na qual as identidades passam a representar a partir de uma relação equivalente, múltiplos elementos que se fixam parcialmente, através de pontos de suturas que buscam a complementaridade de algo que lhe falta. Dessa forma a identidade é um processo constante de fixação de elementos que se dá no campo de tensão entre interioridade e exterioridade.

Conforme Laclau (2003),²⁰ essa tensão insolúvel se dá entre a lógica da diferença e da equivalência, onde se demarca uma linha entre o interno e o externo, essa linha obtém um caráter de exclusão, uma linha divisória em que o antagonismo foi constituído na forma de dois sistemas de equivalências opostos:

²⁰ Citação original: “if identities in any signifying space are purely differential, the totality of the system of differences is involved in any single act of signification...and equivalence is precisely what subverts difference. So that which makes difference possible is also what makes it impossible”.

as identidades em qualquer espaço significado são puramente diferencial, a totalidade do sistema de diferenças está envolvido em qualquer ato de significação...e a equivalência é precisamente o que subverte a diferença. Assim o que faz a diferença possível é também o que a torna impossível. (LACLAU, 2003).

Assim, do ponto de vista da lógica da diferença, temos a própria constituição da identidade como tal (“eu” na diferença com o “outro”) e a equivalência existe através da subversão de dois termos diferentes, ou seja, para haver uma relação de equivalência tem que haver a diferença, senão haveria somente semelhanças, todos seriam idêntico-iguais. O caráter antagonico (frisa-se não ser o único) é considerado pelos autores, o limite de toda a objetividade, a impossibilidade da constituição de um sentido objetivo pertencente a uma cadeia discursiva.

Nesse sentido, a relação entre interior e exterior é antagonica na medida em que a presença constante de um “eu” vai sempre impedir a constituição completa de um “outro”. Nas palavras de Laclau e Mouffe (1895, p. 125), “a presença do outro me impede de ser totalmente eu mesmo”, portanto o “eu” vai ser um resultante de um “outro” externo. O conceito de antagonismo empregado pela teoria do discurso diz respeito ao mesmo sentido filosófico que esse tem denominado como algo inerente às relações humanas.

Um exemplo de forma cartesiana, o antagonismo é a diferença entre dois elementos: A e B são diferentes, para A não ser B, e vice-versa, tem que haver uma relação de exclusão, contudo A só pode existir na medida em que o B existe, estabelecendo assim também uma relação de complementaridade. Com isso toda estrutura se torna contraditória, pois será constituída por relações de exclusão e complementaridade ao mesmo tempo, isto é, a existência de um interior estará sempre condicionada a um exterior, “o exterior constitutivo”.

Com o objetivo de elucidar o emprego do conceito de antagonismo, que por vezes é aplicado de forma abstrata pelos autores em *Hegemony and Socialist Strategy* e tem ocasionado inúmeras interpretações e críticas, Chantal Mouffe (2006)²¹, mais tarde, em sua obra, *Por um modelo agonístico de Democracia*, faz uma redescrição da compreensão sobre o regime liberal democrático, no qual estabelece um ponto crucial adequando o conceito de antagonismo para agonismo²², trazendo um novo modelo compatível com a democracia atual.

²¹ Ver: MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n. 25, p. 165-175, jun. 2006.

²² Ver: MENDONÇA, Daniel de. A noção de antagonismo na ciência política contemporânea: Uma análise a partir da perspectiva da teoria do discurso. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n. 20, jun, 2003. O artigo de Daniel Mendonça problematiza a noção filosófica de antagonismo, afirmando que não somente o antagonismo é responsável pelo fechamento completo dos sentidos, mas o próprio funcionamento auto referencial (reconhecimento) da sociedade colabora para uma constante abertura discursiva, ainda mostra a diferença entre antagonismo e agonismo proposta por Mouffe.

O pluralismo agonístico vem com um sentido de tolerância, na qual não se requer concordância com as ideias que se opõem, ou indiferenças diante de pontos de vistas opostos, mas o reconhecimento legítimo de quem defende ideias diferentes.

Através desses conceitos Laclau e Mouffe (1985), deram origem ao chamado pós-marxismo filosófico, no qual eles repensaram o marxismo num período chamado pós-modernidade, propondo uma mudança para além de reorganizações contextuais e de concessões teóricas, trazendo uma proposta de se pensar uma nova e radical lógica do social. Portanto, partindo dessas formulações os autores apresentam duas proposições relevantes para teoria pós-marxista: a “impossibilidade da sociedade” e a proposta de uma “política democrática radical”.

Primeiro, para evidenciar a “impossibilidade da sociedade”, os autores buscaram examinar dois conceitos fundamentais: a falta - da psicanálise de Lacan - e o sentido - da filosofia de Derrida, onde a incompletude da produção de sentidos na ordem do discurso culmina no apontamento da “impossibilidade” da sociedade. Para eles estes termos são importantes para pensar o caráter incompleto de toda sociedade e conseqüentemente da constituição dos sujeitos.

Nessa eficaz fusão²³, Laclau e Mouffe (1985) apresentam a perspectiva que é impossível uma sociedade ser suturada na totalidade, pois a fixação dos sentidos são parciais tendo em vista assim constantes suturas (cortes que a articulação discursiva sofre que alteram seus sentidos). Essa impossibilidade está diretamente ligada à “falta” originária/vital trazida pela psicanálise de Lacan do sentimento de incompletude; e a abundância de sentido em Derrida que é produzido dentro de uma cadeia de significação que se dá por meio dos discursos que concorrem com outros discursos no campo da discursividade.

Assim, eles concluem que, se a “falta” é uma categoria clivada constantemente presente, os pontos de sutura sempre serão temporários onde o sentido embarcado pelo discurso dentro de uma cadeia de significação vai ser sempre precário, nunca fixado, descentrado e contingente. O caráter precário se deve ao fato de que os sentidos constituídos no sistema discursivo estão sempre sendo alterados em relação a outros discursos que disputam sentidos no campo da discursividade. No que diz respeito à contingência, está relacionada à finitude de possibilidades de produção de sentidos predeterminadas por uma totalidade discursiva.

²³ Ver: BARRETT, Michele. Ideologia, Política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. In: ADORNO, Theodor W. et al.; ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um Mapa da ideologia**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 235-264.

Compreendendo dessa forma que o discurso como sendo constituinte das relações sociais, todos os sentidos devem ser percebidos em seu contexto de produção e de suas condições de emergência específicas. Um discurso dessa forma se torna uma prática social na medida em que ele promove uma ligação entre os sujeitos formando uma totalidade significativa. Essa totalidade significativa abrange tanto os aspectos linguísticos como extralinguísticos.

Laclau (2000) traz um exemplo que simplifica esses aspectos quando se remete a construção de um muro, quando um pedreiro pede a outro para lhe alcançar um tijolo evidencia-se um aspecto linguístico e quando o tijolo é colocado no muro este é um aspecto extralinguístico. Ambas as ações compartilham algo que permitem compará-las, mas apesar da diferenciação, ambas fazem parte de uma totalidade que é a construção do muro.

Neste exemplo de Laclau (2000) quando ele demonstra que nada tem sentido a não ser dentro de uma cadeia de significação (no interior do discurso), isso não quer dizer que os fenômenos materiais tenham suas existências dependentes da existência do discurso, isso seria uma falácia, pois os fenômenos da natureza existem e ocasionam seus efeitos independentes do sentido que lhes são atribuídos, no entanto para falar de seus efeitos, se são benéficos ou maléficos, eles só existem dentro de uma cadeia de significação que os significam²⁴.

Com esse entendimento, pode se compreender que toda construção de um fenômeno depende do contexto histórico e social onde determinadas práticas discursivas são aceitas em momentos determinados marcados pela contingência e precariedade, demonstrando que as organizações estruturais e a sua impossibilidade se dão dentro de um sistema de regras que preside sobre sua própria constituição.

Segundo, para uma política democrática radical, os autores propõem a ruptura do espaço político unificado de classe para aceitação da pluralidade dos “novos movimentos sociais”, que em conjunto com a “impossibilidade da sociedade” podem abrir espaço para construção de um novo imaginário político radical e libertário, proporcionando novos campos de conflitos.

Para eles,

A rejeição de pontos de ruptura privilegiados e a confluência das lutas para um espaço unificado, e a aceitação, ao contrário, da pluralidade e indeterminação do social, parece-nos constituir as duas bases fundamentais sobre as quais se pode reconstruir um novo imaginário político, radicalmente libertário e infinitamente mais

²⁴ Ver: PINTO, Céli Regina Jardim. **Notas a propósito de Ernesto Laclau**. Disponível em: <<http://www.rau.edu.uy/ufs/soc/publicaciones/Revista/Revista15/Jardim.html>>. Acesso em: 07 jan. 2012.

ambicioso em seus objetivos do que a esquerda clássica. (LACLAU E MOUFFE, 1985, p. 152).

Essas bases para construção de um novo imaginário político voltam-se justamente para os novos movimentos sociais devido à vasta gama de posições de sujeito apontar para vários espaços de luta, onde a teoria tradicional de lutas classe seria insuficiente para dar conta da realidade atual. Sob essa ótica, sua teoria ultrapassa a possibilidade analítica e abrange um novo projeto político de esquerda.

Contudo, Laclau e Mouffe (1985) percebem que as relações sociais ficam cada vez mais diversificadas, estendendo os limites das diferenças e, conseqüentemente, ampliando o campo de lutas políticas. Nessa inovação do campo político, ao mesmo tempo em que se constitui uma diversidade de sujeitos e ampliam-se os conflitos sociais, emerge a era dos “direitos” sociais que são retirados do seu contexto liberal e articulados num discurso político democrático do “estado assistencialista”.

Além de se estenderem às diferenças, os autores mostram que se originaram novas formas de regulação, entre elas: a burocratização e o capitalismo, com isso reconhecendo as ambigüidades políticas que cercam o Estado assistencialista. Em suas análises, Laclau e Mouffe percebem os vários fatores que estão em jogo nesse campo de lutas, em que a estrutura discursiva bem articulada do discurso neoliberal de “direitos iguais” foi se incorporando - “articuladas” - em um discurso democrático.

Para os autores, esse seria o momento propício para o aprofundamento da revolução democrática devido à expansão dos conflitos e a constituição de novos atores sociais. Porém, o que antes era um período como sendo indicado para ampliação do conflito e constituição de novos sujeitos políticos, acabou se tornando numa inversão discursiva hegemônica que trouxe uma massificação cultural dos sujeitos.

Laclau e Mouffe (1985) veem nas ambigüidades a interpelação dos sujeitos por discursos com um potencial subversivo que acarretou na homogeneização da vida social sob o disfarce de uma lógica de respeito às particularidades, de valorização das diferenças voltando-se especialmente à constituição de novas identidades culturais voltadas ao consumo e à valorização das diferenças.

Para eles, a implantação desse discurso é a tentativa de impor um fechamento do mundo social feita por uma articulação infinita das diferenças e a impossibilidade de qualquer fixação última de sentido, cuja característica corresponde ao discurso de valorizar e respeitar diferentes “visões”, o que intencionalmente elimina a possibilidade do confronto de

“opiniões”. Essa estratégia expõe a fragilidade da sociedade que, ao se deparar com discursos hegemônicos, não sabe identificar sua real intencionalidade.

No que se refere ao aspecto das práticas hegemônicas de dominação, que se aproveitaram da abertura do social com discursos ideológicos para se fixar, deve-se levar em consideração as racionalidades que estão por trás da articulação dessas práticas. Portanto, é necessário perceber que os mecanismos de regulação do sistema democrático da atualidade estão ligados a uma lógica racional pós-moderna, funcional ao projeto neoliberal, que têm incentivado os novos movimentos sociais ao corporativismo, às parcialidades e à individualização das ações sociais, o que inviabiliza a elaboração de um projeto político contra hegemônico que traga a superação dessa ordem social vigente e traga o “regresso do político” proposto aqui.

Esse é um desafio colocado por Mouffe (1996): formular um modelo alternativo de democracia, o qual ela chama de “pluralismo agonístico”. Nessa perspectiva, se busca uma abordagem democrática agonística que reconheça as fronteiras políticas e a exclusão que elas englobam, pois para ela é impossível disfarçar a existência de um consenso como totalidade, é uma ilusão acreditar que uma democracia plena possa ser instaurada.

Para Mouffe (2003, p. 14) não pode haver uma democracia total, mas sim parcial,

Isto significa que a sociedade democrática não pode ser mais concebida como uma sociedade que teria realizado o sonho de uma perfeita harmonia... a objetividade social é constituída através de atos de poder. Isso implica que qualquer objetividade social é definitivamente política e que se tem de mostrar os traços de exclusão que governa sua constituição.

Longe de ser pessimista, a autora quer mostrar que a sociedade não deve se iludir que a democracia irá contemplar a sociedade como um todo, pois sempre vai haver o risco de exclusão. Como se viu, é impossível a completude, caso contrário, a política chegaria ao seu fim e cumpriria o seu papel. Nesse caso, ela traz a dimensão “negativa” como algo inspirador do “positivo”, que impulsiona as contestações, as lutas, preenchendo a lacuna entre a realidade social e os sentimentos de mudança, onde o político é visto em todas as situações da vida social e não limitado a um lugar específico.

Segundo a autora,

O que caracteriza a vida política é precisamente o problema de criar continuamente uma unidade, um público, num contexto de diversidade, reivindicações rivais e interesses conflitantes, um tópico nunca entre no reino do político: não é necessário tomar nenhuma decisão política. Mas para que a coletividade política o “nós”, possa agir, essas contínuas reivindicações e interesses têm de ser resolvidos de forma a continuar a preservar a coletividade. (MOUFFE, 1996, p. 72).

A proposta de Mouffe (1996) condiz com uma democracia radical e plural na qual os direitos sejam conquistados perante uma participação política ativa dos sujeitos, proporcionando uma pluralidade de engajamentos políticos segundo interesses comuns, que vão contra os interesses comuns de outros, que ela chama de identidade coletiva, possibilitando assim, a manutenção do fator agonístico no interior da sociedade. Pensar a política sem negligenciar o papel fundamental desempenhado pela relação “nós” x “eles”, pelo conflito, o poder e o interesse é que constitui a verdadeira democracia.

Encerrando esta etapa e dando abertura para o próximo capítulo, a proposta da identidade coletiva defendida por Mouffe (1996) tem o objetivo de construir um “nós” com uma identidade política através do princípio da equivalência democrática, ou seja, a igualdade de direito garantindo suas diferenças e a liberdade de expressar as diferenças enquanto sujeitos políticos, possibilitando um “nós” ativo, que afirma sua identidade demarcando sua fronteira política com o “eles”, questionando o poder e entrando em conflitos constitutivos e contingentes, fazendo parte de um processo “vivo” inacabado.

4 ESTUDO DA IDENTIDADE: O DISCURSO, A DIFERENÇA E A CULTURA COMO POSSIBILIDADE DE CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS

Esse capítulo tratará de compreender como se dá o processo de construção da identidade coletiva através das contribuições teóricas de Ernesto Laclau, Chantal Mouffe e Stuart Hall que pesquisam as identidades contemporâneas sob a perspectiva da filosofia política e dos estudos culturais respectivamente, trazendo a ideia de que as mudanças estruturais no século XX vêm provocando uma modificação nos processos identificatórios.

Laclau e Mouffe, em 1985, na obra *Hegemony e Socialist Strategy*, escrevem sobre a questão da formação da identidade associada à teoria do discurso, compreendendo a impossibilidade do social ser construído na sua totalidade. A partir dessa percepção, concluem que toda identidade vai estar constantemente em busca da completude, entretanto essa busca vai ser sempre ineficaz. Com isso, constroem sua teoria influenciados por Derrida (sentido) e Lacan (falta), trazendo argumentos significativos relacionados à questão identitária.

Os autores consideram que a identidade é constituída dentro de uma cadeia discursiva contínua, na qual os elementos são articulados e suturados, formando pontos nodais de identificação que se constituem de forma provisória e precária. Esses pontos nodais ainda podem ser suturados em múltiplas posições sujeito, ou seja, um indivíduo pode ser ao mesmo tempo homem, advogado, militante, pai, etc. Sendo assim, o sujeito é considerado como um ser inacabado, resultante de uma ordem discursiva que tende indefinidamente a construir e reconstruir sua identidade.

Laclau e Mouffe (1985) definem que a identidade, em qualquer espaço, é sempre significada pela diferença: toda identidade é constituída a partir de uma diferença em comparação a outra: (“eu” x “outro”), sempre de forma relacional no tensionamento entre um “interior” e um “exterior”. Porém, a identidade não é somente uma lógica de diferenças - senão seria só uma “apartheid”- (separação), mas também se constitui por relações de poder, sob a lógica da equivalência na qual ocorrem disputas de posição de sujeito para estar numa posição de destaque ou dominação. Foi assim que Chantal Mouffe (1996), partindo desses pressupostos iniciais, mais tarde esboçou suas concepções em “*O regresso do político*” referentes à construção da identidade coletiva na relação: (“nós” x “eles”).

Mouffe (1996) traz em sua obra o argumento de que o tipo de teoria democrática liberal dominante vem obstruindo o entendimento do político o que impossibilita as relações agonísticas, fazendo com que o processo de identificação coletiva fique cada vez mais comprometido. Nesse sentido, para se pensar a política não se deve negligenciar o papel

fundamental desempenhado pela relação “nós” x “eles”, gerado pelo conflito, pela disputa de poder e defesa de interesses ocorrida no campo político e que constitui e oportuniza o verdadeiro processo democrático.

Para autora, o campo político vem perdendo sua fronteira. Isso se deve ao fato de que as sociedades vivenciaram um processo de inúmeras mudanças com a chegada da democracia liberal, o que, consecutivamente, está interferindo nas formas de identificação de grupos/coletivos sociais. Em contraponto a estas perspectivas, Mouffe (1986) faz um esforço epistemológico para denunciar a incapacidade do pensamento liberal que não compreende o caráter fundamental do agonismo na vida social e, nessa ausência, o caráter político fica comprometido, pois para ela o espaço democrático deve oportunizar a pluralidade de engajamentos políticos e a defesa de direitos.

Stuart Hall, muito próximo do pensamento de Laclau e Mouffe (1985), pesquisa as identidades contemporâneas sob a perspectiva dos estudos culturais, trazendo a ideia que as mudanças estruturais no século XX provocaram uma crise no processo identificatório. Nesse sentido, a questão da identidade passa a ser vista de forma contrária à semântica oficial essencialista, tornando-se cada vez mais fragmentada, múltipla e construída ao longo história através dos discursos disseminados pela cultura.

Para Hall (2000), o aspecto cultural é importante e deve ser considerado nos processos de identificação, pois as diferenças são produzidas por meios de sistemas simbólicos. Tendo sua base na cultura, ela é que define os sentidos/significados dentro de um sistema de classificação através do discurso.

O autor, apoiado pela visão sociológica de Folmann (2001), explica que as modalidades de poder/força produzidas na formação das identidades são marcadas pela diferença e a exclusão interferindo diretamente no que as pessoas se “tornam”. Assim, as pessoas são convocadas a assumir uma posição de sujeito através dos recursos trazidos pela história, linguagem e cultura, ou seja, o “exterior” é que passa a constituir as identidades.

4.1 A Construção da Identidade Coletiva como Suturas Discursivas

Os filósofos Ernesto Laclau e Chantal Mouffe vêm tentando mostrar em suas construções teóricas (escrevendo juntos ou separados) as transformações e os dilemas pelos quais as sociedades vêm passando, nas últimas décadas, com a chegada da democracia liberal e a crise na política de esquerda. Com isso, trazem argumentos relevantes para se refletir sobre a constituição da identidade dos sujeitos nesse processo. Para os autores, a construção

das identidades sociais ou políticas estão diretamente ligadas à questão discursiva, à hegemonia, às lógicas capitalistas e à pluralidade do social, possibilitando assim, através do seu trabalho, evidenciar os pontos de exclusão na sociedade que fazem parte de sua constituição e também mostrar que não se trata de eliminar as formas de poder, mas sim, deixá-las explícitas para que múltiplas ideias e posições de sujeitos possam se manifestar.

Laclau e Mouffe (1985), através da teoria do discurso esboçam conceitos básicos para se pensar a constituição das identidades. O discurso se torna um conceito central na construção das identidades na medida em que ele se torna resultado da prática articulatória que trabalha sempre na direção de fixar sentidos numa cadeia de significação. Por exemplo: Quando uma mulher engravida e não sabe ainda de sua condição, existe ali uma forma de vida dentro da mãe, porém ela só passa a existir no meio social a partir do momento em que ela é significada/identificada e nomeada, isto é, quando ela entra numa lógica de relação com outros elementos fazendo sentido no interior de um discurso lhe torna possível. Então, assim que é descoberta a gravidez, a “forma de vida” recebe um nome, lhe atribuído um sentido e sua identidade passa a ser constituída: ser humano, embrião, criança, bebê, masculino, dentro de um determinado contexto.

Assim sendo, o discurso faz parte constituinte das identidades através de um ponto nodal (sutura) que consegue se fixar. Porém, segundo os autores - influenciados por Derrida -, essa fixação vai ser sempre temporária e precária devido à abertura do social trazer um constante transbordamento de todo o discurso que carrega uma infinidade de sentido. Além disso, temos ainda o aspecto da falta - influenciados por Lacan- constitutiva existente em todos os seres humanos.

Isso representa em termos objetivos que, seguindo o exemplo acima, essa “forma de vida” desde a sua identificação vai adquirir múltiplos sentidos e assumir várias posições de sujeito (identidade) ao longo da vida, tais como: bebê, criança, adolescente, adulto, velho, entre outros significados. Portanto, o indivíduo estará sempre em processo contínuo de construção que irão lhe modificando conforme o contexto no qual ele está inserido, através de uma cadeia discursiva que lhe dará significação.

A partir desses exemplos, pode se considerar que Laclau e Mouffe (1985) concebem o sujeito como um ser em processo inacabável, rompendo com o essencialismo (proposições teóricas fundacionista e teleológicas) e apontando para o caráter socialmente construído de toda objetividade. Referente a isso Laclau (2003, p. 6),

explica por que para a teoria do discurso a vida social pode ser descrita em termos de retórica generalizada: como nenhuma identidade é fechada em si, mas é submetida a deslocamentos constantes em termos de cadeia de combinações e substituições, são constituídas essencialmente por processos instáveis que não se referem a qualquer sentido último de fundação.

Devido essas combinações e substituições ser instáveis, a formação identitária está sempre em deslocamento²⁵, por se constituir um “eu” sempre em relação a um “outro”, “um exterior que constitui”, algo que é externo, que influencia e define a identidade, por isso ela não está fechada, mas constantemente aberta para novas significações. Assim, a identidade nunca permanece fechada em si mesma, ou seja, imutável, mas sempre exposta a outros elementos que, ao se articularem, tornam-se momentos, alterando as identidades e adquirindo novas identificações dentro de uma cadeia discursiva.

Nessa perspectiva, a identidade é constituída em determinado contexto social, de forma relacional - “eu” x “outro”-, pois o sentido de algo é sempre compreendido em relação com outros elementos e não, isoladamente. Outro aspecto é a noção da falta, indicando a incompletude humana e, com isso, a incompletude discursiva na qual a identidade se constitui. Consequentemente, a identidade vai estar constantemente num paradoxo: ao mesmo tempo em que busca um sentido último para se completar; sua busca jamais será alcançada devido à falta constitutiva que faz parte dos seres humanos.

É nesse tensionamento entre interior e exterior que operam a lógica da diferença e a lógica da equivalência. Na lógica da diferença, temos a própria constituição das identidades, na qual um “eu” se diferencia de um “outro” e na lógica da equivalência, a subversão desses termos no qual se mostra que as relações de poder são desiguais, ou seja, que existe uma desigualdade entre as posições que os sujeitos são interpelados assumir na sociedade. Com isso, Laclau e Mouffe (1985) afirmam que as duas caminham juntas visto que são constitutivas de um mesmo processo,

‘dois termos para serem equivalentes devem ser diferentes - de outro modo seriam simplesmente idênticos. A equivalência existe através do ato de subversão desses termos’, ou seja, numa disputa política para haver uma relação de equivalência, um ‘nós’ deve se reconhecer diferente ‘eles’, o que sugere que as relações políticas sejam constituídas através de disputas de poder. (1985, p.109).

Nessa afirmação, eles apontam que, para haver uma equivalência no que se refere à constituição das identidades, é necessário admitir que exista uma relação de desigualdade entre as posições de sujeito instituídas na sociedade, no qual se operam as disputas de poder. Um exemplo

²⁵ Para Laclau o deslocamento são situações que criam uma desestrutura/desestabilização no processo identificatório.

simplista em que isso ocorre está nas relações sociais estabelecidas entre pais e filhos, professor e aluno e, chegando a um exemplo mais complexo, que é o objetivo aqui proposto, a relação entre movimentos sociais e Estado no campo de disputa política, aos quais os autores estão referindo.

Nessa linha de pensamento, Mouffe (2006, p. 173), também se referindo à equivalência no campo das disputas políticas, afirma que, “Se aceitarmos, contudo, que as relações de poder são constitutivas do social, então a questão principal para a política democrática não é eliminar o poder, mas constituir formas de poder mais compatíveis com os valores democráticos”.

O campo político é um espaço democrático na medida em que várias posições políticas podem contrapor suas ideias e interesses com o propósito de gerar um debate público, onde se estabeleça uma relação de equivalência de condições de poder por ambas as partes na disputa discursiva.

Assim, compreender as relações de poder implica entender que numa sociedade tão plural como a contemporânea é impossível se constituir relações em perfeita harmonia e consenso total. As relações de poder, segundo ela, estão sendo concebidas e posicionadas de maneira equivocada, ou seja, não dão espaço as divergências, pois no contexto atual quanto mais democrática uma sociedade, menos as relações de poder que causam oposição fazem parte das relações sociais.

O que caracteriza a vida política é precisamente o problema de criar continuamente uma unidade, um público, num contexto de diversidade, reivindicações rivais e interesses conflitantes, um tópico nunca entre no reino do político: não é necessário tomar nenhuma decisão política. Mas para que a coletividade política o ‘nós’, possa agir, essas contínuas reivindicações e interesses têm de ser resolvidos de forma a continuar a preservar a coletividade. (MOUFFE, 1996, p. 72).

Para Mouffe (1996) deve haver um espaço democrático de reivindicação para que os movimentos sociais possam agir e que lhes possibilite a participação ativa no campo do político. Para isso, segundo ela, a política deve buscar a criação de uma identidade coletiva pautada no agonismo, no qual existe a criação de um “*nós*” em oposição ao “*eles*”, permitindo um contexto de diversidade, um conflito e, com isso, preservando os grupos coletivos e a conservação do campo político²⁶.

²⁶ Nota: Mouffe (2006, p. 165-175), faz uma distinção entre político e política quando diz: “é necessário esclarecer a nova perspectiva que estou formulando, a distinção entre política [politics] e o “político” [the political]”. Por o “político” refiro-me à dimensão do antagonismo inerente as relações humanas... A “política”, por outro lado, indica o conjunto de práticas, discursos e instituições que procuram estabelecer uma certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que são sempre conflituais porque são sempre afetadas pela dimensão do “político”.

Na sua compreensão, a política deve trazer um conjunto de práticas e discursos que possibilitem, além da organização da convivência humana, também permitam uma esfera pública vibrante com diferentes visões, em que as divergências possam se expressar nas escolhas de diferentes projetos alternativos, constituindo formas de poder compatíveis aos valores democráticos.

Com isso, Mouffe (1996) traz a importância de reconhecimento da existência do político em toda sua complexidade para construção da identidade coletiva, “a dimensão do “nós”, a construção do amigo, bem como a dimensão do “eles”, o aspecto constitutivo do antagonismo”. Nessa perspectiva não essencialista proposta por ela, a dimensão do político revela-se na construção da identidade coletiva através do agonismo, o “nós” é marcado simbolicamente pela diferença em relação a “eles”, o que é essencial nos processos de identificação dos grupos, pois demarca as fronteiras políticas. (MOUFFE, 1996, p. 19).

Mouffe (2006), na sua proposta, traz uma reflexão do campo político no que se refere aos modelos de democracia, às novas formas de reivindicações de direitos e participação cidadã na atualidade. Ela percebe que as mudanças ocorridas na sociedade e no campo teórico trouxeram a implantação de novos modelos de participação e reivindicação que, consecutivamente, veio a interferir nas formas de identificação de grupos/coletivos sociais.

A autora refere que isso se deve em grande parte ao pensamento democrático agregativo que se tornou dominante a partir da segunda metade do século XX, trazendo uma visão contrária ao agonismo, atualmente interferindo no caráter do campo político. Para ela, as especificidades do campo político se dão na sua dimensão de conflito, o qual ela defende como algo necessário para que se estabeleça realmente a democracia.

Frente essa interferência, ela estabelece a ideia de uma democracia radical e plural na qual os direitos sejam conquistados perante uma participação política ativa dos sujeitos, proporcionando uma pluralidade de engajamentos políticos segundo interesses comuns, que vão contra aos interesses de outros - na relação *nós x eles* -, possibilitando assim, a manutenção do fator agonístico no interior da sociedade.

Partindo do ponto que o agonismo é necessário, a autora faz referência à construção da identidade coletiva como um processo relacional, que se afirma pela diferença ao “outro”,

No domínio das identificações coletivas, onde o que está em causa é a criação de um ‘nós’ pela delimitação de um ‘eles’, existe sempre a possibilidade de esta relação nós/eles se transformar numa relação do tipo amigo/inimigo, por outras palavras, pode sempre se tornar-se política. (MOUFFE, 1996, p. 13).

Para ela, a construção da identidade coletiva se dá pelo agonismo na relação, “*nós/eles*”. Nessa relação, o “*nós*” é marcado pela diferença com o “*eles*” por desempenhar a função de um elemento externo constitutivo. Dessa forma, é possível compreender como surgem as diferenças, mas por outro lado, se as diferenças passam a ser negadas, se não há parâmetro de comparação, as fronteiras políticas ficam imperceptíveis.

Nesse contexto de ambiguidade, não havendo uma fronteira política demarcada pelo agonismo, a identidade pode assumir uma multiplicidade de novas significações colocando em xeque as relações estabelecidas no campo político. Essa situação, segundo ela, é proposital, estando de acordo com os princípios de uma nova ordem estabelecida pela democracia liberal que instituiu um caminho mais atenuante para construção do “*eles*” (amigos, parceiros). Deste modo, o campo político fica comprometido, porque não se tem alternativas reais para contestações devido às posições de sujeitos (identidade coletiva) que não estão claramente diferenciadas.

Laclau (1986), a respeito disso, reforça que os discursos hegemônicos têm cada vez mais um centro organizador da política e da ideologia²⁷ instituindo um projeto de integração ilimitada, com isso a lógica da diferença fica expandida para um horizonte tendencialmente ilimitado. Assim ele diz que as práticas hegemônicas,

e ideologias que tem acompanhado o estabelecimento do Welfare State. Aqui o foco central de constituição do imaginário social e político é um horizonte estabelecendo a possibilidade de uma integração ilimitada [...]. O projeto é a construção de uma sociedade sem fronteiras ou divisões internas. Nos movimentos de deslocamento desta fronteira política interna é que devemos buscar características marcantes das lutas sociais contemporâneas. (LACLAU, 1986, p. 6).

Diante de um projeto sem fronteiras políticas internas bem demarcadas, Laclau e Mouffe (1985) vêem que as ideologias operam no social por meio da articulação de infinitas diferenças impossibilitando a fixação do sentido, dificultando, assim, os processos de identificação dos atores sociais devido ao desconhecimento ou “falso” reconhecimento das ideologias dominantes.

²⁷ Para o conceito de ideologia, Barrett traz um explicativo da compreensão de Laclau e Mouffe (1985) em que o uso do termo está em conjunto com o termo hegemonia e são, muitas vezes, utilizados como sinônimos na contribuição de Gramsci. A hegemonia se torna um centro organizador da política e da ideologia. Assim, a melhor maneira de compreender segundo ela é, “entender a hegemonia como a organização do consentimento: os processos com os quais se constroem formas subordinadas de consciências, sem recurso a violência ou à coerção”. Ver BARRETT, Michele. Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. In: ADORNO, Theodor W. et al.; ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um Mapa da ideologia**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 238.

Para Mouffe (1996), esta situação de fragilidade da fronteira política se torna pertinente às “regras do jogo” na medida em que, “A democracia liberal exige consenso quanto às regras do jogo e necessita também da constituição de identidades coletivas em torno de posições claramente diferenciadas e da possibilidade de escolher entre alternativas reais”. (MOUFFE, 1996, p. 15).

Essa reconfiguração nas instituições políticas, principalmente no campo político, supõe que a ordem social opera dentro de uma lógica racional, política de “jogos de interesses”, no qual supostamente as divergências são superadas e se prevalece o consenso nas relações. Isso não quer dizer que não haja momentos de consenso na política, mas que esse momento seja provisório e que as posições de sujeito estejam visivelmente diferenciadas no campo de disputas e negociações.

Na visão de Mouffe (1996), o consenso deve ser algo temporário. A democracia necessita de uma fronteira política onde as divergências possam se expressar, onde os conflitos de interesses possam aparecer abertamente e promover discussões acirradas não implicando em rejeitar as concepções com racionalidade, individualidade ou universalidade e sim, mostrar que elas são plurais, construídas racionalmente e envolvidas com relações de poder e exclusão. Por isso, seria um equívoco acreditar que, numa sociedade tão plural, que todas as demandas seriam resolvidas, que não existiria mais problemas. Se fosse assim, a democracia perderia sua função.

Segundo ela,

É por essa razão que o ideal de uma democracia pluralista não pode se alcançar um consenso racional na esfera pública. Esse consenso não pode existir. Devemos aceitar que cada consenso exista como resultado temporário de uma hegemonia provisória, como estabilização do poder e que ele sempre acarreta numa forma de exclusão. (MOUFFE, 2006, p. 175).

Mouffe (2006) compreende que, para se ter a manutenção dos processos democráticos, se deve ter na política a noção e a transparência de que sempre vai haver uma forma de exclusão na esfera pública, que quando se contempla uma demanda, outras ficaram de fora, é impossível chegar a uma totalidade, por isso, defende, na teoria do discurso, a impossibilidade do social. Por outro lado, ela demonstra visivelmente sua preocupação com a limitação que o campo político vem sofrendo na perspectiva democrata liberal. Para ela, o político está sendo institucionalizado ou até mesmo visto como constituinte de um espaço privado e regulador da sociedade articulados por um discurso hegemônico que vem dominando o campo político nos últimos anos.

Partindo dessa consideração Laclau e Mouffe (1985, p. 88) fazem um alerta importante,

As práticas hegemônicas são suturadoras, na medida em que seu campo de operação é determinado pela abertura do social, pelo caráter sumariamente sem fixidez de todo significante. Essa falta originária é precisamente o que as práticas hegemônicas tentam preencher.

As práticas articulatórias hegemônicas indicadas aqui pelos autores estão relacionadas ao discurso político onde os atores sociais são interpelados como “iguais” e não posicionados de maneira diferencial, onde os posicionamentos diferenciados estão sendo direcionados para as formas de lutas e não para os indivíduos. O que se tem percebido nos discursos democráticos atualmente é que as lutas são diferentes, mas que todos têm direitos à “igualdade” e à “liberdade”.

Os autores apontam para a estratégia discursiva que vem se articulando no corpo da sociedade, de modo que se aproveita da fragilidade do social para se preencher. As práticas hegemônicas trazidas nesta exposição identificam uma elaboração (discursos de igualdade, direitos, cidadania) tão original quanto perspicaz, que influenciam diretamente o pensamento do político na democracia liberal, que por sua vez se aproveita das fragilidades do social para se fixar.

Pensando no discurso da igualdade de direitos e na pluralidade da sociedade com demandas tão específicas e reivindicações de conteúdos particulares, os grupos coletivos vão garantir a efetivação desses direitos. Mouffe (1996, p. 11) se refere à pluralidade do social e com isso aponta para um grande desafio, “Em vez da apregoada – nova ordem mundial -, da vitória dos valores universais e da generalização de identidades – pós-convencionais -, assistimos a uma explosão de particularismos e a um crescente desafio ao universalismo ocidental”.

O desafio que ela trata aqui está relacionado ao universalismo que antes era enfrentado por uma categoria de identidade global: “a luta de classes”, mas, atualmente, se torna insuficiente para descrever as identidades contemporâneas. Pois, como uma pluralidade de identidades que defendem interesses particulares vão articular elementos suficientes e se hegemônizar para enfrentar os discursos universais/hegemônicos? Frente essa situação, os discursos hegemônicos dominam o campo da discursividade interferindo nas formas de identificação de grupos/coletivos sociais.

Mouffe (1996) aponta que essa interferência é consequência da inovação da política democrática liberal que trouxe consigo concepções como: universalismo, individualismo,

racionalismo, que põem em risco tanto as conquistas obtidas pelas revoluções democráticas como os processos de identificações.

Sobre esse aspecto ela argumenta que,

A democracia encontra-se em perigo não apenas quando o consenso e a fidelidade aos valores que ela encarna são insuficientes, mas também quando sua dinâmica combativa é travada por um aparente excesso de consenso, que normalmente mascara e uma apatia inquietante. É igualmente posta em perigo pela crescente marginalização de grupos internos, cujo estatuto de <subclasse> praticamente os coloca fora da política. Quando, como acontece hoje em dia, a democracia liberal se identifica cada vez mais com o <capitalismo democrático liberal realmente existente> e a sua dimensão política se limita ao domínio da legalidade. (MOUFFE, 1996, p. 17).

Essa forte crítica, acompanhada de uma inquietação consistente por parte de Mouffe (1996), traduz o risco em que a democracia se encontra, pois se a política se encontra num campo precário, ela pode ser ocupada por práticas articulatórias de extrema-direita e suturar novas identidades antidemocráticas. Ainda, ela cita que, na ausência de lutas político democráticas, nas quais os grupos coletivos possam se identificar, podem surgir situações extremas como as guerras de natureza étnica, nacionalista e religiosa.

No que se refere à identificação da política democrática liberal com o capitalismo, Laclau e Mouffe (1985) também se manifestam juntos ressaltando que às práticas articuladoras hegemônicas estão associadas às relações capitalistas e permeiam todos os espaços da vida individual como coletivo, ou seja,

Hoje em dia, não é apenas como vendedor da força de trabalho que o indivíduo está subordinado ao capital, mas também através de sua incorporação numa multiplicidade de outras relações sociais: cultura, educação, lazer, educação, sexo, e até mesmo a morte. Não há praticamente nenhum campo da vida individual ou coletiva que escape às relações capitalistas. (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 161).

O comentário dos autores aqui se remete ao desenvolvimento do capitalismo, não relacionado às contradições trabalho/capital, mas à existência de uma expansão das relações capitalistas, na qual a sociedade atua sob uma lógica mercadológica, onde todos estão expostos às relações capitalistas, inclusive os grupos coletivos. Apesar de Laclau e Mouffe (1985) considerarem o capitalismo como um agente ideológico poderoso, eles percebem que não tem como se escapar até o momento dessa situação, contudo é importante ter a clareza de como essa lógica está sendo incorporada discursivamente na constituição da identidade coletiva, pois eles afirmam que não há nenhuma identidade que não esteja sujeita à ação das práticas articulatórias hegemônicas.

Laclau (1986), ao escrever sobre o processo transitório para esta nova forma de política, explica que se deve levar em consideração a transformação do papel do imaginário político que não é mais constituído como um modelo total de sociedade, mas que se restringe a certas exigências e relações sociais específicas, assim sendo,

o potencial radicalmente democrático dos novos movimentos sociais reside precisamente nisso – em suas exigências implícitas de uma visão indeterminada e radicalmente aberta da sociedade, na medida em que cada arranjo social “global” representa o resultado contingente de operações de barganha entre uma pluralidade de espaço. (LACLAU, 1986, p. 7).

Diante de tal perspectiva, Laclau (1986) aponta que frente à abertura do social, o sujeito é constituído em várias posições de sujeito, como já foi visto ao longo do texto, contudo ele fornece uma chave teórica para compreendermos a peculiaridade dos novos movimentos sociais, que é examinar as especificidades desses atores pelas conexões articulatórias existentes entre elas, ou seja, por suas vinculações discursivas no que se refere às formas de luta, posições de sujeito e disputa pelo espaço no campo político.

Mouffe (1996) vem em defesa do campo político como um espaço privilegiado para a constituição das identidades coletivas no qual as demandas dos diferentes grupos poderão ser publicizadas. Com isso, se estabelece relações agônicas que visualizam os adversários da disputa. O político é entendido nesse contexto como espaço das lutas políticas no qual o discurso, por sua vez, está inserido num jogo complexo e intenso de disputas por formas de significação e exclusão.

Por fim, a concepção defendida pela autora é de uma democracia radical e plural, cuja construção da identidade coletiva não consiste em tolerar as diferenças e sim, admitir que ela exista, porque, sem o agonismo (*nós x eles*), a identidade não pode se afirmar. A noção da existência de um “eles” ressalta que a diferença constitui um “nós”, à medida que esta se efetiva através das dinâmicas das relações sociais. Uma vez que se admita que a identidade seja relacional, baseada na diferença e nas relações de poder, se tem a condição de se vivenciar a democracia, poisirão aparecer os processos de exclusão que governam sua constituição.

4.2 A Construção da Identidade: Cultura e Diferença

Hall (2000) traz em sua produção *Identidade e Diferença* a observação de que, nos últimos anos, a questão da identidade vem sendo um conceito bastante discutido e, ao mesmo

tempo, submetido a várias críticas, principalmente em relação às perspectivas identitárias que trazem a ideia de uma identidade integral, originária e unificada. Para o autor, a identidade é um dos conceitos que não pode ser pensado mais de forma arcaica, mas sim de forma posicional, formada e transformada continuamente, que se altera de acordo com os sistemas culturais que a rodeiam.

Nesse sentido, a questão da identidade passa a ser vista de forma contrária à semântica oficial essencialista, única e acabada, tornando-se cada vez mais fragmentada, múltipla e construída ao longo da história através dos discursos disseminados pela cultura. O fator histórico é considerado pelo autor como um dos recursos para construção das identidades, assim como a linguagem e os aspectos culturais.

Outro aspecto relacionado ao conceito de identidade percebido por Hall (2000) é a questão da globalização e a questão econômica. Para ele, as mudanças a nível global são um marco na estrutura da sociedade e, conseqüentemente, acarretarão uma mudança na identidade dos indivíduos, “A globalização envolve uma interação entre fatores econômicos e culturais, causando mudanças nos padrões de produção e consumo, os quais, por sua vez, produzem identidades novas e globalizadas”. (HALL, 2000, p. 20).

Para o autor, as transformações globais têm influenciado diretamente no processo identitário produzindo novas identidades globalizadas. Isso se deve à repercussão que obteve o desenvolvimento global do capitalismo que, por sua vez, se converteu em cultura e “estilos de vida” ao redor do mundo, produzindo diferentes resultados em termos de identificação.

Nessa nova cultura globalizada, Hall (2000) refere à importância de se compreender os processos de identificação, pois, segundo ele, o mercado global pode levar ao distanciamento das culturas locais e se perder as referências do meio social no qual o indivíduo está inserido, o que pode forçar uma crise identitária no mundo contemporâneo.

Outro aspecto trazido pelo autor são as diferenças entre as diversas identidades que se pode assumir e que residem nas diferentes formas nas quais elas são imaginadas. Com isso, o indivíduo pode se colocar numa diversidade de posições que lhe está disponível,

Embora possamos nos ver, seguindo o senso comum, como a ‘mesma pessoa’ em todos nossos diferentes encontros e interações, não é difícil perceber que somos diferentemente posicionados, em diferentes momentos e em diferentes lugares, de acordo com os diferentes papéis sociais que estamos exercendo. Diferentes contextos sociais fazem com que nos envolvemos em diferentes significados sociais. (HALL, 2000, p. 30).

Considerando esses aspectos, o autor deseja mostrar que a complexidade da vida na atualidade exige que os indivíduos assumam diferentes identidades, podendo levá-los ao

conflito. Um exemplo citado por ele é de um pai trabalhador convidado para ir a uma reunião na escola de seu filho em seu horário de trabalho, mas que o patrão lhe exige total comprometimento: essas identidades entram em conflito.

Para Hall (2000), para ser examinada a identidade, é preciso observar como ela se insere no circuito da cultura, e como a identidade e a diferença se relacionam com os aspectos de representação. A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos nos quais os significados são produzidos posicionando os sujeitos, ou seja, um processo cultural que norteia identidades individuais e coletivas e o sistema simbólico que fornece as respostas, por exemplo: Quem eu sou? O que quero ser?

Para o autor, é necessária a compreensão do que ele chama de “circuito da cultura”, ou seja, que forma se dá os deslocamentos dos sistemas de representações para que as identidades sejam construídas por determinados sistemas. Nesse sentido para Hall (2000, p. 17),

A representação compreendida como um processo cultural estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas as questões: Quem eu sou? O que poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos

Assim o autor mostra que a produção de significados e a produção de como são posicionadas identidades estão estreitamente vinculadas “nos e pelos” discursos e sistemas de representações. A ênfase na representação e na cultura remete à produção de significados que permeiam as relações sociais. Com isso, a identificação é o processo pelo qual as pessoas se identificam umas com as outras, seja pelas semelhanças ou pelas diferenças, tendo sua origem na psicanálise.

Nesse sentido, as perspectivas modernas e pós-modernas têm avançado nos estudos sobre os processos identificatórios que trazem grandes contribuições através da psicanálise e das teorias do discurso, ampliando os processos relacionados à construção da identidade, deslocando e pensando o sujeito numa nova posição: pensar o sujeito não como uma identidade fixa, inata, mas sim um sujeito em processo de construção constante.

Assim, os discursos e os sistemas de representação constroem posições onde o indivíduo é falado e pode falar. Partindo dessa perspectiva, a identidade é considerada relacional, pois depende de outra identidade para existir. Essa outra identidade traz um parâmetro de referência que reflete em algo de “fora” dela, é aquilo que a diferencia do que ela não é, assim é marcada pela diferença: “Eu” – “Outro”.

As diferenças (eu x outro) são produzidas por meios de sistemas simbólicos, tendo sua base na cultura que define através do discurso os significados dentro de um sistema de

classificação. Por isso, as identidades somente adquirem significado por meio da linguagem através de sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas e compartilhadas dentro de uma cultura.

Nesse sentido, o autor também mostra que a produção de significados e a produção de como são posicionadas as identidades estão estreitamente vinculadas “nos e pelos” discursos e sistemas de representações. A ênfase na representação e na cultura remete à produção de significantes trazidos pelos discursos que permeiam as relações sociais, com isso a identificação é o processo pelo qual as pessoas se identificam uma com as outras, seja pelas semelhanças ou diferenças.

O autor explica que os discursos marcam a diferença e a exclusão interferindo diretamente no que as pessoas se “*tornam*”. Neste sentido, as pessoas são convocadas inconscientemente a ocupar uma posição de sujeito através dos recursos trazidos pela história, linguagem e cultura, ou seja, o “exterior” é que passa a constituir as identidades.

Nessa lógica de que a afirmação da identidade pode definir “quem eu sou” – incluir - ou “quem eu não sou” – excluir-, Hall traz a contribuição de Laclau (2000, p. 110) que traduz a identidade social como “*um ato de poder*”, na medida em que o diferente é deixado de fora, transformado em exterior, “*O exterior constitutivo*”.

Nessa mesma linha de pensamento Follmann (2001), ao construir a identidade como um conceito sociológico, menciona que,

Um aspecto fundamental na discussão sobre o conceito de identidade é o sentimento de diferença. Esse tema, além de evocar a importância do sentimento de singularidade ligado à ideia de identidade, evoca também a ideia de identidade negativa, significando a representação mais ou menos clara de uma identidade do outro, mediante um conjunto de traços e qualidades que, então, se rejeita e evita. (FOLLMANN, 2001, p. 46).

Para o autor é essa “*identidade negativa*” que força e acelera o processo de construção da identidade, porque ela é percebida como uma “contra-identidade”, ou ainda, como uma força a ser negada.

Hall (2000), em seus trabalhos recentes, faz uma apropriação do termo processo de identificação como um ponto de sutura entre o discurso e a prática (realidade social) e subjetividade (realidade psíquica), onde o sujeito constitui sua identidade através do resultado de uma articulação bem sucedida das práticas discursivas, que lhe colocam numa posição-de-sujeito.

Para uma melhor compreensão de como se processam as identificações, o autor recorre ao repertório discursivo e psicanalítico mostrando o vínculo entre social e o psíquico, que segundo ele se dá pelo,

ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que nos tentam ‘interpelar’, nos falar, nos convocar para que assumimos nossos lugares como sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem as subjetividades, que nos constróem como sujeitos aos quais se podem falar. (HALL, 2000, p. 111-112).

Nessa *posição-de-sujeito*, o sujeito é “convocado” a investir, pois é interpelado pelo discurso e a suturação tem que ser pensada como uma articulação eficaz. A identidade passa a ser formada por outras identidades, na fusão individual, *eu-outro*, e coletiva, *nós-eles*, que Hall chama de processo de suturação. Nele, o sujeito vai se constituindo através da identificação com o outro, num processo que está sempre em andamento, nunca acabado.

Já Follmann (2001) faz menção à identidade como um ponto de costura da realidade social (prática), direcionando a ideia de um projeto de vida,

Em suma, o conceito de identidade, como trabalhamos, nasceu dessa ideia de ‘esquina’, ou melhor, dessa encruzilhada e complexo ‘cruzamento’ de vias, ou de lugar de encontros de diferentes projetos. Em uma palavra: nasceu da ideia da interação, ou seja, a identidade é uma constante ‘costura’ que se faz no seio da interação. (FOLLMANN, 2001, p. 53).

Para o autor, o principal aspecto para compreender a construção da identidade está ligado a esse “lugar de encontro”, de “costura”, se dá no seio das interações sociais já que os seres humanos são um “ser de projeto”. O que causa esta “costura” são os encontros de diferentes projetos que nunca estão acabados, mas que tem uma trajetória que faz relação a uma dimensão projetiva entre o passado e o futuro.

Trata-se de compreender que os indivíduos são capazes de conceber e produzir projetos, sejam eles individuais ou coletivos, tornando-se sujeitos históricos na medida em que se mobilizam para sua realização. Porém esses projetos nunca estão fechados e sim, abertos, sujeitando-se a novas costuras sempre que necessário.

No que se refere às concepções de Hall (2000), a contingência é outro aspecto que está ligada às especificidades em relação aos locais, às instituições e às estratégias trazidas pelas práticas discursivas, que remetem à construção da identidade como algo contingente, inacabado,

as identidades são construídas dentro do discurso, para isso precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais produto da marcação da diferença e da exclusão do que signo de uma identidade idêntica. (HALL, 2000, p. 109).

Para ele, a contingência/eventualidade se deve tanto à questão prática quanto subjetiva, envolvendo as modalidades de poder que são produtos marcados pelas diferenças nos processos identificatórios. Existe uma ação de poder da marcação da diferença em relação ao “outro”, muitas vezes implicados num reconhecimento perturbador: aquilo que “eu” não sou. Neste sentido, esses pontos de identificação e apego podem trazer a capacidade de excluir aquilo que lhe está ameaçando.

Outro aspecto que o autor comenta baseado em Lacan é que “*toda identidade tem necessidade daquilo que lhe falta*”. Essa ausência trazida pelo autor está diretamente ligada ao aspecto da incompletude humana, a eterna busca de algo que precisa para completar, satisfazer o desejo, que vem desde a concepção de vida, por isso a identidade nunca está completamente formada. (HALL, 2000, p. 117).

Hall (2000) também faz referência à interpelação do sujeito, descrita por Althusser, como chamamento do sujeito pelo discurso, onde o sujeito é “interpelado a ocupar uma posição – de - sujeito”, apontando para uma ideia de que a ideologia²⁸ perpassa as estruturas econômicas e se reproduz nas relações sociais numa função simbólica na constituição dos sujeitos, demonstrando que a ideologia tornou-se eficaz na medida em que abrange tanto os níveis do psíquico, como no campo social.

O autor ainda assinala que esta ideia trazida por Althusser causa muitas discussões conceituais em relação à “identidade”, com argumentos de que falta uma forte articulação teórica entre ideologia e inconsciente. Contudo, Hall (2000) aponta que Heath faz a tentativa de desenvolver uma teoria do discurso baseado na concepção althusseriana, utilizando uma interpretação feita por Pêcheux (2000, p. 115),

Os indivíduos são construídos como sujeitos pela formação discursiva, processo de sujeição no qual [aproveitando a ideia do caráter especular da constituição da subjetividade que Althusser tomou emprestada de Lacan] o indivíduo é identificado como um sujeito para formação discursiva por meio de uma estrutura de falso reconhecimento (o sujeito é, assim, apresentado como fonte dos significados dos quais, na verdade, ele é um efeito). A interpelação nomeia mecanismos dessa

²⁸ Nota: O conceito de ideologia para Althusser: A ideologia representa a relação imaginária do indivíduo com sua real condição de existência. Ela interpela os indivíduos como sujeitos. Ver: BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. p. 24.

estrutura de falso reconhecimento; nomeia na verdade, o lugar do sujeito no discursivo e no ideológico – o ponto de sua correspondência.

E com isso traz uma nova interpretação, traduzindo que o sujeito não traz consigo uma significação própria e sim que ele é um efeito dos significados que lhe posicionam através dos discursos, sendo o sujeito chamado a ocupar um lugar. Portanto, essa identificação é que indica o lugar que o sujeito deve tomar em relação ao outro, com isso o mecanismo do falso reconhecimento está relacionado à questão que o sujeito não é reflexo de si mesmo, mas a representação do outro.

Conforme a contribuição de Folmann (2001, p. 59), “a identidade pode ser concebida como um processo resultante de uma construção social... tendo como resultado sempre uma costura, de uma parte, entre o que é ‘herdado’ e o que é ‘almejado’ e de outra parte o que é “atribuído” o que é ‘assumido””.

Para o autor, é nesse impasse que se formam as identidades nas construções sociológicas, sempre em processo, com traços resultantes da interação entre os sujeitos, de modo que se diferenciando ou assemelhando-se entre eles constroem diferentes projetos, tanto a nível individual quanto coletivo.

Hall (2000), por sua vez, a partir dos estudos culturais, traça contornos políticos importantes, apresenta a identificação como um processo de suturação, nunca completo, sempre em falta, que opera por meio da diferença, envolvendo a questão da linguagem que traz a marcação da fronteira simbólica, que requer aquilo que é deixada de fora – “O exterior que a constitui”.

5 METODOLOGIA

Nesse capítulo, se apresentará os procedimentos metodológicos e técnicos com a intenção de trazer o máximo de recursos possíveis e necessários para realização desta pesquisa. Considerando assim, para sua elaboração, a modalidade de pesquisa qualitativa, com técnicas de coleta de dados: análise de documentos, entrevista semiestruturada, diário de campo e observação participante e para a tratamento dos dados a análise do discurso.

Nas Ciências Sociais, as técnicas de pesquisa estabelecem uma relação estreita entre a teoria e a pesquisa de campo, aproximando, no seu máximo, a realidade social do objeto de estudo do seu pesquisador. O objeto de estudo se define a partir do reconhecimento de que uma determinada realidade social só existe de fato na medida em que se toma parte dela e ela faz sentido a quem a estuda. Desse modo, o objeto é construído da experiência ou aproximação que o pesquisador tem com ele – objeto - considerando a realidade social como um pequeno recorte que permite experimentar e analisar uma parte de uma totalidade.

Para Victora (2000, p. 33),

o mundo real não se apresenta como uma totalidade, mas como um recorte que fizemos de uma totalidade. Esse recorte é concebido a partir do ponto de vista de onde nos encontramos e dos pressupostos que trazemos conosco, o que nos possibilita experimentar e avaliar a totalidade de nosso cotidiano.

A partir dessa compreensão da realidade social, o objeto da pesquisa se torna uma cena e o seio onde ocorrem as dinâmicas da vida individual ou coletiva, com toda sua riqueza de significados que dela transborda. A opção pela abordagem qualitativa se justifica pela possibilidade dela permitir o reconhecimento da multiplicidade de aspectos envolvidos nos fenômenos sociais e, na medida em que toma parte desses elementos, eles passam a fazer sentido, transbordar significados.

Neste aspecto Chizzotti (1998, p. 79) mostra que,

‘A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito’. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa, o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.

Desse modo, a pesquisa qualitativa permite ao pesquisador fazer parte integrante do estudo, onde o fenômeno social é observado através dos significados trazidos nos discursos

(escrito ou fala) e práticas sociais, possibilitando a investigação e interpretação do contexto estudado e levando em conta tanto os aspectos objetivos quanto os subjetivos que envolvem o objeto pesquisado.

Contudo, para investigar e interpretar uma realidade social, Victora (2000) menciona que devemos saber qual tipo de instrumental metodológico utilizar para conhecer o campo de pesquisa ao qual vai se observar e estudar,

o instrumental não é apenas material, mas também um conhecimento sobre como operar o material o que perceber o que fazer com os resultados entre outras coisas. Um leigo que nunca observou uma lâmina num microscópio não consegue identificar nela qualquer elemento. Para que seja possível perceber elementos contidos na lâmina e aplicar a eles qualquer sentido, é necessário, além de saber operar um microscópio, treinar o olhar para o que se deve ou não deve enxergar e principalmente, dominar uma série de conceitos que de sentidos a observação. (VICTORA, 2000, p. 33).

Com isso, pode-se afirmar que cada metodologia produz uma série de pressupostos sobre a realidade social e cabe ao pesquisador, além de se instrumentalizar de vários conceitos e instrumentos, treinar o olhar e técnicas para observar o objeto estudado, ou seja, saber o que observar e dominar os conceitos que dão sentido a sua observação.

Com base nestes apontamentos, se optou pela pesquisa qualitativa que se dedica ao tratamento da, “face empírica e fatural da realidade; produz e analisa dados, procedendo sempre pela via do controle empírico e fatural”. (DEMO, 2000, p. 21).

A valorização desse tipo de modalidade de pesquisa se dá pela,

possibilidade que oferece de maior concretude às argumentações, por mais tênue que possa ser a base fatural. O significado dos dados empíricos depende do referencial teórico, mas estes dados agregam impacto pertinente, sobretudo no sentido de facilitarem a aproximação prática (DEMO, 1994, p. 37).

Segundo Demo (1994), os dados empíricos propiciam uma aproximação da prática com a teoria, visto que os significados desses dados são valorizados oferecendo uma articulação sólida para as argumentações trazidas no referencial teórico.

Nesse sentido, buscou-se desenvolver a pesquisa com recorte de uma realidade social, procurando um instrumental teórico e metodológico que possibilitasse fazer uma aproximação rigorosa dos elementos obtidos na pesquisa. Com isso, o trabalho científico se dividiu em três etapas metodológicas: (1) fase exploratória, (2) trabalho de campo e (3) análise /tratamento do material empírico e documental, indicadas por Minayo (2000).

A fase exploratória consistiu em produzir o projeto de pesquisa, desenvolvê-lo teórica e metodologicamente com todos os procedimentos necessários para dar entrada no trabalho de

pesquisa em campo. O trabalho de campo envolveu levar à prática empírica (realidade social/objeto) a construção teórica e metodológica realizada na fase exploratória, ou seja, foi o momento de entrar no campo de pesquisa e colocar em prática todos os instrumentos metodológicos subsidiados pela fundamentação teórica. A última etapa, a análise e tratamento do material empírico das entrevistas e do diário de campo, se fundamentaram através da teoria do discurso que trouxe a compreensão e interpretação dos dados coletados que foram articulados com a teoria.

A primeira etapa (exploratória) se cumpriu na elaboração do projeto de pesquisa, indicando os objetivos, a metodologia e o aporte teórico que foi utilizado no estudo. Para segunda etapa, que envolveu a inserção no trabalho de campo, ocorreu a aplicação dos instrumentos para evidenciar o material empírico e documental, através da realização das entrevistas semiestruturadas²⁹, a análise de documental, o diário de campo³⁰ e a observação participante. No que se refere aos roteiros de entrevista semiestruturada, observação e diário de campo, as técnicas foram retiradas de Lara Júnior (2005)³¹ que se baseou em Reboredo (1983).

No que se refere à terceira etapa, em que consistiu na análise dos dados, foi proposto como técnica metodológica a análise do discurso. A teoria do discurso possibilita a análise em profundidade dos discursos coletados através das entrevistas semiestruturadas e diário de campo, que serão posteriormente articuladas com a proposta teórica utilizada para embasamento dessa pesquisa.

Com a finalidade de especificar as técnicas que foram entendidas como necessárias para realização da pesquisa irá se apresentar a seguir sua justificativa teórica. Justifica-se a opção da técnica de entrevista semiestruturada por privilegiar a comunicação no sentido restrito de colher informações sobre determinado objeto de pesquisa, permitindo uma “interação social” entre pesquisador e entrevistado através do que eles escrevem. Desse modo, os textos e falas estão relacionados aos pensamentos, sentidos, memórias ou planos que se expressam pela escrita e que vão servir de base de dados empíricos para análise da pesquisa.

²⁹ Ver roteiro de entrevista em anexo.

³⁰ Ver roteiro diário de campo e observação em anexo.

³¹ Ver LARA JÚNIOR, Nadir. **A mística no cotidiano do MST**: A interface entre religiosidade popular e política. p. 94-95, 102-103. Dissertação (Mestrado) -- Programa de Estudos Pós Graduated em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. REBOREDO, Lucília Augusta. **A transformação de um bairro operário numa comunidade**: um estudo da psicologia social do cotidiano. 1983. p. 154. Dissertação (Mestrado) -- Programa de Estudos Pós Graduated em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1983.

Segundo Minayo (2007, p. 64) a entrevista, “tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas e este objetivo”.

Ainda a autora refere que as entrevistas podem ter uma finalidade que se caracteriza pela forma que é organizada. Assim a entrevista semiestruturada, pode ser organizada por uma combinação de perguntas fechadas e abertas, possibilitando ao entrevistado discorrer sobre o tema sem se prender aos detalhes formulados nas perguntas.

Já a técnica da análise de documentos proporciona uma fonte de informações auxiliares complementando ou evidenciando fatos novos na pesquisa. Segundo Victora (2000, p. 72), “Uma das vantagens da pesquisa documental é a forma elaborada do conteúdo e o fato de uma vez na nossa posse, as seleções dos aspectos de interesse junto à fonte documental é mais rápida”.

Ainda a análise de documentos pode facilitar o cruzamento de dados com outras técnicas como as entrevistas, permitindo ao pesquisador recorrer em várias perspectivas sobre a mesma situação ou até mesmo fazer comparações entre as informações coletadas, possibilitando uma validação consistente à forma como os dados foram recolhidos.

Com relação à escolha da técnica do diário de campo, essa foi em consideração à importância do registro diário das saídas de campo, como forma de sistematizar os detalhes das situações ocorridas no dia da visita durante a intervenção no campo de pesquisa. Para Victora (2000, p. 73) o diário de campo é,

o instrumento mais básico de registro de dados do pesquisador. Inspirado nos trabalhos dos primeiros antropólogos que, ao estudar sociedades longínquas, carregavam consigo um caderno no qual eles escreviam todas as observações, experiências, sentimentos, etc., para posteriormente selecionar os dados mais relevantes para suas etnografias, o diário de campo é um instrumento essencial para o entrevistador.

O diário de campo é um documento pessoal do pesquisador irá incorporar na sua rotina de saída a campo. Também consiste na forma de registro de observações, comentários ou até mesmo reflexões que vão auxiliar na hora da produção do trabalho escrito complementando as informações coletadas com outras técnicas formais, como as entrevistas e análise de documentos.

No que se refere à técnica da observação participante, sua utilização se justifica pelo fato que ela permite ao pesquisador aproximar mais sua relação com os entrevistados de forma interativa, onde mantém a presença do observador num determinado campo social com a finalidade de realizar uma pesquisa científica. Para Minayo (2000) esta técnica é

considerada fundamental para o trabalho de campo na pesquisa qualitativa, “sua importância é de tal ordem que alguns estudiosos a tomam não apenas como uma estratégia no conjunto da investigação, mas como um método em si mesmo, para compreensão da realidade”. (MINAYO, 2000, p. 135).

Essa técnica consiste em que a presença do observador seja considerada como parte do contexto observado para que ele tenha uma melhor compreensão da realidade social, trazendo consigo uma dualidade. Ao mesmo tempo o observador deve estar próximo e distante do objeto de observado.

Para cumprir com a terceira etapa das modalidades da pesquisa que envolve a análise e tratamento dos dados, foi indicado como técnica de análise de discurso por entender que este tipo de instrumento permite ao pesquisador realizar uma reflexão profunda sobre as condições de produção e apreensão dos significados produzidos em textos de diferentes contextos.

Assim, a intencionalidade não é dar conta de uma variedade de posições a respeito da Análise de Discurso, mas sim, se apresentar somente uma breve introdução de como essa perspectiva, sob o ponto de vista pós-estruturalista, iniciou e legitimou no campo epistemológico. Contudo, cabe salientar que nesse estudo se utilizará para análise dos dados o referencial da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1985), proposta no livro: *Hegemony e Socialist Strategy*, referencial apresentado em capítulo anterior.

A Análise de Discurso, a partir da década de 60, traz um conceito novo, que a partir de diferentes tradições teóricas e metodológicas desenvolvem técnicas de análise de textos. Segundo Gill (2002, p. 244), essas teorias são as mais variadas, “estritamente falando, não existe uma única “análise de discurso”, mas muitos estilos diferentes de análise e todos reivindicam o nome”.

Para autora, existe “ao menos 57 variedades de análise de discurso” e essa polissemia em torno do discurso levará esta proposta a se limitar a uma amostra específica do conceito, ao invés de que se concentrar nas diversas perspectivas existentes sobre a Análise de Discurso. (GILL, 2002, p. 246).

Uma das perspectivas apresentadas por Gill (2002) está associada ao pensamento pós-estruturalista, em específico a Foucault, que rompe com a noção de sujeito unificado e coerente e volta-se para como se produz o discurso historicamente. Essa linha de pensamento influencia alguns pensadores do discurso, entre eles, Michel Pêcheux, que traz uma crítica marxista da concepção foucaultiana e se apropria do que o trabalho de Foucault contém de materialista.

Conforme Brandão (2004, p. 46), “Para Pêcheux a região do materialismo histórico que interessa a teoria do discurso é a da superestrutura ideológica ligada ao modo de produção dominante na formação social considerada”.

Nessa ligação foucaultiana e marxista, a ideia de uma instância ideológica vai aproximar ainda o pensador dos trabalhos de Althusser sobre as ideologias, no qual ele vai desenvolver seus estudos trazendo para a Análise de Discurso a formação discursiva e a formação ideológica.

Assim, o filósofo francês Michel Pêcheux criou a Análise de Discurso num campo de intersecção entre a Linguística e as Ciências Sociais. Fundador de uma escola específica neste estudo, na França, nos anos 60, a Escola Francesa de Análise do Discurso, tinha a intenção de substituir a técnica tradicional de Análise de Conteúdo pela Análise de Discurso.

A análise do discurso, tal como concebe Michel Pêcheux, nasceu sob o signo do estruturalismo triunfante, buscando articular linguística, marxismo e psicanálise. Mais exatamente, tratava-se de conceber, sob a égide do “discurso”, um objeto que congregasse a aliança teórica entre Saussure, Marx, relido por Althusser, e Freud, relido por Lacan. Tal projeto foi explicitamente nomeado por Pêcheux como “a tríplice aliança”.

Sua crítica em relação à Análise de Conteúdo estava voltada em ser um método analítico em que o texto e a fala eram vistos como uma compreensão de pensamentos, sentidos, memórias que explicavam determinada situação social e que isto não bastaria para explicar um discurso, para o filósofo todo discurso é circunstancial e materializa na fala o sentido no qual ele é produzido.

Como vimos anteriormente, influenciado por duas vertentes teóricas, de Althusser sobre o conceito de ideologia e Foucault sobre o discurso, Pêcheux traça uma estreita relação de produção, partindo da perspectiva que o discurso tem uma importância central na construção da vida social, procurando compreender a relação entre a linguagem e as condições de produção social do seu sentido num determinado contexto sócio histórico.

Brandão (2004, p. 18) cita que,

É sob influência dos trabalhos desses dois teóricos que Pêcheux, um dos estudiosos mais profícuos da AD, elabora seus conceitos. De Althusser, a influência mais direta se faz a partir de seu trabalho sobre os aparelhos ideológicos do estado na conceituação do termo ‘formação ideológica’. E será da *Arqueologia do saber* de Foucault que Pêcheux extrairá a expressão ‘formação discursiva, da qual a AD se apropriará, submetendo-a a um trabalho específico’.

Essa influência acarretou na elaboração de pressupostos básicos para AD, que envolvia dois princípios articulados: primeiro, que o sentido de uma palavra expressa uma

posição ideológica num processo sócio histórico; segundo, a formação discursiva disfarça sua vinculação das formações ideológicas.

Partindo desses dois princípios, a linguagem adquiriu um novo olhar conforme atribui Brandão (2004, p. 11),

A linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte para o pensamento; a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia.

Nessa visão inovadora, a Análise de Discurso compreende que o fenômeno da linguagem não está somente centrado na língua, ideologicamente neutra, mas sim algo que articula a questão ideológica e linguística, portanto o discurso. O discurso passa a ser visto como um meio de interação e produção social, assim, torna-se um lugar privilegiado de manifestações ideológicas.

O enfoque assumido por essa nova tendência linguística percebe o discurso como um elemento mediador entre as pessoas e seu contexto social, por isso ele não pode ser desvinculado do seu meio de produção, a vida social. A partir dessa visão o processo de produção ocupa espaços determinados na estrutura social, entre o emissor e o receptor do discurso.

Como evidencia Bardin (2008), na abordagem de Pêcheux, não basta conhecer somente o sistema linguístico, tem que se perceber onde,

O discurso está situado e determinado não só pelo referente como pela posição do emissor nas relações de força e também pela sua relação com o receptor. O emissor e o receptor do discurso correspondem a lugares determinados na estrutura de uma formação social. (BARDIN, 2008, p. 214).

Como comenta a autora, esse lugar determinado na estrutura social situa o discurso num contexto de debate e conflito, onde se disputam relações de força relativas à posição do emissor e receptor, à relação de sentido entre eles e as condições do processo de produção. A partir dessas hipóteses, esta abordagem perpassa o nível estritamente linguístico e passa também a considerar o espaço de produção social.

Nessa mesma direção,

Enquanto procedimento, ela pretende inferir, a partir dos efeitos de superfície (a linguagem e sua organização), uma estrutura profunda: OS PROCESSOS DE PRODUÇÃO. Inscreve-se numa sociologia do discurso, tendo como hipótese básica

o fato de que o discurso é determinado por condições de produção e por um sistema linguístico. (MINAYO, 2000, p. 213).

Minayo (2000) descreve essa conexão entre a linguagem e o contexto de sua produção como algo necessário e fundamental para a compreensão dos textos.

Pertinente a este aspecto, Gill (2002, p. 250) faz uma boa exemplificação, “Isto fica claro em alguns casos – políticos, por exemplo, estão claramente tentando levar as pessoas a aderir a suas visões de mundo, e publicitários estão querendo vender seus produtos, estilos de vida, sonhos – mas é também verdade para outros discursos”.

Essas duas situações exemplificadas pela autora demonstram com clareza essa conexão. Partindo de que o discurso estabelece uma visão de mundo diante de versões competitivas, dirige-se a atenção de como ele é organizado com a finalidade de se tornar persuasivo, sem transparecer para alguns, tudo dependerá do contexto de sua produção. Por isso, o objetivo da Análise do Discurso é perceber os lugares da fala e dos textos e procurar compreender o sentido de como eles foram produzidos.

Ao terminar as reflexões sobre como a Análise de Discurso se construiu historicamente enquanto prática-teórica, legitimando-se como um instrumento analítico, parte-se para questões técnicas, ou seja, como fazer (na prática) para analisar um texto/fala? De acordo com Gill (2002), não se tem uma receita específica a seguir e se aprende fazendo. Contudo, para ela, “A decisão de usar a análise do discurso impõe uma mudança epistemológica radical”. (GILL, 2002, p. 251).

Essa mudança epistemológica que a autora se refere está em demonstrar que este tipo de análise de texto vem em movimento contrário aos de outras práticas tradicionais, que o objetivo maior é compreender o texto em si mesmo, se utilizando várias operações linguísticas, realizando perguntas diferentes das convencionais, fazendo uma transcrição bem detalhada do discurso a ser analisado, seguindo por uma leitura que permita espaço para as dúvidas e questionamentos para aquilo que vem como algo dado, até chegar o momento da codificação.

Nessa fase, de acordo com Bardin (2008), na perspectiva trazida por Pêcheux, as condições de produção do discurso e o sistema linguístico são componentes úteis de uma estrutura profunda de análise, pois formam uma matriz de sentido. A partir dessa matriz se fará a tentativa de se descobrir o que tem por trás das variações da superfície. Para ela, “as condições de produção funcionam como um princípio de seleção-valorização sobre os elementos da língua. A partir desses elementos, elas constituem os domínios semânticos e as

dependências entre estes domínios que representam a matriz do discurso analisado”. (BARDIN, 2008, p. 215).

Nesse momento, se identifica as condições de produção discursiva através de um (monólogo) num corpus/amostra (texto) estabelecendo uma relação com domínios semânticos postos em jogo nesse discurso (codificação), bem como, se estabelecem relações entre estes domínios, submetendo-os a uma variedade de operações linguísticas, simultaneamente semânticas - significado da palavra-, sintática -função da palavra- e lógica - as conexões entre as palavras.

Em outras palavras, a partir da codificação se constrói os domínios semânticos que serão reagrupados em pares binários, passando a se analisar as dependências desses domínios e classificando-os a fim de uma interpretação semântica dos enunciados obtidos, no qual se dá a Análise Automática do Discurso, “Para Pêcheux a possibilidade de análise automática vem do fato de que os mecanismos de produção do discurso são caracterizados pela repetição do idêntico, através de formas diferenciadas”. (MINAYO, 2000, p. 216).

Conforme Minayo (2000), este procedimento se embasa na análise estrutural de Lévi – Strauss e na concepção de estruturalismo do materialismo histórico de Althusser, que busca por “trás das variações de superfície, o princípio gerador que organiza o conjunto”. (MINAYO, 2000, p. 217). Essas variações por vezes podem se repetir, como também podem aparecer contraditórias.

Esse tipo de análise para Gill (2002, p. 255),

Diferentemente de outros estilos de análise que suprimem a variabilidade, ou simplesmente encobrem situações que não se adaptam à história que está sendo contada, a análise de discurso exige rigor, a fim de produzir sentido analítico dos textos a partir de sua confusão fragmentada e contraditória.

Esse diferencial apontado por Gill (2002) traz a valorização dos aspectos contraditórios como também produtores de sentido analítico. Isso significa que quando se realiza uma análise de discurso, o que se faz é produzir leituras de textos e contextos, desenvolvendo uma atenção cuidadosa até os mínimos detalhes, trazendo todos os aspectos como relevantes, inclusive a consideração do silêncio, garantindo assim, coerência e validação do discurso em estudo.

Com relação à validação, Gill (2002, p. 266) coloca que pesquisadores afirmam que: “a validade não é uma mercadoria que pode ser comprada com técnicas [...] ao contrário, validade é como a integralidade, o caráter e qualidade, que devem ser avaliados em relação a objetivos e circunstâncias”.

Nesse sentido, a validação de um estudo está diretamente ligada como o pesquisador vai conduzir sua análise entre o texto e o contexto, fundamentando em uma argumentação minuciosa o material que está sendo pesquisado.

Nascida da necessidade de superar o quadro teórico da linguística tradicional, a Análise de Discurso voltou-se para “exterior” da linguagem na tentativa de como compreender como o discurso inscrevia-se as condições sócio históricas de produção. Essa “sacada” fazia aflorar na materialidade linguística do discurso diferentes formações discursivas.

Para Pêcheux, a formação discursiva se dá em meio a uma formação ideológica específica, que interpela o sujeito a assumir uma posição dentro de um determinado contexto, em que lhe autoriza o que pode e deve ser dito. Ainda para ele, a interpelação ideológica impõe um sentido à realidade sob forma universal.

Segundo Brandão (2004), longe de ser uma teoria acabada, a Análise de Discurso de orientação francesa aqui estudada buscava combater qualquer tipo de delimitação dos domínios do saber, se apresentando sempre como uma disciplina em constante construção. Onde o discurso é o lugar da materialidade, da profundidade das ideias, que faz o ser humano se transformar em sujeito, não um sujeito ideal, completo, mas um sujeito histórico, contingente, porta-voz de um amplo discurso social.

Conforme Gill (2002), a Análise de Discurso serve para se enfatizar o fato notório de que a linguagem é simultaneamente “*construída e construtiva*”, demonstrando que o discurso não é imparcial que ele tem uma importância fundamental na interação e no modo de produção da vida social que, dependendo o contexto (as condições de produção), o sujeito fala e é falado, fazendo imagem de si e do “outro”. (GILL, 2002, p. 266).

A partir desses pressupostos, a Análise de Discurso faz um convite ao pesquisador para realizar leituras críticas e reflexivas operando sempre entre o texto (linguística) e o contexto (sócio-histórico), se utilizando dos aspectos ideológicos que envolvem o princípio da contradição que está na base das relações sociais.

Assim, os procedimentos metodológicos e técnicos propostos neste estudo foram selecionados com a intenção de trazer o máximo de recursos possíveis e necessários para realização desta pesquisa. Sobre o universo da pesquisa, o MSLA/RS, tem como integrantes, pessoas que representam Organizações-Não-Governamentais que lutam para o enfrentamento da Aids em todo estado do Rio Grande do Sul. Contudo a pesquisa se realizou em Porto Alegre devido à capital gaúcha sediar as reuniões mensais do movimento. Nesse contexto o

trabalho de campo foi viável pela facilidade do acesso as instituições e aos documentos, devido à proximidade da pesquisadora com o grupo.

Frente esses aspectos, as entrevistas foram aplicadas tanto nos dias das reuniões como em visita a sede das instituições. Do universo pesquisado se escolheram seis representantes do MSLA/RS, que participaram desde o início de sua formação, sendo três representantes da liderança do movimento e os outros três representantes das instituições participantes. Essa escolha foi intencional na medida em que a pesquisa se embasa na concepção teórica de que o sujeito seja individual ou coletivo ocupa diferentes posições- de - sujeitos de onde lhes permitem falar sobre si e outros a partir dos lugares que ocupam.

Também foi feita uma análise minuciosa dos documentos, tais como, estatuto, atas de reuniões, jornais, vídeos, depoimentos, documentos encaminhados a Seção Estadual de DST Aids RS, legislação vinculado ao tema para construção histórica do MSLA/RS.

6 ANÁLISE DE DADOS

Neste capítulo se apresentará a análise de dados coletados para pesquisa em duas etapas: primeiro, a análise do diário de campo e por segundo, a análise das entrevistas. A análise do diário de campo irá trazer os discursos mais presentes nas conversas durante as reuniões e as visitas as instituições para realização das entrevistas, e a descrição das observações obtidas durante o trabalho de campo, no que se refere às relações do MSLA com o Estado. Na análise das entrevistas, de três participantes e três lideranças do movimento, se trará uma reflexão profunda sobre como se estabeleceu a construção da identidade coletiva do MSLA em diferentes contextos históricos, dialogando com os autores que embasam esse estudo.

Para uma melhor compreensão cabe esclarecer que o MSLA/RS é constituído por representantes das instituições que trabalham no âmbito da AIDS em todo estado. Nessa constituição cada instituição faz a indicação de um representante e um suplente, que participa de reuniões e eventos ligados à epidemia em todo o país. Sua atuação política no campo das negociações se dá através da participação nas instâncias de controle social, tais como: conselhos municipais, estaduais e federais de saúde, comissões de saúde e fóruns.

No que se refere a preservação da identidade dos entrevistados, optou-se por identificá-los por uma letra do alfabeto.

6.1 Análise do Diário de Campo

O registro de campo foi realizado no decorrer do ano de 2012, em dois momentos: durante a participação nas reuniões e eventos do MSLA/RS na cidade de Porto Alegre e também durante as visitas nas sedes das instituições para realização das entrevistas com os integrantes do movimento. Nesse um ano de acompanhamento um dos eventos promovido pelo movimento obteve a presença dos gestores: federal e estadual.

O primeiro contato com o MSLA/RS foi numa das reuniões, que acontecem em dois dias, num hotel no centro de Porto Alegre. Ao chegar à reunião houve um acolhimento muito grande por parte dos integrantes, pois fazia uns cinco anos que não participava mais dos encontros, conversei com as lideranças do Fórum e expliquei o motivo do meu retorno. No momento inicial da reunião um dos líderes me deu a oportunidade de falar sobre o objetivo da minha presença ali. Então apresentei a intenção de realizar uma pesquisa de mestrado, cujo tema era compreender como se deu o processo de construção da identidade coletiva do

MSLA/RS, desde seu início até o momento atual, e a partir disso escrever a história do movimento. A ideia da pesquisa foi bem aceita, e o grupo se colocou à disposição para participar.

Nesse dia as conversas com os participantes foram de cunho informal, somente com o intuito de me contextualizar mais com aquela realidade novamente. Contudo observei que as reuniões continuavam seguindo um cronograma e a liderança que conduzia a reunião se preocupava em organizar o tempo para não ultrapassar os horários combinados. Com isso quando alguém se estendia nas falas ou até mesmo quando se iniciou uma discussão sobre os requisitos que o governo federal estava construindo sem a discussão com o movimento social para implementação de uma política pública de “testagem rápida³²”, o assunto foi interrompido e sugeriu-se que devido o tempo ser curto, fosse pauta para uma próxima reunião.

Então houve contestação por parte de alguns participantes, que defendiam a importância do assunto, pois os critérios do Programa Nacional de DST/AIDS não garantiam a inserção e acolhimento em saúde necessário para as pessoas que se descobrissem soropositivas, conforme o participante “A”, *“imagina alguém se descobrir com HIV durante o carnaval, quem garante qual vai ser sua reação, será que ele vai procurar um serviço de saúde?”*. Enquanto outro membro colocou que os assuntos que eram para ser discutidos ali estavam sendo deixados de lado para se tratar de organização e participações em eventos. No outro dia a reunião seguiu com seu roteiro, escolhendo os participantes que iriam ao Congresso Nacional de DST/AIDS em São Paulo no mês de agosto.

Essa situação ocorrida na reunião me remeteu as conversas que tive com alguns membros durante as visitas nas instituições. O que se percebeu claramente, que ao conversar com eles informalmente, suas falas se repetiam na hora da realização das entrevistas, que as reuniões do MSLA se tornaram burocráticas, sem espaço para discussão das políticas de AIDS e isso trazia a dificuldade do grupo encontrar uma posição única na hora de negociar com o governo estadual e federal.

Na primeira visita ao lembrar-se da história de como o MSLA se organizou, a participante “B” relata que sentia saudades das reuniões de antigamente, lá do início do movimento na década de 90, quando diz:

³² Nota: Teste rápido é um teste de diagnóstico para Hiv com resultado rápido, na hora, (igual os teste de glicose para diagnosticar diabetes), pode ser realizado em eventos, não necessariamente no posto de saúde ou laboratórios.

“não existiam várias instituições, não tantas como hoje, mas a gente naquela época sentia a necessidade de estarmos mais próximos e poder ter um espaço onde se pudesse conversar e discutir as questões políticas pudesse estudar, pudesse nos fortalecer e hoje eu tenho visto, que as discussões são a respeito de muitas queixas, de que as coisas não funcionam lá na cidade x, y ou z, vem alguém de Pelotas e fala, aí o pessoal de Rio Grande para lá também está no mesmo jeito, começa essa troca de informações, então, ao meu ver, o Fórum nesse momento está servindo muita para unir as queixas, só que nós temos que tomar atitudes mais políticas, o problema é que ultimamente nós não estamos tendo tempo para isso, as reuniões estão sendo muito burocráticas, nós temos eleições do Fórum, sabe tem coisas assim de ver quem vai em evento, e tem coisas mais práticas para serem resolvidas, aí essa parte que para mim é extremamente importante ela fica meio que deixando de lado, então fica assim, a pessoas vem se queixam e tal e fica por isso mesmo, a gente precisa de alguma coisa que amarre mais o Fórum politicamente”.

Na segunda visita a participante “E” comenta que anteriormente a institucionalização do MSLA se tinha mais tempo para se discutir as questões políticas, e que atualmente as reuniões são pontuais, pautadas em diversos assuntos, o que acaba dificultando se chegar a uma posição coletiva,

“Eu acho que hoje as reuniões tem sido bem pontuais e falta espaço para discussão política. Acho que quando a gente começa a discutir dentro do fórum a gente não consegue esgotar, a gente não consegue de fato chegar a uma posição que seja coletiva, a gente tem essa dificuldade dentro do fórum, independente de qualquer assunto que a gente vá falar. Uma das coisas que eu sempre brinco é: se tiver na pauta que tem algum congresso ou alguma viagem a reunião do fórum está lotada. Se a pauta for outra as pessoas vão vir conforme o interesse em discutir a pauta. Mas eu acho que a gente tem temas muito relevantes que tem que entrar na pauta do fórum, as questões de sustentabilidade eu acho que são uma das questões que sempre tem que ser discutidas dentro do fórum, quando falo de sustentabilidade não estou falando de sustentabilidade financeira, eu estou falando da sustentabilidade da resposta brasileira que foi construída para epidemia de Aids, da resposta que é possível hoje se construir, resposta política, enfim, qual é o cenário hoje que a gente vive para dar sustentabilidade a essa resposta? Tem pautas políticas que não entram na discussão! Por que existe uma resistência muito grande em se discutir e se descolar desse modelo que foi construído”.

E na terceira visita quando o participante “F” coloca que o MSLA surgiu com a intenção de reunir as ONGs de todo estado no intuito de fortalecer as instituições e ter uma única posição política frente ao Estado (governo: federal e estadual), e isso ele percebe que foi se perdendo ao longo dos anos. Segundo seu relato atualmente as reuniões ficam cada vez mais burocratizadas, o que acaba dificultando o MSLA se posicionar frente ao governo estadual,

“Eu tenho ido às reuniões do fórum, as reuniões do fórum são muito burocráticas, tem aquela pautinha e se aquela pauta se desdobra em alguma coisa ela já é cortada. Se ela se desdobra em alguma discussão política ela já é cortada por que não vai dar tempo de a gente discutir isso, por que nós temos que discutir como é que foi a última reunião da

CAMIS³³, a última reunião da CNAIDS³⁴, ou como é que foi a representação não sei o quê, e o fundamental de um fórum que é fazer a discussão política em cima disso e isso não está acontecendo. Então tu não discute a questão política que envolve a epidemia de AIDS para discutir o pequeno, o micro. E aí tu acaba fazendo exatamente dentro do fórum aquilo que o governo quer. Daí tu não discute ações de enfrentamento e tu não consegue impor uma posição frente ao governo por que tu não tem essa posição e aí quando o coordenador de Aids estadual chega no ERONG³⁵, como ele chegou aqui e diz na cara de todo mundo que o movimento social de luta contra a Aids não tem uma agenda política e fica todo mundo quieto, aí tu vê exatamente o que está acontecendo”.

Nesses discursos se percebe que existem divisões no grupo, devido o movimento agregar uma diversidade de pessoas que se posicionam discursivamente de forma diferente, se por um lado tem uma reunião organizada em pauta pela liderança do movimento que alguns participantes concordam, por outro tem alguns que sentem a falta de um momento para as discussões de cunho político. Contudo é relevante se notar que nesse aspecto o MSLA encontra dificuldade em encontrar uma posição frente aos governos na hora da negociação e os governos por sua vez, ao perceberem essa dificuldade do MSLA, se utilizam desse argumento para criticar o movimento.

Já em outra reunião num primeiro momento se teve a pauta para discutir a avaliação do Congresso Nacional de DST/AIDS, os participantes salientaram que o Governo Federal, impossibilitou o máximo a participação e as manifestações do MSLA no evento. Para os integrantes a organização do congresso privilegiou a participação nas mesas e apresentação de trabalhos para pessoas vinculadas as diferentes esferas de governo, e o movimento social foi deixado de fora, conforme “B”, *“fomos colocados de lado pelo ministério da saúde”*.

Segundo uma a militante “D”, *“acho que houve um retrocesso nos congressos, pois o programa nacional de DST/AIDS não deixa o movimento participar não se quer se manifestar”*. Ela coloca ainda que essa falta reconhecimento não só relacionada aos movimentos sociais como também as pesquisas científicas realizadas pelas academias, apontando que o interesse do Governo Federal está em grandes números (quantidade) e não em ações eficazes (qualidade).

Para a liderança “R”, *“o evento passou batido os desdobramentos da epidemia no Brasil”*. Nesse sentido houve a discussão no grupo sobre o déficit de assistência as pessoas soropositivas e a falta de projetos de prevenção. Com isso eles concluem que o governo, através do programa nacional de AIDS, patrocina eventos para se promover e não para trazer políticas concretas em relação a epidemia.

³³ Nota: CAMIS: Comissão de Articulação de Movimento Interdisciplinar de Saúde.

³⁴ Nota: CNAIDS: Comissão Nacional de Aids.

³⁵ Nota: ERONG: Encontro Regional de ONG/Aids, engloba a região sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Entretanto nesse mesmo dia à tarde iniciou um evento no qual se tinha a presença dos representantes das três esferas de governo junto com o MSLA. Neste evento à maioria da composição da mesa, era composta por ex-militantes do movimento, com isso os discursos direcionados para os integrantes do MSLA, tinha um tom cordial. Contudo um dos participantes interrompeu a fala de um dos governantes, se remetendo que as trocas de governo dificultavam os trabalhos desenvolvidos pela sociedade civil pela falta de continuidade na execução das ações, e que *“as políticas de AIDS não deveriam ser uma política em que cada governo que assume faz o que quer”*, pois quem perde com isso é a sociedade em geral.

Em resposta um dos representantes do Governo Estadual respondeu que compreendia a preocupação do *“colega”*, mas justificou dizendo que infelizmente na prática o que ocorre na política é essa realidade mesmo. Enquanto o coordenador estadual disse que eles estavam ali porque se consideravam *“amigos”* do movimento, no sentido de mostrar também preocupação com a morosidade na execução das políticas de AIDS no estado do Rio Grande do Sul. Esse discurso dos gestores, também coincidiu com os relatos dos integrantes durante as visitas, quando referiam à grande dificuldade que o MSLA tinha de negociar com o governo atual, devido o coordenador estadual ser ex-militante.

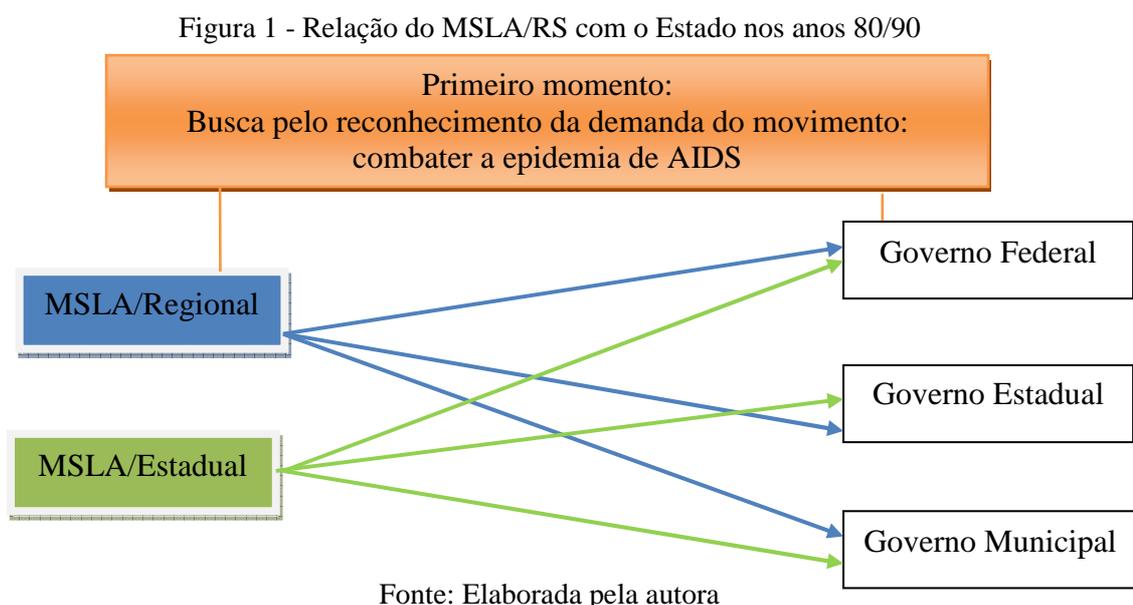
Dessa forma, no discurso dos integrantes, ter um ex-membro trabalhando numa das três esferas de governo passou a dificultar as negociações, conforme a fala da integrante *“B”*, assim, *“as coisas assim não saem do lugar, ficam só nas conversas, e também na fala de “A”, “estamos num momento de calça justa, não sabemos se abatemos nele ou não”*, se referindo ao coordenador estadual. Conversando também com a participante *“C”*, ela cita o coordenador estadual como um dos *“nossos”*, ao comentar que atualmente estão conseguindo ter um para o diálogo com o Governo Estadual.

Nesse aspecto é apontado pelos integrantes a dificuldade de discutir politicamente com os representantes do governo (federal e estadual) devido ao fato dos mesmos terem sido militantes do MSLA/RS. Entretanto cabe apontar que essa dificuldade ocorre pela ausência da fronteira política na relação do movimento com os governos. Desse modo, ao chegar na hora da negociação política não conseguem se posicionar frente ao *“amigo”* como se fosse representante do Estado. Com isso, ocorre uma crise identitária: Quem somos nós? Quem são eles?

A partir dessas constatações (que depois se aprofundará na análise das entrevistas), pode se perceber que o movimento passou por três momentos importantes na sua relação com Estado. Para uma melhor compreensão de como se estabeleceu as relações do MSLA/RS com

o Estado se construirá três esquemas para demonstrar as constatações encontradas. No esquema 1: se mostrará o momento inicial da relação do movimento com o Estado na década de 90, no esquema 2: se mostrará o segundo momento, após a implementação da lei 2313/2002 e no esquema 3: se mostrará o campo de indecidibilidade que se encontra o MSLA/RS atualmente.

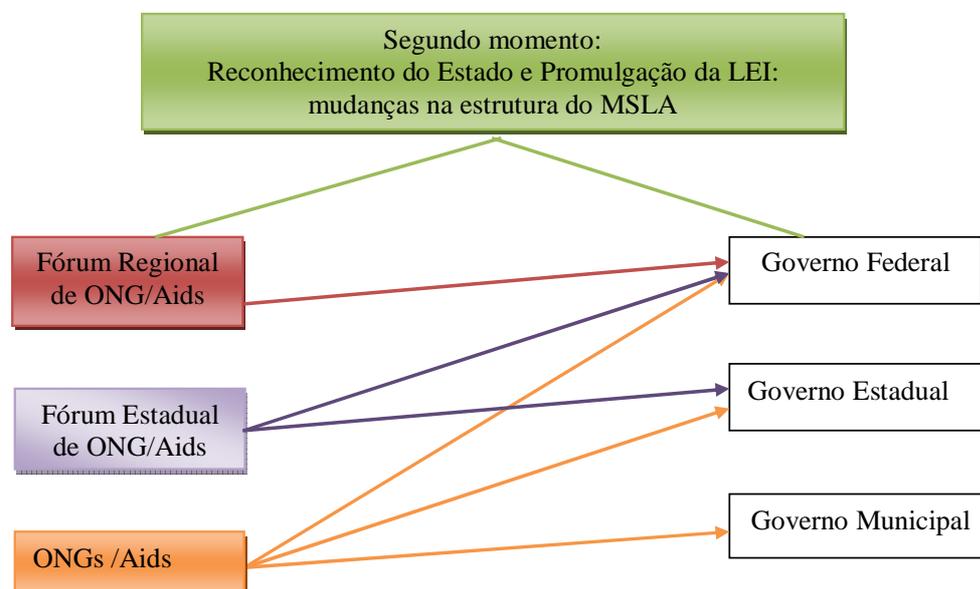
Esquema 1: Relação do MSLA/RS com o Estado nos anos 80/90, baseado em relações de contestação e reivindicação de direitos:



Com esse esquema pode-se compreender que a relação do MSLA (regional e estadual) com o Estado nas suas três esferas, é política, ou seja, não se tem nenhuma formalização de parceria ou acordo financeiro, a relação se estabelecia através da pressão política contestatória, na tentativa de forçar o Estado a assumir a responsabilidade de implantar uma política pública de atendimento em saúde, com acesso universal, para o enfrentamento da epidemia da AIDS no país.

Esquema 2: a relação do MSLA/RS com o Estado a partir de 2003, se deu por meio da institucionalização (fórum / ONG). Essa relação era baseada em parcerias formais e legais através de editais de concorrência pública federal e estadual:

Figura 2 - Relação do MSLA/RS com o Estado a partir de 2003



Fonte: Elaborada pela autora

Antes de trazer a compreensão do esquema 2, se faz mister uma explicação de como se pode estabelecer as relações de parceria financeira do MSLA com o Estado em suas diferentes esferas de governo. No que se refere às leis que trazem as diretrizes para a política de AIDS no Brasil, estas ficam na incumbência da esfera federal, em elaborá-las e implementá-las, entre elas, a lei 2313/2002 que trata do acordo tripartite, ou seja, um acordo político entre as três esferas de governo para execução das políticas de AIDS.

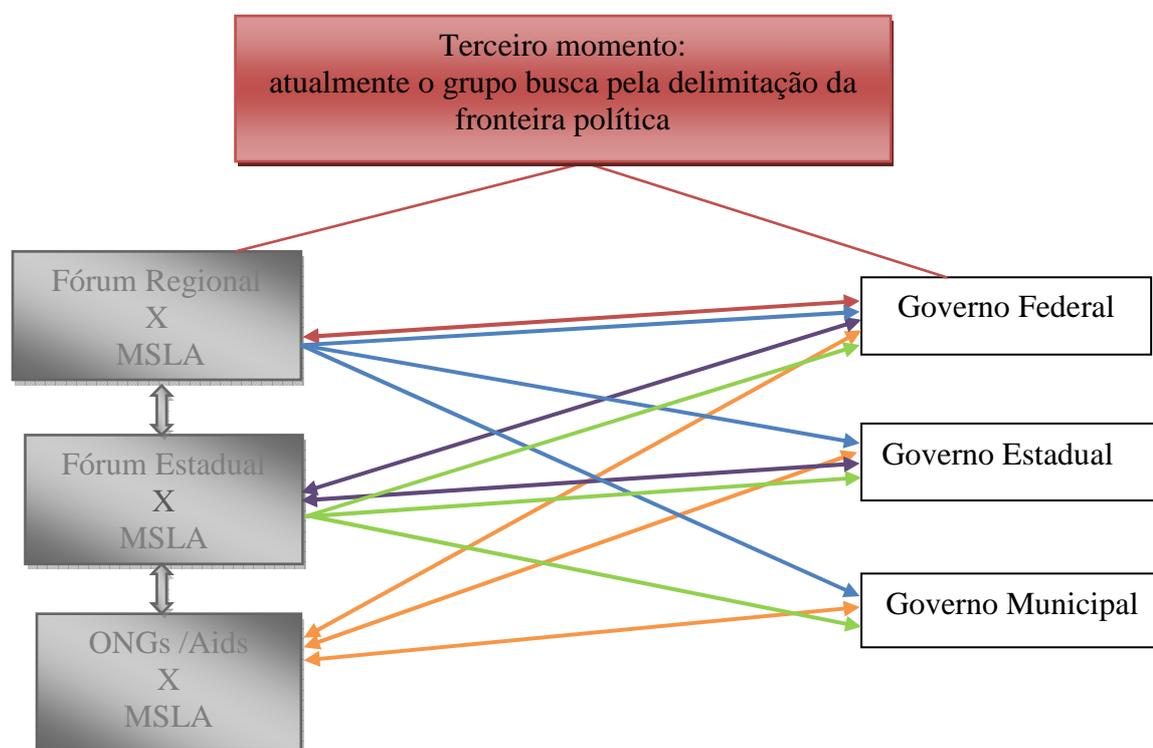
Através dessa lei, o Governo Federal passa um recurso da saúde destinado à política de AIDS para os Estados, Municípios executarem suas ações de prevenção, diagnóstico, tratamento e assistência e também através de editais de concorrência pública passa recurso para os Fóruns Regionais e as ONGs que trabalham no âmbito da AIDS executarem seus projetos.

Para o Governo Estadual compete fazer todas as ações a nível estadual no que se refere às políticas de AIDS e também fazer o repasse para o Fórum Estadual e as instituições não governamentais do estado, através de editais de seleção, para executar ações em parceria com a gestão estadual. E os municípios recebem o recurso para executarem as ações a nível municipal. Assim é possível os Fóruns realizarem projetos sociais vinculados a AIDS via edital federal e estadual, e as ONGs por intermédio de edital federal, estadual e municipal, porém fica a critério do gestor municipal optar por fazer parceria por editais.

Assim, baseados nos esquemas 1 e 2, compreende-se que o MSLA sofreu um deslocamento em sua estruturação e conseqüentemente em processo identificatório, no qual no esquema 1: se observa que em sua estruturação o movimento mantinha o significativo “Movimento social de luta contra a AIDS”; já no esquema 2: se evidencia uma mudança importante: o movimento se identifica e passa a ser identificado pelo significativo Fórum ONG/AIDS com isso há um deslocamento do seu referencial identificatório.

Esquema 3: Relação do MSLA/RS com o Estado atualmente está ocorrendo num campo de indecidibilidade, ou seja, o movimento passa por um momento de reestruturação identitária.

Figura 3 - Relação do MSLA/RS com o Estado atualmente



Fonte: Elaborada pela autora

No esquema 3: Percebe-se que a parceria do MSLA com Estado já está consolidada e legalizada, (representadas pelas setas coloridas de duas vias, que os ligam), com isso o grupo passa por um momento de reestruturação das fronteiras políticas dentro desta nova conjuntura que se apresenta, pois se por um lado não podem abandonar essa parceria com o Estado, (seria um retrocesso nas conquistas políticas já realizadas), por outro lado, necessitam exercer seu papel político, mas se sentem limitados pela relação profissional estabelecida na parceria com o governo federal e estadual. Ainda também se pode evidenciar que o movimento se sente

impedido de criticar o representante do Estado, porque ele é supostamente um ex-membro do movimento. Assim em crise, (representadas pelo “X” e as setas cinza que ligam os movimentos, os fóruns e as ONGs), não conseguem distinguir qual o seu papel se é político ou profissional, perante essa situação, buscam um sentido para assumir uma nova posição frente ao Estado.

Após essa descrição inicial trazida pela observação e anotações do diário de campo, a seguir se trará uma análise mais aprofundada dos aspectos trazidos até aqui, demonstrando também de que forma estas situações que foram descritas interferiram no processo de construção e reconstrução da identidade coletiva do MSLA/RS.

6.2 Análise das Entrevistas

Nessa etapa, se apresentará a análise dos dados da pesquisa, demonstrando como se deu a construção da identidade coletiva do movimento social de luta contra AIDS desde a sua constituição até os dias atuais. Os sujeitos da pesquisa são representantes das instituições, sendo três participantes e três lideranças que compõe o movimento, conforme mencionado anteriormente. Procurou-se selecionar as entrevistas em que os entrevistados fizessem parte desde o início da constituição do movimento para se ter uma maior visibilidade e compreensão do todo processo de construção.

A análise irá se desdobrar em três momentos, que foram considerados mais importantes para se compreender como se deu o processo de construção identitária do movimento. No primeiro momento, se demonstrará como foi a formação inicial do MSLA aqui no estado do Rio Grande do Sul. As perguntas têm como objetivo verificar se os entrevistados haviam participado da formação, qual era o seu papel/função no movimento, quais eram suas necessidades, dificuldades, e como eles percebiam a relação do MSLA com o Estado neste momento inicial no que se refere aos aspectos políticos.

Num segundo momento, se faz um contraponto no qual os entrevistados respondem as perguntas sobre o que os atraíram a participar do movimento. A intenção está em compreender a motivação a participar do movimento AIDS e formar uma unidade (identidade coletiva). Em contrapartida, na outra pergunta busca-se verificar qual o momento de maior crise que o MSLA enfrentou até os dias atuais e identificar se este fato trouxe alguma interferência no processo identificatório do grupo.

No terceiro momento, retomam-se as perguntas iniciais para compreender qual o seu papel e dificuldades e como se dá sua relação com o Estado nos dias atuais, com a finalidade

de perceber quais as mudanças que ocorreram ao longo dos anos na construção da identidade coletiva do movimento.

A formação inicial do MSLA/RS

No que se refere à construção da identidade coletiva do MSLA/RS, ou seja, de como o movimento surgiu na década de 90, em relação ao Estado, - durante os governos do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e governador Olívio Dutra (PT) -, as respostas vem mostrar que esse coletivo surge a partir do fato que a epidemia se estabelecia em maior proporção nas populações mais vulneráveis da sociedade e havia muita dificuldade de acessar essas populações, tidas como “grupo de risco”, e o movimento vêm em resposta a esta realidade diversificada e plural em relação AIDS. Nesse período, havia um espaço de discussão com Estado tanto na esfera federal como estadual, no qual, segundo o depoimento, o gestor compreendia a importância da participação do movimento social no enfrentamento da epidemia de AIDS. De acordo com o relato do participante “A”,

“Quando começou o Fórum, a articulação da sociedade civil era forte e inquestionável, se tinha muito claro a necessidade de trabalhar com populações mais vulneráveis, havia muitas dificuldades de acessar às pessoas que necessitavam, foi quando o gestor teve uma visão correta e positiva da contribuição e participação da sociedade civil. Os trabalhos eram mais ágeis e os resultados mais efetivos, é que as DST e AIDS tinham mais visibilidade na época. A sociedade civil cobrava e havia espaço para as discussões. O Movimento social então surgiu com a possibilidade de responder a uma realidade diversificada e plural em relação a AIDS. Ninguém conseguia fazer tudo sozinho, as especificidades de cada grupo e de cada população somente seriam atendidas pelo esforço conjunto de diversas organizações”.

Também conforme a participante “B”, os anos finais da década de 90 são marcados pela dificuldade, já que não se tinha claro o que era a epidemia e como lidar com ela ainda, não se tinha uma política estruturada. Com isso, o movimento estava buscando juntar as ONGs para se unirem no enfrentamento da doença, pois como era uma epidemia nova, todos queriam aprender juntos a fazerem as ações. Essa proximidade possibilitava um campo político efervescente e as instituições atuavam fortemente nas negociações junto ao Governo Estadual.

“No início era uma época de muita efervescência política, as instituições eram muito protagonistas, era muito mais todo mundo junto, discutindo negociando com o Estado. Eu acho que naquela época se tinha uma união maior entre as instituições, uma união - não sei se é união -, mas uma proximidade, as instituições elas estavam mais próximas umas das outras, todo mundo com medo começando, estava todo mundo junto assim, querendo fazer coisas. Então existia essa união maior, talvez porque a gente

“tinha bastante dificuldade, bom era na época também que estava surgindo os atendimentos, as medicações, então se trabalhava muito a adesão ao tratamento a RNP³⁶ começou a se fortalecer, começaram surgir as ONG’s por todos os lados, havia a preocupação com a questão política”.

Como aponta do mesmo modo a participante “C”, em 1999, havia muitos problemas, as populações vulneráveis, como os homossexuais e as travestis que eram soropositivos, morriam em decorrência do descaso do Estado com esse grupo de pessoas que não as atendiam nos hospitais e alguns vieram o óbito nas calçadas. Os serviços de saúde ainda não eram estruturados e somente atendiam mediante muita luta, muita briga do MSLA cobrando do Estado um atendimento digno para todas as pessoas.

“Assim a gente começou em primeiro lugar com a questão da epidemia da AIDS, que era muito grande dentro do movimento homossexual em geral e com o tempo a gente viu que a questão da AIDS não envolvia só a doença, mas a discriminação, a questão do preconceito, a questão da autoestima das travestis que eram soropositivas, a gente via que muitas travestis morreram em consequência ao HIV. Naquela época não se tinha um serviço montado, era muita enrolação, promessas e nós tínhamos que estar sempre em cima para as coisas acontecer. Eu acredito que só assim muitas coisas foram feitas. Acho que cada ano era um ano de luta, cada ano tinha uma luta grande, cada ano a gente estava lutando no Fórum de ONG/AIDS, cada vez mais na questão da epidemia da AIDS, entendeu, e parece que a gente brigava e as coisas aconteciam apesar das dificuldades serem muito grande”.

Como se percebe também no depoimento da liderança “D”, esse momento inicial de formação do MSLA/RS (1999), é marcado por grandes embates do MSLA em relação ao Estado (governo estadual e federal), devido à falta de uma política de atendimento básico nos serviços de saúde que envolve desde a prevenção até a assistência mínima de saúde, como consultas, exames e distribuição de preservativos. As pressões ocorriam por diversas vezes e o movimento cumpria com sua função exigindo do Estado que ele assumisse o compromisso de implantar uma política específica para o atendimento das pessoas que estavam infectadas pelo vírus HIV ou doentes de AIDS. Em suas palavras,

“Nos primeiros anos do Fórum se tinha uma forte articulação. Nós conseguimos unir as ONGs de todo estado e se conseguia ter diálogo nas discussões com a gestão. No curso dos anos, no final da primeira década do ano 2000, começou a se ter uma relação mais dificultada com a mudança da gestão tanto no nível estadual quanto especificamente nas políticas de AIDS de Estado. Nessa época também tinha uma grande briga com a questão da própria ponta, da assistência o acesso à medicação, o acesso à consulta, o acesso a exames, principalmente era muito difícil. A própria dispensação dos preservativos era uma dificuldade. Isso de prevenção não era feito na forma adequada. A gente por várias vezes teve que brigar, porque faltava preservativos na ponta para entregar para o usuário. Nós tínhamos muita falta de medicação e as ações do Fórum estavam muito mais articulação e intervenção nesse sentido. As campanhas todas de prevenção, as

³⁶ Nota: Rede Nacional de Pessoas que vivem com HIV/AIDS.

campanhas direcionadas elas eram muito mais, tinham alcance muito mais mensurável e muito mais efetivo quando realizadas pela sociedade civil do que da gestão. Então nós tínhamos um canal de diálogo e discussão com a gestão para tentar elaborar algumas formas de campanhas e algumas ações mais efetivas”.

A liderança “E”, indica que na década de 90 se tinha um momento favorável à militância devido à abertura política democrática,- politicamente com a chegada da democracia, havia uma maior participação política dos movimentos sociais no Brasil -,assim o MSLA se compôs de outros movimentos que também trouxeram a AIDS como prioridade nas reivindicações de direitos. Todos tinham um único foco de luta, mas se voltaram para a luta contra a epidemia levando adiante as discussões junto aos governos federal e estadual. Ainda por ser um movimento bastante combativo, na época trouxe uma série de questões que foram favoráveis para implantação das políticas públicas e garantia de direitos.

“O Movimento AIDS surge e começa a se organizar como movimento no momento político muito favorável para organização de movimentos sociais, que foi um momento de abertura política, então a gente tinha um cenário que possibilitava uma militância muito maior. A gente tinha no Movimento AIDS pessoas que eram militantes pra além do Movimento AIDS, eram movimentos de saúde, eram movimentos de direitos humanos, enfim estavam envolvidas com outras lutas e que, por questões pessoais ou por questões políticas, acabaram também levantando a bandeira do Movimento AIDS e levando essa discussão adiante. Ele era um movimento combativo, um movimento que brigava pela garantia de direitos e que conseguiu por uma série de questões políticas favoráveis no momento, viabilizar essa questão e garantir uma série de direitos”.

Toda essa militância tinha a ideia de juntar forças políticas para ter uma única fala frente ao Estado (governo estadual e federal) na hora das negociações e mostrar uma unidade, um fortalecendo o outro. Assim em 1999, o movimento obteve uma atuação política muito consistente em relação ao Estado, realizando ações judiciais, manifestações políticas junto aos congressos e assembleias legislativas e como resultado dessas pressões veio à resposta do Estado implementando uma política de saúde específica para AIDS. Segundo o relato da liderança “F”, que descreve essa atuação,

“O Fórum ele se formou como uma necessidade de discussão política de enfrentamento da epidemia de AIDS, de um poder dar força para o outro. Então a ideia era essa, de tu conseguir juntar forças e tu ter através de uma organização política como o fórum uma "posição do Fórum do Rio Grande do Sul em relação política de AIDS" de isso ser uma única voz no estado, era a posição de um coletivo de ONG's que deveria demonstrar uma força maior frente ao governo, uma unidade mais fortalecida, era essa ideia de formar esse fórum. Nesse momento eu acho que o movimento teve uma ação muito forte. Ele teve uma atuação muito forte quando exigiu que o governo desse uma resposta à epidemia de AIDS, então, através de ações judiciais, através de ações políticas junto ao congresso, assembleias legislativas e tudo mais, o movimento social conseguiu efetivar uma resposta brasileira à epidemia de AIDS. Eu considero esse momento como mais efetivo do movimento AIDS”.

Como se viu, nesse primeiro momento de fundação do MSLA, a identidade coletiva do movimento foi surgindo a partir de uma necessidade: enfrentar a epidemia da AIDS, o que constituiu uma identificação em torno da síndrome. Essa identificação do grupo se estabeleceu a partir de várias representações como: mulheres, homossexuais, travestis, prostitutas, usuários de drogas, negros, religiosos e pessoas que vivem com HIV/AIDS.

Com isso, a identidade coletiva MSLA/RS foi se constituindo através de uma emergência específica (AIDS), através de elementos bastante diversificados e plurais. Contudo, se pode compreender que, apesar de suas diferenças, elas estão inscritas numa mesma lógica equivalencial, que se articulam discursivamente, formando uma corrente contínua de elementos identificatórios que se fixaram em torno da epidemia de AIDS.

No que se refere às relações do MSLA com o Estado, (nesse momento inicial de formação em 1999), elas aconteciam mais intensamente no âmbito federal, pois não havia ainda uma política de saúde específica para o enfrentamento da epidemia no país, contudo havia as contestações e reivindicações aconteciam nas diversas esferas de governo, conforme foi demonstrado no esquema 1, observado no trabalho de campo. Desse modo, pode se evidenciar nas entrevistas a atuação vibrante do MSLA, segundo um dos entrevistados, isso de deve “à abertura política trazida pela democracia no final dos anos 80”. Para Laclau, esse período de contestação e abertura política é o que caracteriza, “Uma sociedade democrática não é aquela em que o “melhor” conteúdo domina sem contestação, mas aquela em que nada é alcançado de uma vez por todas e há sempre a possibilidade de questionamento”. (LACLAU, 2011, p. 150).

Para o autor, essa possibilidade de questionamento, de reivindicação contínua é que possibilita o reconhecimento legítimo de quem defende ideias diferentes no campo de disputa política. Nesse caso, fica autêntica a importância do papel político do MSLA/RS na sua relação com o governo de Fernando Henrique Cardoso, porque acarretou em uma resposta governamental no que se refere à implementação das políticas de AIDS no Brasil em 2002.

Para Mouffe (2003), esse é o verdadeiro sentido da democracia: a participação ativa dos movimentos na arena política disputando com Estado, numa relação equivalente, a exigência de seus direitos,

O que é uma sociedade democrática? É uma sociedade pacificada e harmoniosa onde as divergências básicas foram superadas e onde se estabeleceu um consenso imposto a partir de uma interpretação única de valores comuns? Ou é uma sociedade com a esfera pública vibrante onde muitas visões conflitantes podem se expressar e onde há possibilidade de escolha entre projetos alternativos legítimos? (MOUFFE, 2003, p. 11).

Pensando com a autora, pode se compreender que o início da formação da identidade coletiva do MSLA se dá num contexto democrático, no qual o se estabeleceu uma fronteira política demarcando as posições de sujeitos no campo político: MSLA x Estado. Dessa forma, a posição de sujeito assumida pelo MSLA no espaço de disputa política se legitimou pelo agonismo.

Para Mouffe (1996) esse tipo de relação, o agonismo, é fundamental para os movimentos sociais, pois possibilita tanto a preservação do grupo como a experiência de uma política democrática, “A política busca a criação da unidade em um contexto de conflito e diversidade; está sempre ligada à criação de um “nós” em oposição a um “eles””. Como se percebe nos discursos, esse contexto de conflito e diversidade é vivenciado nesse momento histórico pelo MSLA. (MOUFFE, 1996, p. 72).

Na mesma linha de pensamento, Melucci (2001) coloca que a sobrevivência dos movimentos sociais depende do funcionamento dos sistemas políticos, da abertura para a participação de todas as instâncias que defendem uma multiplicidade de interesses diferentes. Essa abertura se dá através de canais de representação no qual permite que as demandas sociais ocupem um espaço de participação que possibilita a reivindicação de direitos e de expressão de conflito/oposição. Para Melucci (2001), os conflitos emergem nos movimentos sociais a partir da luta pela satisfação das necessidades e pode ter um caráter pontual. O caráter apontado pelos entrevistados nesse contexto de reivindicação pelo MSLA era a falta de políticas de saúde para epidemia da AIDS.

Do mesmo modo Mouffe (1996) indica que o campo político deve ser um espaço onde possa haver essas reivindicações e os movimentos sociais possam se manifestar, pois se não existir essa possibilidade não há sentido para existência da política democrática, nem mesmo para os movimentos sociais. Contudo, esse espaço é evidenciado na disputa de poder entre o MSLA e o Estado, onde o movimento cumpre com seu papel, afirmando sua identidade e, a partir disso, consegue uma resposta política para AIDS.

Baseando-se em Melucci (2001) pode-se entender que essa resposta do Estado em relação a AIDS é resultado da atuação do Movimento Social de luta contra AIDS que influenciou nas políticas públicas de saúde na medida em que ampliaram seus limites, gerando modificações nas regras e procedimentos governamentais, incentivando novas formas de atendimento e assistência para as políticas públicas de saúde.

O que os faz formar um movimento?

A identificação que os levou a formar o movimento se inscreve principalmente numa lógica discursiva de lutar pelos direitos das pessoas que vivem com HIV/AIDS, seja no exercício do controle social buscando uma melhora na qualidade das políticas públicas e direitos humanos, ou ainda, no auxílio às populações mais vulneráveis, conforme o depoimento do participante “A”,

“Garantir a qualidade de vida e os direitos das pessoas que vivem com HIV e AIDS, políticas públicas, Direitos humanos e exercer o controle social”.

Essa identificação vem igualmente demonstrada no sentido de satisfação em poder ajudar e fazer a diferença na vida das pessoas soropositivas quando se propõe a discutir as políticas públicas de saúde, como diz a participante “B”,

“O que me atrai justamente é essa coisa de estar discutindo, propondo, de estar podendo fazer a diferença na vida das pessoas que vive com HIV/AIDS”.

Do mesmo modo, é mostrado o sentido de gratificação, na fala da integrante ao dizer que está orgulhosa em representar uma população que é tão exposta à epidemia e discriminada pela sociedade, seja por serem infectada pelo HIV, pelo exercício de suas atividades (considerado como algo promíscuo) ou ainda também no que se refere ao papel de gênero, bem visível na fala da participante “C”,

“É um orgulho ser militante da AIDS para população das travestis que é uma população tão discriminada, tão vulnerável à epidemia, porque a maioria da nossa população, que eu acredito que mais de 80% são profissionais do sexo, e lutar por elas é gratificante”.

Além disso, o significado da importância da solidariedade como parte da cura da síndrome, também aparece em um dos depoimentos, principalmente numa época em que a AIDS tem o diagnóstico de uma doença atrelada a uma sentença de morte, de acordo com a liderança “D”,

“como dizia o Betinho, na fundação da ABIA, tu te junta a outras pessoas na função de desenvolver a cura da AIDS pela solidariedade. Que era o que? Tu não vai curar epidemia, tu não vai curar uma doença, mas tu vai curar as pessoas da sensação da morte. Tu vai trabalhar essas pessoas com o olhar diferenciado e vai fazer com que essas pessoas consigam aceitar se vincular a uma assistência; e consigam aceitar e ir adiante, viver, apesar do diagnóstico em certos momentos que tu recebia era quase um atestado de óbito”.

Outro sentido trazido pela liderança “E” é a participação ativa, vibrante, pois o momento era propício para militância, se tinha uma abertura política muito grande, participar do movimento era estar envolvido em um processo histórico que favorecia este tipo de ação,

“eu estava terminando a graduação e a minha monografia era sobre as travestis, queria me aproximar desse universo, foi quando entrei no movimento. Nessa época a gente tinha um cenário que possibilitava uma militância muito maior, a gente tinha no Movimento AIDS pessoas que lutavam não só pela questão da AIDS, que buscavam lutar pelos direitos humanos, pelo SUS, era uma sinergia tão grande que te puxava a participar”.

Outra forma de se identificar com as causas do movimento era fazer oposição ao governo federal e estadual, provocando-os a ter responsabilidade com as políticas de saúde, no acesso de direitos das pessoas que vivem com HIV/AIDS, segundo a liderança “F”,

“como é que eu vou dizer assim, eu gosto muito de fazer parte do movimento social por provocar o governo nas suas ações. Eu não sou "do contra" por ser do contra, eu só luto por aquilo que eu acredito que é lutar pelos direitos das pessoas que vivem com HIV/AIDS. Tanto que de uma forma ou de outra, o governo não gostaria que eu estivesse onde eu estou hoje, no Conselho Nacional de Saúde, representando as pessoas que vivem com HIV/AIDS”.

Como se identifica nos relatos acima, a participação no movimento se dá através de diferentes sentidos: de ajuda, colaboração, gratificação, solidariedade, prazer e ativismo. Esses vários elementos se articulam discursivamente e vão possibilitando que esses sujeitos se identifiquem com uma causa e assim começam a trabalhar em prol das pessoas infectadas pelo HIV e que vivem com AIDS, seja na busca pela luta na garantia de direitos através da representação política ou até mesmo pelo sentimento humanitário de ajuda ao outro que necessita de auxílio.

Para Laclau e Mouffe (1985), o sentido é algo sempre determinado por sua relação com outros elementos através da prática articulatória que os une num ponto nodal na cadeia discursiva tornando-se momentos, ou seja, constituindo a identidade do grupo. Nesse caso, a AIDS passa a ser o significante desse movimento que ao seu redor carrega vários significados e constitui a identidade coletiva do MSLA.

Nessa direção parece relevante analisar que houve uma formação de uma cadeia de equivalência no discurso do MSLA em relação ao sentido de formação de sua identidade quando todos descrevem, o enfrentamento da epidemia da AIDS, como forma de significação ao fundar o movimento. Assim sendo, compreende-se que a identidade coletiva desse movimento é norteadada pela própria denominação do grupo: Movimento Social de Luta Contra AIDS.

Analisando com Melucci (2001), um movimento social se mobiliza e forma uma unidade a partir de uma solidariedade específica. Como se viu nos relatos, a solidariedade aqui exposta pelo MSLA foi um meio de curar os sintomas que vieram com a AIDS: o atestado de morte, as doenças oportunistas, a discriminação, o isolamento, o abandono, entre outros. Essa mobilização que os une através de uma solidariedade específica é carregada por um sentido, uma mensagem ao qual se tem o objetivo de decifrar sua identidade, como mostrado no texto acima.

A identificação do momento de crise

Nos anos entre 1999 e 2001 o MSLA atinge seu ápice de atuação, quando o Governo Federal representado pelo Ministro da Saúde José Serra (PSDB), responde com a implementação de uma política de saúde voltada para as questões da AIDS. Aí se inicia um momento identificado como difícil politicamente para o movimento AIDS no Rio Grande do Sul, pois por um lado o movimento via suas reivindicações sendo reconhecidas pelo Estado e ao mesmo tempo em que reconhecia o Governo Federal após a promulgação da Lei 2313/2002, rompe com o acordo político, e a AIDS sai da agenda prioritária do governo de Fernando Henrique Cardoso, e conseqüentemente das outras instâncias governamentais, assim começa um período de diálogo sem resultados efetivos, conforme o participante “A”,

“A maior dificuldade do Movimento social foi justamente quando a gestão não entendeu e nem quis a participação da sociedade civil. Perdeu-se muito tempo em reuniões sem resultados, sem dados estatísticos atualizados e sem clareza de um plano de atividades conjuntas”.

Por outro lado, os militantes precisavam se adequar às “novas regras do jogo”. De uma forma diferente ressalta a participante “B”, porque as relações com o Governo Federal após a estruturação da política de AIDS foram se diluindo, os espaços foram diminuindo, as discussões ficaram fracas, foram criando outros espaços, como Grupos de Trabalhos, os Fóruns Regionais e Estaduais, desencadeando um período de perdas, não só para o movimento, mas para a sociedade como um todo, como diz na fala,

“Eu acho que foi quando começou a toda política, começou a se estruturar toda política de AIDS no Brasil, que depois se perdeu tudo, então teve uma época, aí de sei lá, de abafamento de tudo, foi tudo se acabando, acabando. Daí foram criados GT disto, GT daquilo, comissão de não sei o que, aí as coisas começaram a se diluir, então as discussões ficam fracas, só em determinados espaços que não um espaço maior, aí cria, são criado os Fóruns e as coisas vão sendo diluídas tudo era muito vago. Acho que a gente se perdeu, que daí não é só as ONG’s que perdem, entendeu?”.

Na lembrança de outra entrevistada, esse momento de crise ocorre de uns dez anos para cá, quando o Governo Estadual passa por Germano Rigotto do PMDB em 2002, por Yeda Crusius do PSDB em 2006 e por Tarso Genro do PT em 2010, no qual os gestores vêm para as reuniões com os discursos prontos, sem espaço para negociação e o MSLA fica sem argumento frente essa situação como revela à participante “C”,

“Ai, acho que o momento de crise foi dos últimos governos para cá, eles estava pouco se lixando, não estavam nem aí de conseguir um diálogo com o movimento. A gente não teve espaço, para gente discutir foi muito difícil, de repente o discurso do Estado é totalmente diferente do nosso. Já vinham com tudo pronto e a gente não tinha argumento, por isso eu vejo nesses últimos anos que foram os piores anos para questão da epidemia da AIDS”.

Do mesmo modo a liderança “D”, menciona que os últimos dez anos foram mais difíceis trazendo os motivos pelos quais a AIDS deixa de ser pauta prioritária para os governos federal e estadual. Isso ocorre em 2002, após o discurso do Ministro da Saúde José Serra (PSDB), dizer que o Brasil possui a “melhor política de AIDS do mundo”. A partir daí, houve um retrocesso nas negociações junto aos governos federal e estadual, e as políticas deixaram de ser executadas devido à falta de repasse de financiamento para o movimento, pois afinal estávamos num “país modelo” no tratamento da AIDS,

“Eu acho que o momento mais difícil foi esses anos que ainda se sucedem, de uns dez anos para cá, quando a AIDS passou a ser considerada a primeira política melhor do mundo. Aí, AIDS deixou de ser a agenda prioritária do governo, realmente é o pior momento que temos passado, quando para de haver um investimento na AIDS. A AIDS deixou de ser prioridade na agenda do governo em todas as esferas, nos três níveis. E ela ainda hoje não é prioridade na agenda de nenhum governo. Nenhum dos níveis, nem no município, nem no estado, nem na união. Se tu for analisar friamente, tu vai ver que a AIDS não faz mais parte da agenda, muito menos que ela já tinha sido antes. E a partir desse momento que a AIDS sai dessa agenda prioritária, é que se deixa de acontecer às coisas. Então as políticas deixam de ser exercidas e executadas devido a gente ficar muitos anos sem financiamentos das ações”.

Por uma ótica diferente, a liderança “E” relata com clareza de detalhes que, a partir da institucionalização do movimento - em Fórum ONG/AIDS/RS -, no ano de 2003, o Fórum começou a receber recurso financeiro do Governo Estadual para manter-se estruturalmente e executar ações. Essa institucionalização era condição imposta pelo Governo Federal para que os fóruns recebessem do Governo Estadual o repasse de verbas para que se sustentassem e desenvolvessem outras atividades, que era de fazer a prevenção à AIDS, executando assim, ações através de editais de concorrência de projetos, o que acabou acarretando também na profissionalização dos fóruns, conforme demonstrado no esquema 2.

Segundo entrevistado “F”, com várias atribuições, o MSLA perde o poder da crítica e da própria militância em saúde. Também se mostra que, a partir dessa situação de institucionalização e profissionalização, o Governo Federal, após construir uma política pública apresentada como a “melhor do mundo”, passa a descartar a participação política do Fórum por considerar que não precisava mais dele já que havia respondido suas reivindicações anteriormente,

“Eu acho que foi o momento que o governo incentivou a institucionalização dos fóruns o que possibilitou que eles conseguissem acessar recursos públicos. Aí eu acho que a gente perdeu politicamente. Eu acho que depois desse primeiro momento, o movimento AIDS, não sei se gente pode chamar de onda, a gente entrou num outro processo que foi um processo de profissionalização do movimento AIDS. Bom, agora nós temos que nos estruturar, temos mais coisas para garantir, temos que garantir mais direitos, a gente tem que tomar conta de outras questões também, além da própria militância em saúde, a gente também tem nosso papel na prevenção, nosso papel nas ações, e isso levou que as instituições se profissionalizassem. O que não é de tudo ruim, mas acho que com isso a gente perdeu um pouco da questão da militância, a gente ficou meio que tarefeiro, a gente ficou executor de projetos, e perdeu um pouco o poder de crítica, o poder de crítica inclusive em relação à própria gestão, algumas instituições é claro foram cooptadas aí houve uma capitalização de ONGs que surge por conta dos financiamentos de forma tão desenfreada que a gente não deu conta de discutir a sustentabilidade das ONGs, nem a sustentabilidade da resposta que nós estávamos construindo em relação à epidemia. Aí as coisas foram se perdendo, eu sempre vejo 2003 como um “não precisamos mais de vocês”. Nós somos o melhor programa de AIDS no mundo, eu acho que isso ainda é uma coisa que é presente hoje, nós somos o melhor programa de AIDS do mundo e quem são vocês para criticarem o melhor programa de AIDS no mundo”.

A liderança “F” coloca que a resposta do governo Fernando Henrique Cardoso, de implantação da política de AIDS, trouxe uma mudança para movimento, contrário à institucionalização, entende que o MSLA se tornou refém do Estado no momento que recebeu financiamento para executar ações ao invés de cobrar dele (Estado) que as ações fossem feitas,

“Eu acho que foi depois do auge do movimento, que foi no final da década de 90, daí nós chegamos àquela situação que se diz assim “O Melhor Programa de AIDS do Mundo”, em 2000, quando o Brasil ganhou o título de melhor programa de AIDS do mundo. Ele ganhou esse título, enfim, por uma ação conjunta entre governo, academia e a sociedade civil só que parece que a partir disso a sociedade civil já não poderia criticar o governo porque era sempre o melhor programa de AIDS do mundo. Parece que o movimento meio que passou a achar que o que estava conquistado era definitivo e começou a buscar outras coisas, tipo começou a provocar ações de substituições ao Estado. Aí ele começou a se complicar, o movimento social de AIDS também se sentiu refém “se eu critico eles não me dão”, “se eu bato depois eles me tiram” e nós perdemos um pouco nosso papel em relação a isso. Antes ele provocava o Estado a cumprir com as suas demandas e daí o movimento começou a ficar mais refém do Estado do que o Estado do próprio movimento. O movimento começou a ficar refém financeiramente do Estado, através de seus projetos e financiamentos para que essas ações continuassem, invés de continuar cobrando que essas ações fossem feitas pelo Estado”.

Nesse contexto de crise, os discursos de todos entrevistados trazem um elemento em comum: a identificação do momento de crise ocorre quando o Governo Federal mudou sua posição discursiva em relação ao MSLA, agora ele deixa de ser adversário do movimento e passa a ser parceiro na execução das políticas públicas. Dessa maneira, a institucionalização e a profissionalização reconfigurou a identidade coletiva do movimento, pois passaram a ser reconhecidos pelo Estado não como um movimento de contestação, mas como um fórum de ONGs que queriam implementar políticas e disputar verbas públicas junto ao Estado e para isso precisavam ser constituídos legalmente. Esse momento de mudança identitária fica evidente no esquema 2 descrito no diário de campo.

Pode se dizer que aqui há uma crise de identidade, pois por um lado, identificar-se como movimento social garantiria certa posição de contestação e distanciamento para questionar as iniciativas políticas do Estado em suas diversas instâncias, pois como afirma Melucci (2001) essa é a função dos movimentos sociais. Por outro lado, passar pelo processo de institucionalização acarretaria no abandono de elementos discursivos que os constituíram desde sua origem, (opositores do Estado), que depois da legalização de sua causa, os tornariam parceiros de seu adversário. Abre-se aí certa celeuma que merece reflexão, existe nesse momento de institucionalização, uma crise de sentido no MSLA, onde o Estado convoca o movimento através de uma articulação discursiva, a assumir uma nova posição- de-sujeito, de seu “parceiro”, no qual existem participantes a favor e outros contra a proposta do Estado.

Como apontaram as duas lideranças: E e F e a participante B, representantes de instituições que eram contrárias à institucionalização do movimento. Enquanto que a liderança D que foi responsável na época pela institucionalização do movimento e os dois participantes: A e C, que foram a favor da proposta do Estado, se posicionaram discursivamente de maneira diferente.

Isso revela as contradições e as diferentes visões que fazem parte do MSLA. Para Laclau (1986), isso ocorre porque é impossível identificar um grupo como coeso na sua totalidade, devido às posições de sujeitos serem construídas em meio a uma pluralidade de sentido corrente no campo de uma política complexa, “Toda posição de sujeito é organizada no âmbito de uma estrutura discursiva essencialmente instável, já que está sujeita a práticas articulatórias as quais, de pontos diferentes de partida, a subvertem e as transformam”. (LACLAU, 1986, p. 4).

O que possibilita sob essa perspectiva que as práticas articulatórias do Estado ao articular diferentes sentidos numa cadeia discursiva acabaram subvertendo e transformando algumas

posições de sujeito do movimento. Por isso, algumas se identificaram e concordaram com a proposta do Estado em se institucionalizar para receber financiamento para sua sustentabilidade e ações, enquanto outros identificaram a proposta com uma estratégia ideológica do Estado em cooptar as instituições pertencentes ao MSLA, conforme um dos depoimentos.

Para compreender como alguns foram a favor da institucionalização, Laclau (2003) nos mostra na teoria do discurso que a centralidade das relações hegemônicas está diretamente ligada ao desejo de plenitude que está sempre presente nos seres humanos. Mas a plenitude é algo inatingível e só passa a existir circulando entre as particularidades que assumem temporariamente o papel de encarná-la, essa provisoriedade ocorre devido os seres humanos nunca chegarem à completude total. Assim sendo, a hegemonia está associada a uma relação em que um conteúdo/elemento particular assumido num determinado contexto tem a função de suprir uma plenitude ausente, um lugar vazio onde ocorrem as disputas entre múltiplos discursos que circulam no campo da discursividade e tendem a se fixar, porém essa fixação é provisória.

Nessa situação, a relação hegemônica se estabelece na medida em que o Estado promete ao MSLA um “incentivo” financeiro de sustentabilidade, a garantia de direitos e execução de ações, ciente do desejo de plenitude/satisfação do movimento em trabalhar no enfrentamento da epidemia da AIDS. E, a partir desse momento, começa a se posicionar discursivamente de outra maneira em relação ao MSLA, como menciona uma das lideranças: inverteram-se os papéis, ao invés do Estado ficar refém do MSLA, é o movimento que fica refém do Estado, ou ainda, ao invés do MSLA fazer o controle social, é o Estado que passa a controlar/regular o movimento social.

Analisando com Laclau e Mouffe (1985), a prevalência de um discurso hegemônico acontece quando não há o estabelecimento de disputas (agonismo) no campo político, quando uma das partes é tomada ou desiste do embate. Portanto nessa relação não há nem opressor (Estado), nem oprimido (MSLA), justamente para se evitar o maniqueísmo entre o Estado e o movimento social. Contudo se por um lado tem o Estado que precisa legitimar as demandas dos movimentos sociais, por outro lado cabe aos movimentos sociais não perderem de foco suas causas políticas, construindo assim, um campo de tensionamentos, mesmo depois de suas demandas serem legitimadas.

Ainda na concepção dos autores o campo político é um lugar de disputa de poder, de estabelecimento de espaço/posição, no qual diversos projetos políticos tentam articular ao redor de si o maior número possível de demandas, aliados e apoiados a fim de se tornar hegemônico. Assim quando Estado precisou do movimento para formular as diretrizes para as políticas de AIDS, ele negociou com o movimento seu apoio e o obteve. No entanto, após a implantação da

política da AIDS, o Governo Federal hegemoniza o discurso de “melhor programa de AIDS do mundo”, atingindo seu objetivo, e o MSLA não se posiciona discursivamente perante o Estado e, a partir daí, ele não precisa mais do movimento AIDS porque seu discurso já foi articulado numa cadeia discursiva e fixado, dando um novo sentido para a realidade.

Essa situação é visível quando um dos entrevistados diz que muitos acreditaram que o que havia se conquistado em relação às políticas de AIDS era definitivo. No entanto, não era quando o movimento se dá conta da realidade (que a política implantada não é suficiente para atender as demandas) não encontram um posicionamento discursivo capaz de questionar a hegemonia do Estado sobre as políticas públicas. Esse momento de crise, segundo a concepção de Laclau e Mouffe pode ser desencadeado se as cadeias equivalenciais forem estendidas numa larga gama de demandas concretas, que acabam perdendo o sentido específico pelo excesso de significações incorporadas,

Se as cadeias equivalenciais estendem uma larga variedade de demandas concretas, então a base das equivalências não pode ser encontrada na especificidade de qualquer uma dessas demandas, pois está claro que o resultado do desejo coletivo encontrará seu ponto ancorador no nível do imaginário social e o centro do imaginário social é o que nós chamamos de significantes vazios. (LACLAU, 2000, p. 210).

Isso significa na análise que o MSLA, ao se deparar com uma variedade discursiva, incorpora o discurso do Governo Federal, através do Ministro José Serra, encontrando seu ponto ancorador no imaginário social de que se teria no Brasil a “melhor política do mundo”, porque essa era a sua expectativa, o desejo que o coletivo buscava, eles se consideravam incluídos no processo de implantação da política de AIDS.

Contudo, o Estado afirma sua identidade e propõe uma contradição para o MSLA, com o discurso “quem são vocês para criticarem o melhor programa de AIDS do mundo?” Como se viu na perspectiva de Laclau e Mouffe (1985), as identidades são constituídas através de relações de poder, no qual o “Nós” é diferenciado em relação ao “Eles” com base na exclusão e na desigualdade de poder entre as posições de sujeitos assumidas no campo político, com isso se percebe que se destitui uma relação de equivalência e se efetivou uma relação de opressão na relação MSLA x Estado. Assim, automaticamente, quando Estado passou assumir uma posição hegemônica, o MSLA sofreu um deslocamento porque não tinha um discurso político que garantisse que o movimento questionasse a investida do Governo Federal. Nesse “jogo” se perde o referencial identitário do movimento: Afinal, quem somos nós? Quem são eles?

Nessa perspectiva, frente a uma situação de crise de sentido, ocorre um deslocamento na identidade o MSLA e ele assume uma nova identificação, em outras palavras, esse

deslocamento acontece quando um discurso não foi capaz de articular todos os elementos. Eles ficam frouxos e necessitam se suturar novamente com outros elementos que vão reconfigurar o sentido perdido, trazendo outra forma de identificação para o MSLA. Todavia, essa nova identificação é uma aposta num projeto que vai completá-lo temporariamente devido à construção das identidades serem um processo inacabado.

A formação atual da identidade coletiva do MSLA/RS

A construção atual da identidade coletiva do MSLA se configura num contexto bastante complexo, conforme foi observado no esquema 3, na análise do diário de campo, onde se necessita um reposicionamento do movimento em relação a sua forma de organização política. Essa complexidade envolve diretamente o sentido que o MSLA/RS atribui para seu papel/função e se posiciona em relação ao Estado, este representado atualmente pela presidenta Dilma Rousseff (PT) e o governador Tarso Genro (PT). De acordo com o participante “A”, existe um impasse, uma confusão de papéis na sua relação com os governos,

“Vejo que é necessário um reposicionamento do Movimento social no aspecto da organização política, da clareza do um plano de trabalho de prevenção, no acesso direto às pessoas HIV/AIDS e das populações mais empobrecidas, na interface com a rede de saúde e na complementaridade das ações entre as Organizações da sociedade civil com o programa Estadual. Eu percebo que existe um impasse dentro do movimento, enquanto uns são prestadores de serviço, outros cumprem seu papel político. O problema é que o Estado tem suas estratégias e devemos nos preocupar com os rumos que as políticas irão tomar, pois vivemos num momento de “calça justa”, quem está na gestão hoje é um dos “nossos”, então não soubemos o que fazer se” batemos” ou não. Acho que perceber esses momentos e registrá-los vão nos ajudar a pensar em novas alternativas”.

Por outra ótica, a participante “B”, menciona que o Fórum atualmente está mais politizado do que em outras épocas, com isso estão mais cientes sobre seu posicionamento político em relação ao Estado, porém, apesar do Fórum ter inserção e diálogo com o Governo Estadual, na prática, as ações voltadas para a política de AIDS não acontecem,

“Eu acho o movimento de AIDS do Rio Grande do Sul, ele está hoje em dia mais politizado que um tempo atrás. Eu vejo que existe assim outra postura, que apesar de a gente ter perdido algumas coisas, por ter falado que perdemos em iniciativa protagonismo ao mesmo tempo eu vejo que as falas das pessoas elas estão mais politizada, acho que “caiu a ficha”. Acho também que hoje se tem abertura, pelo que eu vejo assim, o Fórum tem inserção, vai lá discutir, conversar com o Estado, mas parece que as coisas não andam, porque também não depende só da política de AIDS estadual, a política de AIDS depende de outras instâncias, então as coisas são mais complicadas”.

Do mesmo modo, a participante “C”, indica que nos dias atuais existe uma facilidade de dialogar com o Governo Estadual, mostrando que esse acesso à gestão se deve ao fato de

terem no governo um ex-participante do movimento, mas também avalia que as respostas do governo não são concretas,

“Olha eu penso sempre em dar uma resposta otimista, a gente vê agora que as coisas até estão mudando com essa gestão, acho que tem umas coisas que a gente tem mais facilidade, tem pessoas que já era do movimento agora estão lá no governo, então acho que a gente está conseguindo pelo menos conversar, por outro lado o que me decepciona muitas vezes é que a gente não consegue ver resposta concreta do governo, e isso não é dado positivo, entendeu, ou se não te dão uma resposta que não te leva a lugar nenhum, uma enrolação, ficando no mesmo patamar que os outros governos”.

Para a liderança “D”, existe uma dupla situação na relação do Fórum com o Estado. Primeiro, a relação do Fórum com o Governo Estadual através da Sessão Estadual de DST/AIDS - atualmente coordenada por um ex-militante do movimento, representando o Estado - que é demonstrada por uma relação reciprocidade, conforme a situação percebida no evento em que estavam presentes os representantes dos governos, apontada no diário de campo. Já na avaliação da relação do Fórum com o Governo Estadual (PT), vê no Estado a existência de um entrave político muito forte, já que o mesmo não prioriza a AIDS na sua agenda política, fazendo com que as ações fiquem insuficientes, apesar do empenho do coordenador,

“Hoje eu vejo a relação do Fórum com Estado... (para, pensa e pergunta) mas tu queres que eu te de uma análise disso pela política, de que eu avalie como está a relação com a Sessão de DST e AIDS com o “X”³⁷? Ou como o Estado do Rio Grande do Sul vê a política de AIDS? Porque são coisas diferentes. Não, porque nós temos duas situações que eu vou te dizer. Nós temos um coordenador e uma política de AIDS que quer desenvolver um trabalho e tem conseguido fazer um trabalho no Estado e tal. Mas que tem uma série de entraves políticos muito forte que vem do governo que não tem AIDS na sua agenda prioritária. Então o que acontece, a coordenação da política de AIDS do Estado ela tem que ter um duplo trabalho. Um de conseguir desenvolver suas ações e outro de conseguir vender seu peixe das ações que fez para seu chefe, para sua própria gestão comprar e fazer, porque se não acontece. Então nós temos uma coordenação de políticas de AIDS que tem planejamentos que tem desenvolvido coisas que poderia potencialmente ser excelente para a epidemia e que elas não se realizam, porque tu não tem isso dentro da agenda do governo. Então tu acaba tendo uma deficiência, igual tu não anda, não ajuda, não vai para frente”.

Por outro lado, numa posição diferente a liderança “E”, aponta para uma contradição no grupo, enquanto alguns percebem o coordenador estadual como “amigo” de movimento, outros percebem que a gestão estadual tem uma estratégia política para desmobilização do movimento, quando diz que o MSLA é frágil e que não tem agenda política para apresentar, essas duas situações também foram demonstradas no diário de campo. Contudo, apesar das

³⁷ Utiliza-se a letra: X para preservar a identidade da pessoa citada pelo entrevistado.

contradições existentes no grupo, a liderança se refere que atualmente o grupo está mais unificado, mais forte,

“Eu acho que hoje dentro do Fórum no Rio Grande do Sul as relações com o Estado tem sido mais perceptíveis porque a gente percebeu que, ou a gente nesse momento constrói uma resposta coletiva, ou é tiro no pé, vai todo mundo fechar as portas mesmo. E é incrível como hoje a gestão faz uso de um discurso para esvaziar o movimento social, porque é estratégico a gestão dizer que o movimento é frágil e não tem agenda política, porque daí faz com que ela não tenha que nos escutar, nossa voz não tem eco, porque se nós somos frágeis e não temos agenda política, nossa voz não tem eco e eu discuto com quem eu quero. Então fica uma situação meio estratégica esse discurso da fragilidade. Hoje eu fico muito incomodada quando vejo a gestão falar da fragilidade do movimento social, porque eu vejo isso muito mais como uma estratégia política de desmobilização, do que realmente uma preocupação, porque o movimento social vem fragilizado há muito tempo e hoje, a gente está muito mais unificado, muito mais forte, muito mais combativo do que a gente estava há cinco, seis anos atrás, por que hoje a água está batendo na bunda. Ou a gente é combativo ou a gente vai morrer todo mundo afogado”.

Na descrição da liderança “F”, o Estado (governo: federal e estadual) não dá mais importância para o MSLA por dois aspectos: pelo fato que os governos, federal e estadual atualmente serem administrados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), sendo composto por muitos ex-militantes dos movimentos sociais - e assim, o Estado se percebe enquanto movimento não aceitando as críticas dos antigos companheiros – e, por outro lado, o movimento não faz críticas aos governos porque está criticando a si mesmo ou aos amigos que estão trabalhando nos governos. Portanto, compreende-se que atualmente existe uma mistura/confusão de papéis na relação do MSLA e o Estado,

“Olha eu acho que o governo hoje está com uma postura que na minha opinião dá a entender que o movimento social não tem mais a importância que tinha. Porque o governo se vê quase como um movimento social. O Boaventura Santos disse que um governo popular não pode olhar para movimento social e tentar se ver no espelho, se olhar e se ver como se fosse um movimento. O movimento social tem que continuar cumprindo com seu papel e o governo com o seu. E o que está acontecendo? Está acontecendo hoje isso: o governo acha que o movimento social é ele mesmo, então não pode haver crítica. Tanto que hoje quando a gente diz claramente que a política brasileira de AIDS não responde mais a demanda, o Estado se sente ofendido. "Ah vocês estão nos agredindo, nós ainda somos o melhor programa de AIDS no mundo". Nós podemos ainda ser o melhor programa de AIDS do mundo, mas depende de com quem tu compara, entende? Para nós isso não é o melhor programa de AIDS do mundo porque a nossas demandas tão muito além do que tão nos oferecendo, só que nós não estamos conseguindo força para cobrar isso, porque o movimento social tá arrefecido, está meio nas mãos do próprio governo e é aí que eu te digo que as coisas se misturam tanto, que muitas vezes o movimento social não critica o governo porque está criticando a si próprio, porque hoje tá dentro do governo. Então quando a gente diz assim que a gente tem hoje um programa de AIDS no Departamento Nacional, tantas pessoas são oriundas do movimento social, parece que a gente está batendo em amigos, mas lá eles não são mais movimento social, lá eles são governo, é uma confusão, os movimentos sociais eles se confundem muito com o governo. Então ele está meio sem saber muito como cobrar de

um governo que teoricamente é composto pelo próprio movimento. São as incoerências do processo político, então existem aí umas contradições dentro desse processo”.

Nesse contexto, os discursos mostram que o MSLA vem passando por um processo de mudança no espaço de representação, seja pela situação de *“calça justa”*, *“perda do protagonismo”*, *“pela fragilidade”*, ou pelo *“ex-companheiro e amigo”* que está hoje no Estado, sendo necessário para sua sobrevivência (*“se não vão morrer todo mundo afogado”*), assumir uma nova posição política em relação aos governos federal e estadual. Conforme as falas: *“é necessário um reposicionamento do movimento no aspecto da organização política”*, *“as pessoas estão mais politizadas”*, *“ou a gente nesse momento constrói uma resposta coletiva, ou é tiro no pé, vai todo mundo fechar as portas mesmo”*, *“o movimento social tem que continuar cumprindo seu papel”*. O MSLA percebe que este é um momento de se reestruturar, tomar uma nova posição política em relação ao Estado.

No entanto, também é visível que, pela complexidade das relações estabelecidas, após a institucionalização de parceria na execução de projetos, recebimento de recurso para sustentabilidade institucional e a participação de ex-militantes, *“amigos”*, como parte integrante dos governos federal e estadual, existe dificuldade do movimento em se reposicionar frente ao Estado. Esses entraves políticos presentes na relação do MSLA e o Estado, também foram evidenciados no esquema 3 do diário de campo.

Essa dificuldade se estabelece no primeiro momento, através do próprio impasse existente dentro do movimento sobre seu o papel/função, no qual uns compreendem que devem executar as ações, sendo *“tarefeiros”*, *“executor de projetos”* ou *“prestadores de serviço”*, para o Estado e outros defendem a ideia do Fórum exercer um papel/função político, *“mais combativo”*, *“mais politizado”*, *“críticos”*. Aqui se percebe a contradição existente no grupo sobre seu papel/função: por um lado, se vê a tendência de algumas posições se identificando com sentido profissional realizando as ações e de outro, as posições que se identificam no sentido político, assim como se visualizou no esquema 3 observado no campo.

Para Laclau e Mouffe (1985), as múltiplas posições assumidas pelos sujeitos se devem pela pluralidade do social que traz um excesso de sentido que é produzido dentro de uma cadeia de significação que se dá por meio dos discursos, que concorrem com outros discursos, no campo da discursividade e à *“falta”* ligada à incompletude humana, originária dos seres humanos que busca constantemente se completar. Então dentro do MSLA, é possível haver contradições e diferentes posições disputando sentidos no interior de uma cadeia discursiva.

A análise aqui não tem a intenção de essencializar às posições, mas apontar as diferentes posições trazidas nos depoimentos, mostrando que as identidades são construídas

no campo político através da disputa pela legitimidade de um discurso em detrimento de outro e que as posições assumidas no MSLA vão depender dos vários elementos que se articularam construindo provisoriamente um sentido para seu papel/função, que pode ser tanto profissional como política e que cada uma das posições assumidas irão implicar em diferentes situações.

Dentre essas implicações, temos a situação de dificuldade no momento de negociação com os governos federal e estadual. Nos relatos, isso se torna bastante visível quando anteriormente os entrevistados citam: *“se eu critico eles não me dão”, “se eu bato eles me tiram”*, ou ainda quando se menciona, *“a gente ficou executor de projetos, e perdeu um pouco o poder de crítica... algumas instituições, é claro, foram cooptadas. Aí houve uma capitalização de ONGs que surge por conta dos financiamentos de forma tão desenfreada”*. Esses depoimentos evidenciam que a questão econômica “pesa” na hora de se assumir uma posição política em relação ao Estado e que isso acaba limitando sua atuação no campo político.

Por outro lado, existem alguns participantes que trazem no discurso uma posição mais autônoma, contrariando a ideia de institucionalização do movimento e o recebimento de recursos. Contudo sua aposta num posicionamento político *“mais combativo”* perde espaço para um discurso hegemônico já fixado pelo grupo. Esse discurso hegemônico pelo MSLA aparece na fala de uma liderança quando ela avalia a profissionalização do movimento que veio como uma onda, invadindo o MSLA: *“bom agora nós temos que nos estruturar, temos mais coisas para garantir, temos que garantir mais direitos, a gente tem que tomar conta de outras questões também, além da própria militância em saúde, a gente também tem nosso papel na prevenção, nosso papel nas ações”*. Isso demonstra que o Governo Federal incentivou a institucionalização e a profissionalização do MSLA, a partir de um discurso que fazia sentido, trazendo um novo significado para o grupo naquele contexto, assim foram feitas novas suturas discursivas.

Para melhor compreensão, essa sutura foi feita no período da promulgação da lei 2313/2002, quando o movimento ainda assumia uma posição agônica em relação ao Governo Federal, conforme mostrou o esquema 1 na observação de campo, no qual o grupo havia cumprido com o seu papel que era conseguir a implantação de uma política pública, então a partir daí o MSLA começou a buscar um novo sentido para suas ações. O Governo Federal, nesse momento de crise de sentido, aparece com uma “proposta” de leis de incentivo financeiro para que o movimento pudesse se estruturar e executar ações em parceria.

Para Laclau (1986, p. 5), o Estado opera por meio de estratégias políticas de seu interesse,

Se o Estado liberal abre o potencial para o progresso no sentido de uma sociedade mais livre, mais democrática e igualitária, é claro que há somente um potencial. A efetivação desse potencial dependerá em larga escala das formas de articulações definidas entre as diversas exigências democráticas.

A partir do momento que o Governo Federal propõe um incentivo financeiro e se posiciona como parceiro do MSLA, ele se articula de forma legítima através da elaboração da lei 2313/2002, exigindo que o movimento se institucionalize e se profissionalize para efetivamente receber o repasse de recurso, dessa forma o MSLA assume essa nova posição discursiva nessa relação, e com isso se torna dependente financeiramente do governo federal e estadual, essa relação fica evidenciada no esquema 2.

Essa análise se confirma quando a liderança “F”, diz no depoimento anterior: *“nós não estamos conseguindo força para cobrar o Estado porque o movimento está arrefecido, está nas mãos do próprio governo”* se referindo à esfera federal e estadual. Ou ainda na fala de da liderança “E”, *“o governo incentivou a institucionalização dos fóruns, o que possibilitou que eles conseguissem acessar recursos públicos, aí eu acho que a gente perdeu politicamente”*.

Frente esse contexto, se compreende que o discurso do Estado (governo federal) como provedor de “leis de incentivo” financeiro para sustentabilidade e execução de ações do movimento se tornou hegemônico naquele momento, porque o MSLA estava suscetível a reconfigurar sua identidade, o que conseqüentemente trouxe uma nova posição para o movimento em relação ao Estado. Isso se confirma quando um dos entrevistados diz: *“Parece que o movimento meio que passou a achar que o que estava conquistado era definitivo e começou a buscar outras coisas, tipo começou a realizar ações de substituição ao Estado”*.

A outra dificuldade também apontada pelos entrevistados se refere ao fato de que o governo federal e estadual tem composto seu quadro funcional por alguns ex-membros do MSLA. Nessa situação, do “amigo” não se pode cobrar, nem sequer criticar, porque as críticas se tornam pessoalizadas e não direcionada para a instituição representada. Como diz uma das lideranças: *“Está acontecendo hoje isso, o governo acha que o movimento social é ele mesmo, então não pode haver crítica, tanto que hoje quando a gente diz claramente que a política brasileira de AIDS não responde mais a demanda, o Estado se sente ofendido”*.

Laclau e Mouffe (1985) veem nas ambigüidades a interpelação dos sujeitos por discursos com um potencial subversivo que tem a intencionalidade de homogeneizar as relações sob o disfarce de uma lógica de igualdade e liberdade, trazida pela democracia. Para

Mouffe (2006), isso acontece porque grande parte pensamento democrático, que se tornou dominante a partir da segunda metade do século XX, é baseado num modelo de política agregativa.

Para eles, a implantação desse discurso agregativo é uma tentativa de eliminar a possibilidade do confronto de “opiniões” e as relações agonísticas. Isso se percebe nessa análise quando os entrevistados descrevem que o diálogo atualmente existe com o Estado porque tem companheiro que está no governo estadual: *“hoje o Fórum conversa com Estado”, “se tem mais facilidade”, porém na prática, “as ações não andam”, “não acontecem”, “nada vai para frente”, “não se chega a lugar nenhum”, “é uma enrolação”*. Essa estratégia política agregativa acaba expondo o movimento à fragilidade, pois ao se deparar com esse tipo de relação de “parceiros” e “amigos”, eles não sabem identificar a intencionalidade discursiva posta em jogo no campo político na hora da negociação, pela falta de estabelecimento de uma fronteira política.

A falta da fronteira política pode ser comprovada nos relatos: *“Então ele está meio sem saber muito como cobrar de um governo que teoricamente é composto pelo próprio movimento”,* ou , *“quem está na gestão hoje é um dos nossos, então não sabemos o que fazer se batemos ou não”* , ainda, *“tem pessoas que eram do movimento, agora está lá no governo”* , e , *“hoje eu vejo a relação do Fórum com Estado... (para, pensa e pergunta) mas tu queres que eu te de uma análise disso pela política, de que eu avalie como está a relação com a Sessão de DST e AIDS com o “X” ? Ou como o Estado do Rio Grande do Sul vê a política de AIDS? Porque são coisas diferentes”*.

Nessas falas fica explícito que existe uma confusão no processo de identificação dos militantes do movimento com um discurso em comum que os identifique por uma causa, e há também uma confusão em relação ao Estado: talvez aí esteja o motivo da crise mencionado pelos entrevistados anteriormente. Essa confusão é decorrente da perda das fronteiras políticas estabelecidas na relação agonística: nós x eles defendida por Mouffe (1996), que vem impactando de forma direta no processo de constituição identitária do MSLA, visível no esquema 3.

Assim, toda essa confusão favorece o Estado (governo: federal, estadual e municipal) no momento em que os governos não priorizam a questão voltadas as políticas de AIDS (se priorizasse não haveria um quadro epidemiológico alarmante de infecção de HIV no estado do Rio Grande do Sul). Assim, contratando alguns ex-militantes evitam os confrontos de interesses, as cobranças e as críticas porque não se estabelece o agonismo, ou seja, o MSLA -

“Nós” - não consegue cumprir seu papel político porque não reconhece na pessoa do companheiro/amigo o Estado - “Eles”.

Contudo o MSLA demonstra reconhecer as dificuldades enfrentadas na sua relação com o Estado atualmente, seja no âmbito federal, estadual ou municipal. Isso fica evidente quando os entrevistados dizem: “caiu à ficha”, é “*mais perceptível a relação com Estado*”, “*ataca ou morre*”, “*o MSLA tem que continuar cumprindo com seu papel político*”. Porém em reação a esse discurso, o Estado nas suas diferentes esferas, articula um discurso estratégico para desmobilizar o movimento, como se demonstra o relato da integrante E,

“E é incrível como hoje, a gestão faz uso de um discurso para esvaziar o movimento social, porque é estratégico a gestão dizer que o movimento é frágil e não tem agenda política, porque daí faz com que ela não tenha que nos escutar, nossa voz não tem eco, porque se nós somos frágeis e não temos agenda política, nossa voz não tem eco e eu discuto com quem eu quero. Então fica uma situação meio estratégica esse discurso da fragilidade”.

Perante essa situação atual do grupo é impossível analisar se esse discurso vai se hegemonizar ou não, porém se ele fixar seu sentido se chegará ao fim do MSLA, caso contrário, se terá novas reconfigurações identitárias para o MSLA.

Frente essa análise, pode se compreender que o MSLA/RS atualmente está num outro momento de reconfiguração identitária, o qual vem buscando forças para se reestruturar frente às diferentes esferas de governo. Porém, frente aos impasses que existem dentro do movimento sobre seu papel e as relações de amizade com quem está representando o Estado, essa busca é atrapalhada pelas dificuldades que surgem no processo. O que coloca atualmente o MSLA/RS num campo de indecidibilidade, no qual não se sabe o que fazer, porém uma escolha será realizada e outras, excluídas, provocando uma mudança identitária que vem de um “outro” que não se tem controle. Esse “outro” pode ser uma situação, pode ser o Estado, como pode ser também os companheiros de movimento, que vão colocar em xeque um discurso em detrimento a outro e, nessa disputa, um deles somente irá se hegemonizar alterando as identidades. Cabe lembrar que essa hegemonia é precária e contingente, por isso pode ser modificada.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se evidenciou nesse estudo, no Brasil os movimentos sociais tiveram um papel fundamental para que as mudanças políticas ocorressem no país. Por isso considera-se que é de grande relevância social trazer à reflexão sobre como se estabelece a relação dos movimentos sociais e o Estado no que se refere aos fatores políticos implicados na constituição da identidade coletiva do MSLA/RS no campo político democrático.

Percebe-se que com a chegada da democracia no final da década de 80 até o fim dos anos 90, os movimentos sociais obtiveram seu auge de participação, atuação e protagonismo político, porém também se constata que esse ciclo de vida “ativa” dos movimentos obteve seu período encerrado no início do segundo milênio. Esse ciclo foi interrompido, por interferência de um modelo democrático agregativo no qual o Estado, começou a estabelecer uma estratégia política de “parcerias” com os movimentos, com a finalidade de impor um modelo ideológico de regulação e controle.

Assim, os movimentos sociais que deveriam questionar o modelo hegemônico que o Estado visa disseminar, ficaram limitados a cumprir com seu papel devido às suas relações de parcerias com os governos. Semelhantemente como se visualizou nesse estudo, essa estratégia política do Estado fez com que o MSLA/RS perdesse também sua referência no processo identificatório. Portanto a partir do estabelecimento de uma relação que se fixou com um sentido de “parceria” evitou-se as relações agônicas, impossibilitando que o movimento identifique a relação desigual existente entre ele e os gestores públicos, justamente com a intenção de se ofuscar a regulação e o controle do Estado junto aos movimentos sociais.

Sabe-se que no Brasil desde sua abertura política, os governos buscam alinhar suas ações com um modelo político neoliberal na tentativa de deixar o país mais próximo das grandes economias mundiais, como foi também o modelo implantado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Contudo também é necessário e de “bom tom” que o país se destaque mundialmente em relação à efetivação dos direitos sociais, como foi o caso da implementação das políticas públicas voltadas para questão da epidemia da Aids que adquiriu um status global de “melhor programa de Aids do mundo”, - apesar de vitimizar milhões de brasileiros até os dias de hoje, - serviu para destacar o Brasil internacionalmente.

Já no governo de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Roussef o neoliberalismo vem de formato menos explícito, pois se mescla com certa dose de políticas públicas bem sucedidas e progresso econômico. Contudo essa “mesclagem” também vem interferindo de forma direta

na construção da identidade coletiva do movimento social, pois sem o estabelecimento de fronteiras políticas visíveis o movimento vem perdendo sua referência de identificação.

Isso fica evidente quando se mostrou a confusão e inversão de papéis entre o Estado e o MSLA/RS. A estratégia política do Estado em contratar alguns ex-militantes dos movimentos para assumir cargos nas diferentes esferas de governo, fez com que as fronteiras políticas ficassem mais tênues, e com isso o MSLA/RS tem que lidar com o dilema: O Estado não aceita receber críticas dos “amigos” ex-companheiros de movimento e ao mesmo tempo o movimento não consegue criticar o Estado porque as críticas se tornam pessoalizadas, ou seja, passam a ser direcionadas para os “amigos” e não para os gestores públicos.

Essas estratégias políticas democráticas (“parceria” e “amigos”) que vem montando o cenário político no Brasil nos últimos governos demonstram que o campo político está sendo ocupado pelo Estado em suas diversas instâncias vindo a obstruir o entendimento do campo político através da erradicação do agonismo, fazendo com que o processo de identificação coletiva do MSLA/RS fique comprometido, assim como a própria manutenção desse campo.

Com isso não se quer negar a importância do papel do Estado como provedor das políticas públicas, mas questionar a maneira pela qual esses direitos estão sendo usados pelos aparatos estatais para controlar as possibilidades de insurgência de críticas contra os modelos políticos implantados pelos governos.

Considera-se que é papel do movimento social não só garantir o direito de acesso as políticas públicas, mas também, mantê-las e até mesmo aprimorá-las, para isso, os movimentos sociais não devem esquecer de manter as fronteiras políticas estabelecidas com Estado bem visíveis, porque se por um lado tem o Estado que precisa legitimar as demandas dos movimentos sociais, por outro lado, cabe aos movimentos sociais não perderem de foco suas causas políticas, construindo assim, um campo de tensionamentos, mesmo depois de suas demandas serem legitimadas.

Destaca-se que a partir do referencial teórico aqui estudado, compreende-se que o campo político é um espaço legítimo no qual ocorrem as disputas políticas entre adversários na busca por seus direitos com o reconhecimento legítimo entre as partes, para que assim a democracia possa existir, pois essa se move por meio desses embates de diferentes interesses e disputas de poder. Por outro lado, quando ocorre a prevalência de discursos hegemônicos nesse campo, se perde a dimensão das disputas e do respeito às liberdades individuais e coletivas, abrindo espaços para que discursos autoritários sejam incorporados no interior da sociedade sob o disfarce de uma política do senso comum.

Para Chantal Mouffe o campo político é um espaço democrático na medida em que várias posições políticas podem contrapor suas ideias e interesses com o propósito de gerar um debate público, onde se estabeleça uma relação de equivalência de condições de poder por ambas as partes na disputa discursiva. Nesse sentido para se pensar a política não se deve negligenciar o papel fundamental desempenhado pela relação “nós” x “eles” (agonismo), gerado pelo conflito, pela disputa de poder e defesa de interesses ocorrida no campo político, o que constitui e oportuniza o verdadeiro processo democrático. Assim considera-se que o agonismo faz-se necessário na medida em que provê justamente a possibilidade de que essas tensões sejam mantidas em função da garantia dos direitos civis, a sobrevivência dos movimentos sociais e a própria manutenção da política democrática.

Cumprindo o objetivo dessa proposta, considera-se aqui a partir do referencial teórico e os dados coletados nessa pesquisa, que as estratégias políticas adotadas pelo Estado, em suas diferentes esferas, de regulação e controle, - tanto no que se refere ao fator econômico “as leis de incentivo” que acaba deixando o MSLA na sua dependência, como na contratação de ex-militantes para inviabilizar a percepção das fronteiras políticas evitando as relações agônicas - vem interferindo diretamente na construção da identidade coletiva do MSLA/RS, o que conseqüentemente pode afetar os rumos que as políticas públicas de AIDS irão tomar futuramente.

Por outro lado, essa abertura do Estado para a entrada de militantes nos governos traz uma nova realidade que o movimento precisa aprender a lidar para não perder os espaços políticos conquistados ao longo destes anos. Não se quer aqui julgar, “condenar a réu”, o militante que se torna parte do quadro funcional do Estado, como também não se quer inocentá-lo de suas responsabilidades políticas, o que se pretende nesse trabalho é abrir um espaço de crítica que possibilite maior reflexão sobre a relação do MSLA com o Estado, no sentido de mostrar o quanto essa relação é importante para o estabelecimento do campo político e a consolidação da democracia.

Refletir sobre o MSLA pelo viés da identidade coletiva possibilita uma análise crítica apontando para as fragilidades do movimento em relação à sua identidade grupal e como estão se tornando susceptíveis aos discursos colocados pelo Estado, deixando-os de certa maneira vulneráveis politicamente. Nesse campo político sem conflito o próprio Estado vai se colocando de maneira hegemônica, numa relação de forças onde a desarticulação de uma delas resulta o fortalecimento da outra de maneira desmedida.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2008.
- BARRETT, Michele. Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. In: ADORNO, Theodor W. et al. **Um mapa da ideologia**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 235-264.
- BECKER, Howard. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1998.
- DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
- DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e a participação política no Brasil pós 70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumara: ANPOCS, 1995.
- FOLMANN, José Ivo. Identidade como conceito sociológico. **Revista Ciências Sociais Unisnos**, São Leopoldo, v. 37, n. 158, p. 43-66, 2001.
- GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: GASKELL, George. BAUER, Martin W. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- GOHN, Maria da Gloria. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, set./dez. 2000.
- GOHN, Maria da Gloria. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- GOHN, Maria da Gloria. **Historia dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 1995.
- GOHN, Maria da Gloria. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs, e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.
- GOHN, Maria da Gloria. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- GOLÇALVES, Joel. 30 anos depois do surgimento da AIDS. **Jornal da Ciência**, [S.l.], 13 jun. 2011. Disponível em: <<http://jornalciencia.com/joel-goncalves/784-30-anos-depois-do-surgimento-da-aids>>. Acesso em: 23/ jun. 2011.
- GRANGEIRO Alexandre et al. Respostas a AIDS no Brasil: contribuições dos movimentos sociais e da reforma sanitária. **Rev. Panam Salud Publica**, [S.l.], v. 26, n. 1, p. 87-94, 2009.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural pós-moderna**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HALL, Stuart. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LACLAU, E. **Philosophical roots of discourse theory**. Centre for Theoretical Studies in Humanities and Social Science. 2003. Disponível em: <<http://www.essex.ac.uk/centres/TheoStud/onlinepapers.asp>>. Acesso em: 08 mar. 2012.

LACLAU, E. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EDUERJ. 2011.

LACLAU, E. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. 2. ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 1, n. 2, out. 1986.

LACLAU, E. MOUFFE, C. **Hegemony and socialist strategy**: towards a radical democratic politics. London: Verso, 1985.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MELUCCI, Alberto. **O jogo do eu**: a mudança de si em uma sociedade global. 1. ed. São Paulo: Feltrinelli, 1991.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 17, jun. 1989.

MENDONÇA, Daniel. A noção de antagonismo na ciência política contemporânea: Uma análise a partir da perspectiva da teoria do discurso. **Rev. Sociologia Política**, Curitiba, n. 20, p. 135-145, jun. 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: vozes, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hutecc; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lucia. **Estado, classe e movimento social**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Revista Política & Sociedade**, n. 3, p. 11-26, out. 2003.

MOUFFE, Chantal. **O regresso do político**. 1. ed. Lisboa: Gradiva, 1996.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo aginístico de democracia. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, p. 165-175, jun. 2006.

OLIVEIRA, Fabiano V.; PEREIRA, Aliger dos Santos. A noção de cidadania em Chantal Mouffe, dentro do debate entre liberais e comunitaristas. **Revista Argumento**, Salvador, ano 7, n. 8, 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Notas a propósito de Ernesto Laclau**. Disponível em: <<http://www.rau.edu.uy/ufs/soc/publicaciones/Revista/Revista15/Jardim.html>>. Acesso em: 07 jan. 2012.

PRADO, Marco Aurélio M. Psicologia política e ação coletiva: notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do “nós”. **Revista Psicologia Política**, v.1, n.1, 2001.

PRADO, Marco Aurélio M.; RODRIGUES, Cristiano Santos. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro. **Revista Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 22, n. 3, set./ dez. 2010.

PRADO, Marco Aurélio Maximo et al. Identidade coletiva e política na trajetória de organização das trabalhadoras rurais de Minas Gerais: para uma psicologia política das ações coletivas. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n. 16, p. 298-317, dez. 2004.

PRADO, Marco Aurélio Maximo; LARA JUNIOR, Nadir. A mística e a construção da identidade política entre os participantes do movimento dos trabalhadores rurais sem terra no Brasil: um enfoque psicossociológico. **Revista Eletrônica de Psicologia Política**, ano 1, n. 4, dez. 2003.

RODRIGUES, Cristiano S.; PRADO, Marco Aurélio Maximo. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulação com o Estado brasileiro. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 22, n. 3, set./dez. 2010.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1988**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFLATE, V. Depois da culpabilidade: figuras do supereu na sociedade de consumo. In: DUNKER, C.; PRADO, J. L. A. **Zizek crítico: política e psicanálise na era do multiculturalismo**. São Paulo: Huntec, 2005.

SAFLATE, V. **Cinismo e falência da crítica**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SANDOVAL, S. O comportamento político como campo interdisciplinar de conhecimento: a reaproximação da sociologia com a psicologia social. In: CAMIMO, L.; Lhullier, L.; Sandoval, S. (Org.). **Estudos do comportamento político**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997. p. 13-23.

SCHERER-WARREN, Ilse; LUCHMANN, Ligia Helena Hahn. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil. **Revista Política e Sociedade**, Florianópolis. n. 5, out. 2005.

STEIL, Carlos Alberto (Org.). Projetos sociais. **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**, Porto Alegre, v. 16, n.1, jan./jun. 1993.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**; Tradução de Ana Maria Sallum. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TOURAINÉ, A. **A busca de si: diálogo sobre o sujeito**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

TOURAINÉ, A. **Crítica da modernidade**. RJ, Petrópolis: Vozes, 1994. p. 213-268.

TOURAINÉ, A. **O que é democracia?** Petrópolis: Vozes, 1996.

TOURAINÉ, Alain. Os movimentos sociais. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. **Sociologia e sociedade**. 19. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004. p. 283-309.

VICTORA, Ceres Gomes et al. **Pesquisa qualitativa em saúde**: uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

ZIZEK, S. Multiculturalismo, ou lógica do capitalismo multinacional. In: DUNKER, C.; PRADO, J. L. A. **Zizek crítico**: política e psicanálise na era do multiculturalismo. São Paulo: Hunttec, 2005.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO E REGISTRO DE CAMPO

Registro de campo
<p>Pauta de observação: Aspectos históricos MSLA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- História do MSLA na relação com o Estado 2- Principais lideranças que ajudaram na constituição do MSLA 3- Participação das lideranças no MSLA 4- Participação das instituições membros no MSLA 5- Participação do MSLA em relação ao Estado 6- Participação do MSLA na sociedade gaúcha
Registro de campo
<p>Pauta de observação: MSLA e Estado: Aspectos políticos e econômicos</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Infra-estrutura do MSLA 2- Sustentabilidade inicial do MSLA 3- Reuniões e assuntos de cunho político do MSLA 4- Temas enfocados pelo MSLA
Registro de campo
<p>Pauta de observação: MSLA e Estado: Identidade Coletiva</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Identificação dos problemas e necessidades segundo as lideranças do MSLA 2- Identificação dos problemas e necessidades segundo as instituições membros do MSLA 3- Construção da identidade coletiva inicial do grupo 4- Identificação do papel função do MSLA segundo as lideranças 5- Identificação do papel função do MSLA segundo as instituições membros do MSLA 6- Aspectos políticos e econômicos do MSLA em relação ao Estado 7- Contradições evidenciadas
Registro de campo
<p>Pauta de observação: O MSLA na atualidade</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Construção da identidade coletiva atual do grupo

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADO

Subcategorias de estudo e análise	Questões
MSLA: Aspectos históricos	1) Qual o seu nome? 2) Você participou da fundação do MSLA/RS? () sim () não 3) Se sua resposta for “sim” descreva sua participação. Se for “não” descreva como você conheceu a história do surgimento do MSLA? 4) Quantos anos você tem de MSLA/RS? 5) Você ocupa algum cargo de liderança no MSLA? Qual? 6) Qual a instituição que você representa no MSLA? 7) Você exerce algum cargo na sua instituição? Qual ?
MSLA e Estado: Aspectos políticos e econômicos	8) No início da formação do MSLA como era a relação estabelecida com o Governo do Estado RS no que se refere aos aspectos políticos? 9) No início da formação do MSLA como era a relação estabelecida com o Governo do Estado RS no que se refere aos aspectos econômicos? 10) Na fase inicial como o MSLA se mantinha financeiramente e de que forma se organizava estruturalmente para realizar suas reuniões/ encontros? 11) Quais foram às necessidades e dificuldades iniciais encontradas pelo MSLA?
MSLA e Estado: Identidade Coletiva	12) Como você compreende o papel/função do MSLA no seu momento inicial de formação? 13) Qual o momento de maior participação política e resultados importantes o qual o MSLA obteve até hoje? Por quê? 14) Qual o momento de crise ou maior dificuldade que o MSLA enfrentou até hoje? Por quê? 15) Quais os temas/assuntos de maior relevância abordados nas reuniões do MSLA?

	<p>16) O que você sente quando participa do MSLA?</p> <p>17) O que lhe atrai no MSLA?</p> <p>18) O que significa ser um militante da luta contra Aids?</p> <p>19) O que é MSLA para você?</p> <p>20) Quem são os adversários do MSLA hoje? Por quê?</p>
O MSLA na atualidade	<p>21) Atualmente como o MSLA se organiza e se estrutura?</p> <p>22) Atualmente como é a relação MSLA com o Governo do Estado RS no que se refere aos aspectos políticos?</p> <p>23) Atualmente como é a relação com o Governo do Estado RS no que se refere aos aspectos econômicos?</p> <p>24) Atualmente como você compreende o papel/função do MSLA em relação ao Governo do Estado?</p>